



Programa de  
Pós-Graduação em  
**Linguística**

O DISCURSO MIDIÁTICO BRASILEIRO SOBRE PROPOSTAS DE REGULAÇÃO DA  
PRÓPRIA MÍDIA DE 2010 A 2016

SÃO CARLOS  
2020



**Universidade Federal de São Carlos**

Wilson Ricardo Barbosa dos Santos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

O DISCURSO MIDIÁTICO BRASILEIRO SOBRE PROPOSTAS DE REGULAÇÃO DA  
PRÓPRIA MÍDIA DE 2010 A 2016

Wilson Ricardo Barbosa dos Santos

Tese apresentada como requisito obrigatório para  
obtenção do título de Doutor em Linguística pelo  
Programa de Pós-graduação em Linguística da  
Universidade Federal de São Carlos.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vanice Maria Oliveira Sargentini

São Carlos – São Paulo – Brasil  
2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Linguística

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Wilson Ricardo Barbosa dos Santos, realizada em 28/09/2020.

**Comissão Julgadora:**

Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini (UFSCar)

Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes (UFU)

Prof. Dr. Israel de Sá (UFU)

Prof. Dr. Pedro Henrique Varoni de Carvalho (USP)

Prof. Dr. Duílio Fabbri Júnior (UNISAL)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Aos meus pais, por sempre acreditarem em mim e na Karina, com coragem, amor e paciência.

## **Agradecimentos**

À minha mãe e ao meu pai, Regina e Wilson, pelo amor e apoio incondicionais nesta trajetória.

À minha irmã Karina, por tantas coisas que aprendemos e compartilhamos juntos.

À Pavlina e ao Petr, por me receberem de braços abertos em seu país, além do amor incondicional durante a nova fase.

À Tereza, pelo bom humor e carinho.

À professora Vanice, pela oportunidade e compreensão. Pelas lembranças mais felizes durante a trajetória na UFSCar. Por ter me mostrado caminhos para pensar com coragem.

À professora Roberta, por me ajudar a nutrir a paixão pelos meus sonhos.

Aos amigos e colegas do LABOR e do LEDIF, pelo prazer das reflexões e aprendizado, decisivos na minha formação e na realização deste trabalho. Em especial ao Israel, Pedro, João, Duílio, Marluza e Cleudemar, pelas discussões e leitura deste trabalho.

Aos professores do Departamento de Letras da UFSCar, pelas reflexões sobre a linguagem, além do cuidado ao cultivar de um ambiente de aprendizado.

Aos amigos da NM, sempre presentes, mesmo à distância: Thiago, Walter, Matheus, Fred X, Régis, Aídes, Tatus, Jean e Fred Lifter.

Ao Sport Club Corinthians Paulista e sua história, por terem me ensinado que é preciso sempre lutar por igualdade e justiça.

## RESUMO

Esta tese problematiza, descreve e analisa a produção de sentidos sobre a regulação da mídia, as condições de emergência do discurso de regulação e as formações discursivas colocadas em embate no próprio discurso midiático escrito, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2016. Para tal, pautamo-nos na análise de discurso francesa derivada de Michel Foucault (2006; 2008; 2010) e de Michel Pêcheux (2008; 2009b). Os textos da mídia que falaram sobre a possibilidade de sua própria regulação, em geral, realizaram “comentários” (FOUCAULT, 2006) sobre o tema, bem como acerca dos sujeitos políticos que discutiram a possibilidade (ou não) de falar sobre isso, multiplicando os sentidos de enunciados como *controle social da mídia*, *regulação da mídia*, *democratização da mídia* e *regulação econômica da mídia*. Esses discursos fizeram problematizar o que se compreende por liberdade de expressão e, para além disso, relacionaram-se com transformações intensas de caráter político, social e sobretudo tecnológico. Considerando duas eleições presidenciais (2010 e 2014), além de mudanças no cenário político com a deflagração do *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) e a eleição de Jair Bolsonaro (2018), os fundamentos teórico-metodológicos e a análise de textos midiáticos permitiram-nos descrever regularidades discursivas e, logo, aventar elementos de uma história de curta duração sobre o direito de falar livremente no Brasil do século XXI. Observamos que isso se deu em diferentes processos de atribuição do direito a dizer, relacionados aos seguintes acontecimentos: i) a manutenção de direitos de fala atribuídos historicamente a oligarquias, em que a *possibilidade de emergência* da discussão sobre a regulação da mídia no discurso político eleitoral presidencial foi amiúde atravessada pela leitura da mídia conservadora; ii) movimentos de resistências à hegemonia na mídia progressista, construindo dissidências sobre o que poderia ter sido uma regulação da mídia; iii) o silenciamento da discussão com a chegada de Michel Temer à presidência (2016), bem como transformações na produção de sentidos, sobretudo sobre os limites da liberdade de expressão, com a eleição de Jair Bolsonaro (2018). Para isso, analisamos superfícies de emergência do discurso midiático escrito com naturezas distintas, quais sejam: i) mídia dita conservadora e de ampla distribuição: os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, além da revista *Veja*; ii) mídia considerada progressista: a revista *Carta Capital* e o portal eletrônico *Carta Maior*. Objetivou-se, finalmente, demonstrar as condições de emergência do discurso midiático brasileiro sobre a sua própria regulação, pela verificação das modalidades discursivo-enunciativas em embate na mídia escrita, de janeiro de 2010 a dezembro de 2016. Desdobraram-se, ainda, objetivos específicos que dizem respeito à natureza (posições defendidas, gêneros textuais, tipos de veículos) das circulações em questão e ao grau da utilização de certos recursos linguístico-discursivos. As análises relacionaram os efeitos de sentido gerados aos mecanismos empregados e às regularidades apresentadas em relação ao gênero textual em questão (reportagens, artigos de opinião e editoriais), bem como ao seu meio de circulação (jornais, revistas, portal digitais etc).

**Palavras-chave:** Regulação da mídia. Discurso político-midiático. Liberdade de expressão. Análise do discurso. Memória.

## ABSTRACT

This thesis discusses, describes, and analyzes the manifestation of meaning regarding media regulation, the regulation discourse's conditions of emergence, and the discursive formations in conflict when addressed by these medias' written texts, from January 2010 to December 2016. Our base is the French discourse analysis from Michel Foucault (2006; 2009; 2010) and Michel Pêcheux (2008; 2009b). In general, the media texts which addressed the possibility of their own regulation created "commentaries" (FOUCAULT, 2006) about the subject and the politicians who discussed the possibility (or not) of talking about it, multiplying the meaning of statements such as *controle social da mídia*, *regulação da mídia*, *democratização da mídia* and *regulação econômica da mídia*. These discourses addressed what is conceived as freedom of speech; moreover, they were related to intense changes in terms of politics, society and, mainly, technology. Considering two presidential elections (2010 and 2014), as well as transformations in the political scene with the irruption of Brazilian president Dilma Rousseff's impeachment (2016) and Jair Bolsonaro's election (2018), the theoretical-methodological basis and the analysis of media's texts allowed us to describe discursive regularities and, therefore, outline elements of a short-term history about the right to speak freely in Brazil in the 21st century. We observed this occurred in different processes of attribution of the right to speak, related to the following events: i) the maintenance of the rights of speech, historically attributed to oligarchies, in which the *possibility of emergence* of the media regulation discussion in the electoral presidential political discourse was often related to the conservative media's interpretation; ii) resistance movements to this hegemony in the progressive media, generating dissidence about what could have been the media regulation; iii) the silencing of this discussion with Michel Temer's arrival (2016) at the presidency, as well as transformations in the production of meaning, especially about the limits of freedom of speech with Jair Bolsonaro's (2018) election. To this end, we analyzed surfaces of emergence of Brazilian's media written discourse, with the following distinct characteristics: i) media known as conservative, with broad distribution: the newspapers *Folha de São Paulo* and *O Globo*, as well as *Veja* magazine; ii) media considered as progressive: the newspaper *Carta Capital*, and the electronic portal *Carta Maior*. The objective was therefore to demonstrate the conditions of emergence of Brazilian media's discourse about its own regulation, through the verification of the discursive-enunciative modalities in conflict in the written media, from January 2010 to December 2016. Specific objectives were also developed, which addressed the nature (defended positions, textual genres, types of media) of these circulations, and the degree of use of certain linguistic-discursive resources. The analysis related the effects of meaning generated to the mechanisms that were utilized, the regularities presented considering the textual genres (news, opinion articles, and editorials) and their means of circulation (journals, magazines, digital portals etc.).

**Keywords:** Media regulation. Political and media discourses. Freedom of speech. Discourse Analysis. Memory.



## LISTA DE SIGLAS

ANJ – Associação Nacional de Jornais

*FSP – Folha de São Paulo*

FD – formação discursiva

FHC – Fernando Henrique Cardoso

PCF – Partido Comunista Francês (*Parti communiste français*)

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

STF – Superior Tribunal Federal

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1: Elementos para uma análise do discurso midiático sobre sua própria regulação</b> .....	39
1.1. Foucault, a história geral e a análise do discurso: aportes primeiros.....	43
1.2. A análise do discurso derivada de Pêcheux: efeitos ideológicos de evidência.....	56
1.3. Authier-Revuz e tateamentos na terceira fase da análise do discurso.....	64
<b>CAPÍTULO 2: A produção de sentidos sobre a regulação da mídia em veículos conservadores</b> .....	70
2.1. A construção de efeitos de evidência: associação à censura.....	70
2.2. O emprego da heterogeneidade enunciativa: paráfrase e distância enunciativa.....	89
2.3. A produção da agressividade: enunciadores marcados.....	100
2.4. A contestação da necessidade de regulação: efeitos co-textuais.....	107
2.5. Para efeitos de fechamento do <i>corpus</i> : a necessidade da busca de outros objetos.....	116
<b>CAPÍTULO 3: (Im)possibilidades do debate aberto e a construção de uma concepção de regulação da mídia nos veículos progressistas</b> .....	117
3.1. Interpretações da regulação da mídia nos veículos progressistas: o discurso hegemônico como referencial.....	119
3.2. Empregos de heterogeneidade discursiva.....	132
3.3. A agressividade na mídia progressista.....	140
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	143
<b>REFERÊNCIAS DO <i>CORPUS</i></b> .....	153
a) <i>FSP</i> .....	153
b) Revista <i>Veja</i> .....	155
c) Jornal <i>O Globo</i> .....	157
d) Revista <i>Carta Capital</i> .....	159
e) Revista <i>Carta Maior</i> .....	160
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	162

## INTRODUÇÃO

Há milhares de anos, o homem discute as virtudes e os impropérios do direito a dizer. Falar constituiu-se como o gesto que diferenciou o homem das outras criaturas, colocando-o, no entanto, diante de um paradoxo: enunciar é trivial na convivência, mas, ao mesmo tempo, é frequentemente imperativo em uma sociedade em que muitas coisas não devem ser ditas. O falante pode estar, assim, diante do que pode haver de mais perigoso nas relações. São, de fato, muitos os riscos que a fala pode acarretar, como, por exemplo, infringir regras já bem estabelecidas, talvez não tão evidentes para aquele que diz.

Algumas palavras de Derrida (2014, p. 10) ilustram a natureza deste paradoxo: “Falar mete-me medo porque, nunca dizendo o suficiente, sempre digo também demasiado”. A falta mencionada, nunca dizer o bastante, refere-se não apenas à possível insuficiência da língua para produzir sentidos, mas também respeita um desejo de significar-se melhor e ser compreendido com mais sucesso, sem a mediação, muitas vezes imperfeita, da língua. À esteira de Foucault (2008), estamos diante de um elemento constitutivo na natureza da comunicação, pois a linguagem “parece sempre povoada pelo outro, pelo ausente, pelo distante, pelo longínquo; ela é atormentada pela ausência” (p. 196).

Falar demasiado, o potencial excesso, remete-nos aos perigos de enunciar. Em *A ordem do discurso* de Michel Foucault (2006), vemos um filósofo inquieto ao falar sobre uma vontade de “[...] não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, *sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico.*” (p. 6, itálicos nossos). Tomar a palavra, um traço elementar de ser um sujeito em sociedade, pode ser visto como um ato trivial apenas em superfície, pois as implicações do que é dito, mesmo que não satisfaçam os desejos de inteligibilidade daquele que enuncia, vão além da articulação de recursos linguísticos e estilísticos de uma língua.

À esteira de *A arqueologia do saber* de Foucault (2008, p. 8), trata-se de formações discursivas em embate sobre o que se pôde dizer. No enfoque construído pelo autor, é possível investigar documentos para descrever princípios de dispersão enunciativa, analisando suas propriedades como fragmentos de história e, assim, compreendendo-os como monumentos: sua materialidade é passível de repetição e comentário, emergências que não apenas debatem o estatuto de certas leituras dos eventos, mas que também são comumente registradas como o

que foram, de fato, as verdades sobre o tema. Construiu-se um fragmento da história que se colocou aos olhos dos sujeitos, mostrando aspectos do que foi possível enunciar; pudemos, assim, compreender “os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2008, p. 162), dirigindo-nos ao objeto “em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*” (idem, itálicos do original).

As diferenças entre documento e monumento, cruciais em discussões sobre a história e sua escrita nas últimas décadas do século XX, respeitam também a raridade do discurso, um tema imperativo para compreender o pensamento foucaultiano em *A arqueologia do saber* (2008). Em um diálogo com o se denomina de *história geral* (p. 8-10), o filósofo trata elementos na construção das narrativas que fugiam ao escopo da história tradicional, considerando a potencial acumulação dos dizeres, seus apagamentos, relações estabelecidas entre suas séries e deslocamentos, enfim, certos jogos de opacidade entre o gesto e aquilo que ele designou na experiência social: afinal, questiona-se o autor, o que é a gramática ou a medicina, unidades já evidentes, tomadas de antemão com certa familiaridade? (p. 36). Foucault (2008), ainda, mostra-nos que esta historicidade das línguas se pauta em propriedades enunciativas da fala, tratadas metodologicamente sobretudo em sua discussão sobre a *função enunciativa* (p. 99-119).

Assim, mesmo que falar seja, em certo sentido, banal, os dizeres realizados, se comparados a tudo o que uma língua possibilita enunciar em seu lugar, fazem ver a densidade histórica e a raridade daquilo que é, de fato, dito (idem, p. 134-136). Torna-se fundamental investigar a diferença entre o que poderia haver sido dito e o que foi realizado, ou melhor, os princípios de dispersão que regulamentam esta separação, pois eles estão no cerne da construção discursiva do que se pôde ou deveu dizer em determinado momento histórico. O que é proferido pode, inclusive, tomar contornos perversos e resultar em consequências temíveis para o sujeito – conforme disse o pensador, “Falar mete-me medo [...]” (DERRIDA, 2014, p. 10).

Ao conceber a fala ao mesmo tempo como rara e trivial, bem como nos pautando na concepção de que os discursos são os *princípios de dispersão* que regulamentam a sua raridade (FOUCAULT, 2008, p. 42-43), interessa-nos verificar como se construíram os posicionamentos enunciativos (FOUCAULT, 2008, p. 35-44) em confronto na história

contemporânea brasileira a respeito da regulação da mídia<sup>1</sup>. Nesta construção de sentidos, acontecimentos recentes se relacionaram a modalidades de formação de discursos sobre a liberdade de dizer, configurando, ainda, o estatuto dos sujeitos autorizados ou não a falar sobre isso.

Para realizar esta tarefa, elaborou-se um roteiro teórico de busca e análise. Pensando primariamente com Foucault para a construção de um *corpus* em torno da noção de *arquivo* (2008), averiguamos como se formaram posicionamentos discursivos na mídia, produções de sentido que se realizaram sob modalidades enunciativas distintas (modos de distribuição, posicionamento ideológico, gêneros textuais etc.). Ao veicular sentidos sobre a política brasileira, manifestaram-se posições contrárias e favoráveis à regulação da mídia, por recursos com determinadas naturezas; ademais, estes mecanismos foram empregados em certos graus, produzindo nuances de sentido no interior destas formações discursivas, além de outros fenômenos linguístico-discursivos. A partir da materialidade de *comentários* (FOUCAULT, 2006, p. 21) em torno de *enunciadores reitores* (FOUCAULT, 2008, p. 165-166) como o “controle social da mídia”, a “democratização da mídia”, a “regulação da mídia” e a “regulação econômica da mídia”, passíveis de repetição e, de fato, repercutidos e comentados, investigamos, assim, os referenciais destes discursos, suas mudanças, associações a *campos de memória* e as *posições-sujeito* construídas (idem, p. 99-103).

Esta produção de sentido, ainda à esteira de Foucault (2008), não diz respeito apenas ao nível linguístico (ou aquele da lógica, da frase, ou dos *speech acts*), mas é, sobretudo, uma materialização de processos históricos acerca do que se pôde ou não falar; a reflexão foucaultiana sobre a história das ideias questiona, assim, em última instância, o que foi compreendido como filosoficamente verdadeiro em certo tempo e espaço. Neste sentido, é mister aliar o estudo da história àquele da língua, interesse recorrente na análise do discurso em diversas vertentes; de nossa parte, inscrevemo-nos em um diálogo com o filósofo (FOUCAULT, 2006; 2008; 2010), sobretudo ao construir um enfoque pautado no que consideramos seu texto mais descritivamente metodológico (2008).

Consideramos, neste sentido, que pensar com Foucault (2008) na análise do discurso é, antes de tudo, efetuar tentativas, pois o autor não explicitou propriamente passos

---

<sup>1</sup>Pudemos detectar que houve diversas maneiras de designar as propostas quando tratadas na própria mídia (SANTOS, 2013; 2016); optamos, assim, pela referência a este acontecimento mais objetivamente como “regulação da mídia”.

metodológicos de sua empresa, mas deixou-nos diversos indícios em seus textos; tomamos isso como um sinal de que suas discussões puderam ser frutíferas não apenas para a história das ideias, ou para repensar as escritas dos acontecimentos, mas também para analisar espessuras históricas outras, dentre elas aquela realizada pela presença, ausência ou repetição de recursos linguístico-discursivos, eventualmente acumulados em enunciados publicados na mídia brasileira.

Nesta senda, na introdução de *A arqueologia do saber* (2008), Foucault explora mudanças então em curso nas maneiras de escrever a história, dialogando com outros enfoques possíveis, além daqueles tradicionais. A história geral que vinha se delineando (p. 10-12) problematizaria, por exemplo, narrativas marginais, esquecidas (e/ou apagadas?) dos livros, não arquivadas entre os eventos memoráveis. Estas possibilidades dialogavam, assim, sobretudo com a descontinuidade em vez da linearidade dos acontecimentos (p. 9), pensando antes na realização de quadros e relações entre enunciados que, por exemplo, unidades já dadas como evidentes, como os princípios do *autor* ou o de uma *obra* (FOUCAULT, 1992, p. 44-45). Foucault, chistosamente, compara aquele que investiga os documentos a um arqueólogo: antes, para narrar uma história sobre um material encontrado, o pesquisador remetia o achado à história, buscando reconstituir uma unidade dos fatos, uma linearidade dos acontecimentos; verificava-se, assim, sua integridade e autenticidade, se seus significados eram verdadeiros – qual seria, por exemplo, o seu lugar em uma continuidade.

Em um jogo com as palavras, Foucault (2008, p. 8) mostra-nos que com a história geral este percurso passava por mudanças: questionou-se como puderam construir-se (e, talvez perpetuar-se) apenas certos saberes e narrativas, remetendo-as às muitas outras possibilidades enunciativas. O que explica a lei de raridade do que pôde emergir? Afinal, muitas outras coisas poderiam haver sido ditas em seu lugar; ainda, muitos dizeres não se documentaram: palavras esquecidas, talvez interditas. Uma arqueologia das ideias, assim, pensa a acumulação dos enunciados como resultado de condições de dizibilidade específicas, que obedecem a regras; a descrição destas regularidades, por sua vez, é o cerne da concepção foucaultiana de discurso em *A arqueologia do saber* (idem).

De fato, houve uma história escrita pela mídia brasileira, que abordou as possibilidades de sua própria regulação; seu teor é bastante claro quando se trata da mídia de grande circulação no Brasil, construção discursiva de evidências que, no entanto, demanda

verificação dos sentidos realizados: disponibilizamos, assim, modos para que o leitor esteja consciente dos efeitos muitas vezes perversos causados pela circulação midiática. Conforme nos ensinou Foucault (2008, p. 157), devemos monumentalizar os enunciados que se nos apresentam: neste caso, há, por exemplo, grande contraste entre certa raridade de uma discussão aberta sobre o tema na mídia dita conservadora e a sua candência nas mídias progressistas e em movimentos sociais. A acumulação de leituras sobre a regulação da mídia, assim, possibilitou-nos demonstrar como se realizaram posicionamentos enunciativos nos materiais selecionados.

Neste sentido, optamos por referir-nos a estes dois grupos de mídias como “conservadoras” e “progressistas” por algumas razões de diferentes ordens, que exigem aprofundamento. Concebemos esta nomenclatura produtiva, inicialmente, porque está baseada em regularidades discursivas que, por sua vez, materializaram posições ideológicas presentes na conjuntura político-social brasileira. Estes conflitos amiúde se referiram à defesa das liberdades do mercado capitalista, bem como à necessidade de uma regulação institucional.

Há, assim, um embate ideológico discursivizado pela mídia brasileira entre diferentes facetas: primeiramente, uma sujeição do indivíduo aos poderes do Estado; de outro lado, a sua liberdade de escolha e consumo. Podemos conceber este confronto, inclusive, como reflexo de contradições fundamentais de um sistema de produção capitalista, uma batalha pela legitimidade ou não de certos dizeres; nesta esteira, cabe observar a variância nos posicionamentos de fato materializados no interior de diferentes mídias.

Em relação às mídias conservadoras, referimo-nos a grandes corporações de sucesso no mercado da informação brasileiro, com portfólios estáveis de assinantes e, ainda, filiadas a posições defendidas historicamente em seus interiores, que, em geral, buscam a manutenção de seus poderes, sendo, frequentemente, contrárias a políticas de regulação da mídia. Ao tratá-las enquanto mídias que se dizem conservadoras, referimo-nos, assim, a um de seus traços que consideramos principal: a busca de uma manutenção de seu estatuto, amiúde associado à liberdade do indivíduo em um contexto neoliberal.

Pensou-se, inicialmente, em tratá-las como mídias “corporativas”; essa nomenclatura, no entanto, pareceu elidir o potencial elo entre mídias progressistas e certas corporações e, por conseguinte, a realização de investimentos monetários privados. No que diz respeito ao financiamento estatal, vale apontar que já havia incentivos para certos veículos em diferentes

espectros de posicionamentos, mas houve mudanças com os governos presidenciais do PT, quando determinadas mídias progressistas passaram a receber maiores estímulos. Abandonamos esta nomeação, assim, por conceber que referenciar as mídias de grande circulação no Brasil como veículos corporativos não traria à luz o cerne do problema conforme o concebemos: não se trata, primariamente, de enfatizar como se deu o custeio desses meios, mas, sobretudo, de questionar como se defenderam posições, bem como suas relações com a manutenção ou mudança de certos contornos na distribuição de espaço de fala no Brasil.

Optamos, também, por não nos referirmos a essas como mídias *mainstream*, ou seja, classificando-as, primariamente, de acordo com sua circulação, dado o advento e prestígio de redes sociais informatizadas (como o *Twitter* ou o *Facebook*). O grande potencial de circulação do discurso político-midiático em mídias clássicas é, em grande medida, combatido pela facilidade de publicação e alcance das ferramentas sociais. Neste sentido, um dos reflexos do poder crescente de influenciadores por meio destas mídias é a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, um candidato que deteve grande voz entre os eleitores por meio de *lives*, mensagens compartilhadas no *WhatsApp*, bem como por páginas no *Twitter*, além da contribuição de seus apoiadores e outros sujeitos ligados ao conservadorismo, esquivando-se, inclusive, dos debates eleitorais na televisão. Ao não tratarmos essas mídias como *mainstream*, assim, não nos voltamos exclusivamente ao seu poder de circulação.

No que diz respeito às mídias progressistas, estamos diante de mídias mais próximas aos valores da esquerda, em combate a certos moldes do livre mercado da informação. São mídias que fizeram parte de tentativas de estabelecimento de uma nova ordem discursiva, em combate às narrativas que amiúde circularam na mídia conservadora, mas, ainda assim, também organicamente empresariais, voltadas à produção e, logo, ao lucro. A sua circulação, ainda que seja distinta dos moldes tradicionais de jornais como a *FSP* e *O Globo*, está, assim, distante de um ativismo majoritariamente protagonizado via mídias sociais, como realizaram outras mídias, a exemplo do portal eletrônico *Jornalistas Livres*<sup>2</sup>. As posições defendidas nos seus interiores, no entanto, possibilitam que, ao tratá-las como “mídias progressistas”, priorizemos o confronto de posições enunciativas em relação ao conservadorismo.

Cabe, ainda, a distinção entre esses dois grupos de mídias e aquelas que poderíamos

---

<sup>2</sup>Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/>>. Acesso em 11/12/2020.



chamar de “ativistas”. Primeiramente, vale pontuar que as mídias ativistas estão presentes em diferentes nuances do espectro ideológico brasileiro. Para exemplificar, destaca-se a *Mídia Ninja (Narrativas independentes, Jornalismo e Ação)*<sup>3</sup>, um coletivo colaborativo de esquerda descentralizado com grande visibilidade, que veiculou ao vivo manifestações (frequentemente não divulgadas pela mídia corporativa), ocupações e mesmo confrontos entre manifestantes e a polícia. Também, mais próximos ao conservadorismo e com atuação em prol dos moldes do livre mercado, vale mencionar a participação ativista do *Movimento Brasil Livre (MBL)*<sup>4</sup>, que ganhou espaço sobretudo após as manifestações populares de junho de 2013, posteriormente também institucionalmente, com a escolha de alguns de seus principais representantes para cargos eletivos, como Kim Kataguiri, Arthur do Val (também conhecido pela alcunha “Mamãe Falei”) e Fernando Silva Bispo (Fernando “Holliday”).

Nas possibilidades de interpretar o que é a regulação da mídia no Brasil, a mídia conservadora foi uma das superfícies de emergência de maior importância para a discussão. Primeiramente, pelo seu grande alcance, já bem assentado pela via mercadológica se comparado às demais mídias brasileiras: ainda que a circulação realizada por outros veículos, muitas vezes de menor porte, venha de encontro ao poder hegemônico de grandes corporações, o potencial da mídia conservadora para produzir sentidos e pautar posicionamentos do sujeito inscrito nesta conjuntura é amiúde predominante, demandando, assim, ferramentas de descrição e análise das leituras presentes.

Para investigar esta circulação, em nossa dissertação de mestrado (SANTOS, 2016), dedicamo-nos aos modos como a *FSP* pôde criar sentidos sobre as propostas de regulação da mídia de janeiro de 2010 a janeiro de 2015, período que compreende dois momentos eleitorais em que a discussão apareceu no embate político-partidário. As análises mostraram que as leituras possíveis, sob diversas modalidades linguísticas e de gênero textual, relacionaram as propostas de regulação da mídia à censura e ao desejo (amiúde interpretado como perverso) dos sujeitos políticos, em especial do PT e do governo, os principais proponentes, de calar a mídia, muitas vezes associado a escândalos revelados via denúncia desses veículos midiáticos conservadores, cujo alvo foram sujeitos políticos destes mesmos partidos.

Pode parecer claro que a circulação realizada pela *FSP*, uma das maiores corporações de mídia brasileiras, se oporia a quaisquer propostas que viessem a atenuar seu poder, leitura

---

<sup>3</sup>Disponível em: <<https://midianinja.org/>>. Acesso em 11/12/2020.

<sup>4</sup>Disponível em: <<https://mbl.org.br/>>. Acesso em 11/12/2020.

que certamente aconteceria, também, em outras mídias similares, como a revista *Veja* e o jornal *O Globo*. No entanto, a construção do saber científico ensina-nos que é preciso verificar como isso se realizou, ou seja, é imperativo investigar sob quais modalidades discursivas estas leituras foram possíveis. Assim, apenas afirmar seu teor não seria o suficiente para um trabalho pautado na teoria da análise do discurso, que busca aprimoramentos em relação a interpretações totalmente sujeitas a efeitos ideológicos. Para isso, foi necessário confrontar dados, buscar novos objetos e, finalmente, analisá-los.

Para realizar este estudo, dirigimo-nos aos textos da mídia à esteira do filósofo (FOUCAULT, 2008, p. 8), entendendo-os como resultados de processos de atribuição de estatuto e inclusive silenciamento, para, finalmente, observar a construção enunciativa de uma história de curta duração (2010-2016) sobre a regulação da mídia e, logo, acerca da liberdade de expressão. Interessados em como comentários sobre enunciados como o “controle social da mídia” emergiram na mídia, estamos diante de fragmentos de história:

A arqueologia pode assim – e eis um de seus temas principais – constituir a árvore de derivação de um discurso [...]. Ela colocará, junto à raiz, como *enunciados reitores*, os que se referem à definição das estruturas observáveis e do campo de objetos possíveis, [...] e abrem, assim, todo um domínio de conceitos a ser construídos; [...] (FOUCAULT, 2008, p. 166, sublinhadas nossas)

Compreendemos, assim, que a mídia brasileira realizou não apenas uma história sobre o que foi verdadeiro sobre sua própria regulação, mas também ditou quais foram, então, as verdades sobre o assunto. Não uma verdade, pois, com efeito, Foucault (2010, p. 8) atenta-nos a sermos pluralistas: houve, por exemplo, a construção de diversos sentidos sobre o enunciado “controle social da mídia”, formados em especial no final do segundo mandato de Lula (2007-2010), um dizer amiúde retomado pela circulação da mídia, em especial pelos veículos conservadores, até o fim de 2016. Assim, analisar estes textos e descrever seus efeitos de sentido, retomando Le Goff (1990, p. 11), são tarefas que dizem respeito a uma “tomada de consciência da construção do fato histórico, *da não-inocência do documento*” (itálicos nossos).

Neste sentido, também não podemos ignorar as mudanças em modalidades de circulação destes enunciados: as organizações midiáticas do século XXI atravessam câmbios intensos, de caráter político, social e sobretudo tecnológico, que estavam em gérmen ou podiam ser apenas aventados quando o livro *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2008) foi publicado. Na contemporaneidade, podemos apontar uma abertura dos espaços de fala,

possibilitada, sobretudo, pela *internet*. Assim, hoje, qualquer sujeito pode produzir conteúdos (vídeos, *tweets*, *lives*, blogues etc.) via redes sociais como o *Facebook*, o *WhatsApp* e o *Twitter*, potencialmente veiculados em massa (inclusive “viralizados”), recurso antes, de certa forma, disponível apenas para os grandes veículos.

Com esta abertura, assim, pode parecer que há, agora, liberdade de expressão completa aos sujeitos, mas sabemos, junto à Foucault (2006, p. 8-45), que coerções de diversas ordens inviabilizam dizer tudo. Ainda assim, mais recentemente, cresceram as possibilidades da defesa da liberdade de expressão em seu excesso, reivindicando este direito, formações discursivas que cada vez mais têm estado presente nos discursos sobre a liberdade de fala em nossa democracia. Neste sentido, a circulação midiática do discurso político brasileiro durante as eleições não pôde resultar incólume a tais mudanças, constituindo, na última década, acontecimentos ímpares para análise.

Nesta senda, as condições de dizibilidade para falar sobre a regulação da mídia deram-se de maneiras distintas nas últimas três eleições (2010, 2014 e 2018). Na corrida eleitoral de 2010, a postulante Dilma Rousseff (PT) apareceu sob o signo do apadrinhamento do então presidente Lula (PT), de modo que as discussões sobre se haveria ou não uma regulação da mídia frequentemente retomaram tentativas feitas durante o mandato que terminava. Em grande parte dos veículos conservadores, contrários às propostas de regulação, circulou uma tônica de essas propostas serem, de fato, tentativas de censura, associando esses sentidos a diversos outros modos de desqualificar aquela candidatura.

Dentre as maneiras de mostrar rejeição aos postulantes petistas, podemos apontar efeitos de sentido sobre a atuação de Dilma Rousseff como opositora do regime militar durante a ditadura: o autoritarismo presente nos sentidos sobre a censura foi retomado como um modo de representar Dilma enquanto uma candidata antidemocrática, que haveria, inclusive, demonstrado tais traços em sua participação na luta armada contra o poder militar. Frequentemente, a mídia conservadora criou sentidos de que se tratara não de uma defensora da democracia, mas de uma militante, de uma ameaça (amiúde ‘comunista’ e/ou ‘terrorista’)<sup>5</sup> que se queria combater (‘um sujeito autoritário, cala opositores – eis aqui o que protagonizara’).

---

<sup>5</sup>Para auxiliar a proposta de leitura aqui realizada, utilizamos aspas simples para remeter-nos a dizeres de cunho virtual, ou seja, enunciados que não foram extraídos do *corpus*, ainda que estejam relacionados com o tema de pesquisa. Todos os dizeres retirados diretamente do *corpus* estão marcados em itálicos, incluindo os títulos dos textos.

A emergência do enunciado “controle social da mídia” e seu posterior ‘silenciamento’ quando os proponentes, em especial políticos do governo e partidários do PT, foram confrontados com os efeitos perversos de sua circulação é uma das mudanças discursivas mais sensíveis e emblemáticas neste período. Certas falas foram associadas a gestos e sujeitos já marcados na grande mídia devido a escândalos como o Mensalão, envolvendo membros do PT como José Dirceu, uma tônica presente e repetida na mídia conservadora que, no entanto, não se refletiu completamente nos resultados eleitorais, dada uma vitória com certa vantagem de Dilma Rousseff (TSE, 2010), em especial no segundo turno (56,05% dos votos válidos) contra o candidato do PSDB, José Serra (43,95%).

As eleições de 2014, por sua vez, marcaram importantes mudanças em certas modalidades de circulação do discurso político. Também, acerca de possibilidades enunciativas de como falar na mídia, além de câmbios em discursos sobre a liberdade de expressão. Estivemos diante de campanhas agressivas (CHIARI; SARGENTINI, 2017), muitas vezes via confrontos diretos que tomaram não as propostas em si mesmas como alvos, mas os próprios sujeitos e suas identidades; podemos apontar, por exemplo, discursos corrosivos contra nordestinos, ou a respeito da participação da mulher na política. As campanhas políticas presidenciais, em especial no segundo turno, amiúde foram direcionadas a desqualificar a outra candidatura; ainda, houve publicações emblemáticas, como a reportagem *Dilma e Lula sabiam de tudo, diz Alberto Youssef à PF* (Veja, 23/10/2014), formando estratégias para gerar efeitos às vésperas das eleições.

Durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, os mesmos sentidos explorados pela grande mídia sobre sua atuação durante a ditadura militar como uma terrorista de caráter autoritário, no entanto, foram ressignificados pela própria candidatura, notadamente no segundo turno, quando de seu confronto vitorioso (51,64% dos votos válidos) contra o candidato do PSDB, Aécio Neves (48,36%), bastante mais parelho se comparado ao pleito anterior (TSE, 2019). Ademais, estes sentidos foram também retomados por efeitos de memória imagéticos: resgataram-se figuras de Dilma Rousseff ainda jovem, especialmente quando foi encarcerada pelo poder militar. Criavam-se, assim, também via textos sincréticos, enunciados sob uma ordem discursiva outra para reinterpretar a sua atuação, aquela do olhar: ‘trata-se, de fato, de um sujeito valente – as imagens provam-no’. Neste sentido, ao passo que a tônica na mídia conservadora sobre a regulação da mídia se manteve (ainda que com

nuanças de sentido), a possibilidade destas propostas no discurso de campanha se debruçou sobre uma busca por democracia, hoje e anteriormente, materializadas, por exemplo, na circulação majoritária do enunciado “democratização da mídia” e pelo desuso do “controle social da mídia” neste período (SANTOS, 2016; SANTOS; SARGENTINI, 2017).

Ainda que não respeite propriamente o escopo desta pesquisa, há também aspectos notáveis destas modalidades de circulação nas eleições de 2018, em que venceu com considerável vantagem o candidato Jair Bolsonaro (então do PSL), com 55,13% dos votos válidos no segundo turno, contra 44,87% do postulante petista, Fernando Haddad (TSE, 2019). Durante as candidaturas, a circulação de sentidos consagrou o estatuto da mudança de usos da liberdade de expressão durante as eleições, uma vez que grande parte do sucesso do vencedor deveu-se à voz do então pesselista por meio de conteúdos digitais, como o *Facebook* e, sobretudo, o *WhatsApp* (PIOVEZANI, 2017).

Certamente, não se tratou da primeira vez que um candidato fez uso de ferramentas sociais da *internet*, afinal o *Twitter*, o *Facebook* e outras redes sociais já estavam presentes nas corridas presidenciais anteriores (PIRES, 2017); no entanto, a campanha de Bolsonaro marca uma exacerbação do uso do direito à liberdade de expressão: pouco sujeitas a crivos empresariais ou outros controles, diversas mensagens de texto, áudios e vídeos foram publicados pelo candidato e seus apoiadores, revelados e “viralizados” em grupos cuja circulação muitas vezes esteve restrita a apoiadores.

A “viralização” destes conteúdos, ainda, marcou uma circulação de escala massiva inédita: muitas vezes apoiada por robôs (*bots*) e empresas especializadas em *marketing* digital por tais meios, Jair Bolsonaro figurou como um candidato de abertos e controversos posicionamentos, como a sua afeição à ditadura militar e verbosidade ao tratar temas que antes obrigatoriamente demandavam certa discrição. A sua eleição, assim, conforme ocorrera na escolha do presidente americano Donald Trump (2016), marcou o sucesso de um apelo a temas da extrema-direita e um declarado despreço pelo ‘politicamente correto’ (CHIARI; SARGENTINI, 2019), deslocando formações discursivas sobre o que era possível a um chefe estatal dizer.

Por conseguinte, mudanças desta ordem nas formas de constituição, circulação e formulação do discurso político quando tratado pela mídia mostraram-nos que estamos diante de acontecimentos cuja interpretação pode ter maior refinamento ao considerar a manutenção

de determinadas estruturas, que, no entanto, abriram espaço para certas rupturas, para a possibilidade do novo, entendendo-os também sob uma concepção de Michel Pêcheux (2008), pensador central para os desenvolvimentos da análise do discurso no Brasil. Para tratar o discurso e sua relação com o funcionamento da língua, dialogamos, ainda, com o seu trabalho entre o fim dos anos sessenta até o seu desaparecimento, na primeira metade dos anos oitenta (2008; 2009b; 2010).

Também um filósofo das ideias, em especial no campo da linguística, Pêcheux (2009a, p. 1) via desenvolvimentos problemáticos na evolução destas teorias. Amiúde via que as teorias se enveredavam ora para uma tendência logicista, ora para uma guinada sociológica (PÊCHEUX, 2011, p. 295-297), sem considerações sobre a ideologia, um tema extremamente caro em seu percurso. Estas ciências, ainda, lidavam com eventos sociais que passavam por mudanças drásticas, sobretudo no que dizia respeito à sua circulação. Neste sentido, a análise aqui realizada debruçou-se sobre o discurso midiático escrito verbal e a formação de suas interpretações sobre a política, também dialogando com uma preocupação que reverbera em sua trajetória.

Nesta senda, a análise do discurso (PÊCHEUX, 2008; 2009b) ensinou-nos a indagar acerca do papel da interpretação na concepção de sujeito e na escrita dos acontecimentos. A ausência de certas interpretações, bem como a impossibilidade de outras – seja pela constrição das condições históricas, ou por forças externas como a “interdição” (FOUCAULT, 2006, p. 9-10), também fazem parte dos seus interesses. Certas constrições das enunciações possíveis são constitutivas à natureza das línguas: não se pode dizer tudo em certa conjuntura não apenas porque há forças externas que rarefazem aquilo que pode ser dito, mas também porque a fala se dá sob certas condições de dizibilidade.

Para compreender como esta história se construiu, é necessário observar como se configuraram diferentes modalidades de enunciação circunscritas por formações discursivas, regularidades que podem ser apreendidas a partir da materialidade textual. Neste sentido, a relação de Pêcheux (2010) com a linguística foi decisiva para uma necessária mudança de terreno epistemológico, concretizando a proposta de um entremeio entre as inquietações do materialismo histórico e da psicanálise.

Nesta esteira, na conjuntura brasileira de 2010 a 2016, primamos por uma análise que pudesse debater aspectos de suas principais contradições e discutir um tema candente que diz

respeito à formação de subjetividades em nosso espaço nacional. Compreendemos que a mediação do embate político-partidário é um dos pontos centrais desta reflexão: a subjetivação pela política e pela mídia, no pensamento de Michel Pêcheux (2008, p. 34-35), é uma esfera incontornável na experiência, tendo direta influência na construção de efeitos de sentido no cotidiano. Assim, mesmo que o sujeito esteja, de certa maneira, “alheio” aos acontecimentos políticos dentro de sua nação, é impossível que sua experiência resulte completamente incólume aos seus efeitos e às suas formas de circulação; ao interpretar a política, o sujeito é interpelado por modalidades de enunciação protagonizadas pela mídia, que exercem efeitos palpáveis nas maneiras pelas quais se pode conceber a realidade.

Assim, a coleta de dados viabilizou uma compreensão do enunciado “como um átomo do discurso” (FOUCAULT, 2008, p. 90), que, pela acumulação de posicionamentos, constitui *monumentos* da história contemporânea brasileira, trazendo à luz a rarefação do que pôde ser dito. Estas emergências, avaliações abertas do que se deveu ou não empregar para falar sobre o tema, possibilitadas pela irrupção de um acontecimento discursivo em torno de normas já estabelecidas de como a mídia brasileira deveria funcionar, formaram-se, ainda, pela construção de evidências de sentidos, sobretudo em relação à censura.

Face a resultados preliminares, o processo de construção e análise do *corpus* revelou, ainda, a necessidade do diálogo com uma teoria mais próxima à linguística enunciativa. Isso se deu pois a natureza dos recursos utilizados na mídia para tratar a sua própria regulação amiúde esteve pautada em relatos de dizeres primeiros, o que possibilitou verificar os graus de opacidade dos gestos designativos utilizados e, logo, explorar indícios de posicionamentos enunciativos pela sua presença ou ausência. Assim, certas marcas de heterogeneidade discursiva, que frequentemente balizaram os sentidos de falas do outro, trouxeram à luz uma problemática que nos pareceu não estar circunscrita pelas problemáticas de uma escrita da história, ou do conflito ideológico entre discursos.

Nesta senda, nos desenvolvimentos da análise do discurso, já em uma fase final da formação da disciplina no começo dos anos oitenta na França, houve grande afinidade dos pesquisadores com certas problemáticas do campo da enunciação, sobretudo para compreender transformações nas materialidades discursivas que passavam a circular. Nestes processos de mudança, vale destacar o advento da mídia massiva e seu potencial de criar espetáculos; um poder exercido, sobretudo, pela repetição de certas leituras dos

acontecimentos que, paulatinamente, passam a integrar uma memória discursiva, fazendo com a mídia seja, assim, uma das principais formadoras de subjetividades em sociedades democráticas contemporâneas.

Assim, optamos, também, por realizar um diálogo com Authier-Revuz (2004): neste texto, a autora se vale da teoria bakhtiniana do dialogismo e da psicanálise lacaniana para explorar as marcas de reprodução da fala do outro como elementos constitutivos da produção enunciativa e, logo, para um estabelecimento do que foi compreendido como verdadeiro dentro destes espaços. Ao mostrar que o discurso relatado coloca em pauta uma série de não-coincidências enunciativas, Authier-Revuz (1998; 2004) advoga que é parte do trabalho dos estudiosos do discurso mostrar ao leitor que se devem levantar suspeitas acerca dos efeitos e das evidências realizadas por tais recursos. Isso se dá não apenas pelo fato de que certas falas primeiras lá estão presentes e outras não (afinal, conforme nos ensinou o pensamento foucaultiano, o dizer é raro), mas, também, devido às maneiras pelas quais os enunciados são reproduzidos.

No *corpus* de pesquisa, deparamo-nos com o dado de que a mídia brasileira, quando versou acerca de discursos que respeitavam a sua própria regulação, em especial falas de sujeitos com certo estatuto político, valeu-se, no discurso midiático escrito, de diferentes marcas desta ordem para construir e veicular posicionamentos enunciativos sobre se a regulação da mídia foi ou não necessária, em especial via modalizações de sentido, aspas e uso de verbos *dicendi* avaliativos. Ademais, em certos momentos, estas falas foram reproduzidas para que pudessem ser contestadas, por meio de diferentes recursos; alguns exemplos são a ironia, a derrisão e a argumentação *ad hominem*. Assim, ainda que não respeite propriamente o interesse primeiro que nos levou a coletar o *corpus* e realizar esta tese, compreendemos que Authier-Revuz (citar) trouxe contribuições decisivas aos resultados alcançados.

Tomando como mote estas considerações, delimitou-se como objetivo geral de pesquisa demonstrar as condições de emergência do discurso midiático brasileiro sobre a sua própria regulação, por meio da verificação das modalidades discursivo-enunciativas em embate na mídia escrita, de janeiro de 2010 a dezembro de 2016. Primeiramente, uma vez que os efeitos de sentido da circulação de enunciados como o “controle social da mídia”, a “regulação da mídia”, a “democratização da mídia” e a “regulação econômica da mídia”



foram discutidos por órgãos midiáticos conservadores, o nosso primeiro objetivo específico é averiguar quais são os recursos linguístico-discursivos pelos quais este discurso midiático ditou e estabilizou sentidos ao construir uma posição contrária à sua própria regulação, bem como os modos pelos quais se realizaram nuances na formulação de posições favoráveis, para contestá-las. Ainda, ao descrever e interpretar a construção de sentidos realizada por mídias progressistas, nosso segundo objetivo específico é verificar como se formularam posições acerca da regulação da mídia nestes espaços, bem como descrever a natureza dos recursos linguístico-discursivos utilizados para questionar posições adversárias.

A partir dos dois primeiros objetivos específicos já elencados, efetuamos um desdobramento de outros três objetivos específicos, que respeitam diferenças entre a natureza da circulação textual (artigos de opinião, reportagens de cunho mais factual, editoriais, jornais/revistas etc.) e o grau de utilização de certos recursos em seu interior, quais sejam: iii) verificar se se trata dos mesmos recursos estilísticos quando se constroem posições favoráveis e contrárias à regulação da mídia; iv) demonstrar se se está diante de mecanismos semelhantes quando circulam diferentes gêneros textuais; v) averiguar se no interior de um mesmo tipo de circulação (jornal, revista, portal eletrônico etc) há diferenças de recursos utilizados.

Neste sentido, é importante pontuar a força de aparição do tema durante os debates eleitorais presidenciais de 2010 e 2014, pois foram momentos importantes para a discussão da regulação da mídia, em que o tema seria, potencialmente, um objeto de discurso por partes dos candidatos em sua busca ao cargo presidencial. É quando, também, há diálogo direto com os jornalistas e a população sobre os anseios para as políticas públicas que serão tomadas, colocando a pauta em certo realce.

Ainda, uma vez que as políticas de estabelecimento de regulação da mídia resultaram de 2010 a 2014 em poucos efeitos práticos, julgamos importante abarcar um período que compreende os desdobramentos do segundo mandato de Dilma Rousseff (2014 a 2016): um dos efeitos desta falta foi a manutenção do poder de circulação de grandes veículos, e a abertura do processo do *impeachment*<sup>6</sup> de Dilma, além de sua posterior deflagração, foram,

<sup>6</sup>É importante ressaltar que, de fato, consideramos que se tratou de um processo de deposição ilegítimo, configurando, assim, um golpe de Estado. No entanto, optamos por referir-nos a este acontecimento como *impeachment* pois importou-nos salientar, sobretudo, o modo como paulatinamente se realizou um processo que instaurou verdades, bem como seus efeitos. O resultado foi não apenas o fim precoce de um mandato eleito democraticamente, mas, também, a consolidação do desprestígio pelo qual passaram políticos do PT e, logo, seu partido, sobretudo se comparado aos pleitos anteriores; em grande medida, estas construções de sentido foram protagonizadas pela atuação da mídia brasileira. Na mesma senda, compreendemos que referir-nos ao cargo de Dilma Rousseff como “presidente” em vez de “presidenta”, muitas vezes, denota este mesmo posicionamento

em grande medida, acontecimentos espetacularizados pela mídia conservadora.

Assim, para descrever leituras que respeitam como a regulação da mídia pôde circular na própria mídia de janeiro de 2010 a dezembro de 2016, dividimos este trabalho em três capítulos. Cada uma das seções desta tese conta com métodos de coleta de dados que são similares, mas não totalmente semelhantes, dada a natureza distinta dos objetos observados. Optamos por mídias disponíveis na *internet*, de tipos diversos (jornais, revistas e portais exclusivamente eletrônicos). Estes veículos contiveram diferentes gêneros textuais em seus interiores, quais sejam: reportagens factuais, textos opinativos, colunas, entrevistas e editoriais. Primamos, ainda, por veículos de grande alcance no Brasil, de modo que os textos realizados representassem o que foi de fato acessível à grande parte da população brasileira.

Assim, todos os textos que compõem o *corpus* formam possibilidades de leitura sobre a regulação da mídia no Brasil: eles integram não apenas o que a mídia instou sujeitos a interpretar sobre certos acontecimentos, mas também constroem o que foi dizível sobre o tema. Dada a importância da circulação midiática no cotidiano do sujeito para pautar opiniões e posicionamentos políticos, consideramos, assim, que aquilo que a mídia divulgou sobre as possibilidades de sua própria regulação faz parte de campos de possibilidade e de existência (FOUCAULT, 2008, p. 120-142) para falar (ou não) sobre o assunto.

Classificamos as mídias analisadas em dois grupos; a discussão teórica pautada na análise do discurso de linha francesa (AUTHIER-REVUZ, 1998; 2004; FOUCAULT, 2006; 2008; 2010; PÊCHEUX, 2008; 2009b), por sua vez, mostrou-nos caminhos para delinear objetos e delimitar questões que pudessem confirmar ou rebater as hipóteses inicialmente aventadas, permitindo-nos, assim, realizar uma proposta de leitura sobre o acontecimento da emergência de propostas de regulação da mídia no Brasil.

O primeiro grupo em que classificamos os veículos analisados é o que chamamos de “mídia conservadora”, referindo-nos a mídias empresariais com forte poder de circulação e grande influência não apenas no mercado editorial, mas também no cenário político brasileiro. Ainda que a *internet* cada vez mais funcione como uma ferramenta para que apareçam outras vozes, estas foram algumas das mídias de maior circulação no Brasil; além disso, tornaram-se alvos das propostas de regulação da mídia debatidas, sendo, ainda, desestabilizadas pela emergência das mídias ativistas. Neste primeiro grupo estão os jornais *O Globo* (digital) e

---

discursivo, o que nos pareceu não contribuir para a leitura aqui proposta; assim, optamos pelo segundo emprego.

*Folha de São Paulo* (impresso), além da revista digital *Veja*.

No segundo grupo, temos mídias em geral mais voltadas a políticas de esquerda e ao socialismo, amiúde abertamente contrárias a certos efeitos do livre mercado da informação capitalista, às quais nos referimos como “mídia progressista”: a revista *Carta Capital* e o portal eletrônico *Carta Maior*. São mídias que integraram o funcionamento discursivo de uma concepção de regulação da mídia gestada no fim do segundo mandato de Lula (2007-2010) e nos governos de Dilma Rousseff (2011-2016) não apenas pelo teor combativo de seus conteúdos diante da atuação da mídia conservadora, mas também pelo modo como esses governos realizaram incentivos, inclusive financeiros, para aumentar o poder de circulação de mídias similares, conferindo-lhes certa legitimação; também, com a chegada de Michel Temer (2016 em diante), a retirada do apoio monetário para estas mídias configura uma mudança em discursos sobre o tema, importante movimento para as possibilidades de emergência da discussão.

No **capítulo um**, predominantemente teórico, debateram-se contribuições decisivas para uma análise do discurso midiático que trata sua própria regulação. O primeiro pensador com quem dialogamos é Foucault (2006; 2008; 2010), filósofo que nos ensinou a compreender a análise dos enunciados como fragmentos de nossa história contemporânea. Posteriormente, debatemos o pensamento de Pêcheux (2008; 2009b), filósofo da linguagem, central para os desenvolvimentos da análise do discurso no Brasil, em sua incessante problematização dos rumos que então tomava a linguística. Finalmente, abordamos alguns conceitos de Authier-Revuz (1998; 2004), que nos forneceram ferramentas de análise para pensar o discurso político relatado na mídia.

No **capítulo dois** exploramos como se deu a própria possibilidade de emergência da discussão no discurso político eleitoral presidencial de janeiro de 2010 a dezembro de 2016 na mídia conservadora, acontecimento protagonizado por uma leitura contrária às propostas. Com a análise de reportagens, textos opinativos, editoriais e entrevistas, verificamos como foram produzidos sentidos sobre a regulação da mídia nos seguintes espaços: i) o jornal digital *O Globo* (<<http://oglobo.globo.com>>); ii) a versão digital da revista *Veja* (<<http://veja.abril.com.br/>>); iii) a versão digital do jornal *FSP* (<[www.folha.com.br/fsp](http://www.folha.com.br/fsp)>).

Finalmente, o **capítulo três** analisa textos da mídia progressista e a construção de uma concepção de regulação da mídia defendida por estes veículos. Para concretizar esta tarefa,

analisamos reportagens, textos opinativos e editoriais que comentaram a regulação da mídia em jornais e revistas progressistas de janeiro de 2010 a dezembro de 2016, a saber: i) o portal eletrônico *Carta Maior* (<<http://www.cartamaior.com.br/>>); ii) a revista *Carta Capital* (<<http://www.cartacapital.com.br/>>).

Para realizar a coleta do *corpus*, assim, valemo-nos sobretudo de recursos da *internet*; principalmente, buscadores da rede e, eventualmente, ferramentas dos sítios oficiais dos veículos em questão. Em relação aos passos metodológicos tomados que pautaram esta coleta, primeiramente é importante que apresentemos o caráter muitas vezes enviesado das buscas realizadas em mecanismos como o *Google* (<<https://www.google.com/>>): trata-se de uma ferramenta que armazena dados do usuário durante o curso de sua navegação, o que tornaria os resultados auferidos pouco objetivos se comparados, por exemplo, a algoritmos computadorizados que varrem a *internet* sem estoque de informações daquele que navega (em especial, *HTTP cookies*). Ainda que o buscador do *Google* tenha sido uma ferramenta valiosa em alguns momentos, evitamos o seu uso para a coleta de dados nesta tese, justamente pelo comprometimento da objetividade necessária.

Para encontrar textos que tratam o tema, optamos, por conseguinte, pelo buscador *DuckDuckGo* (<<http://www.duckduckgo.com/>>), utilizado sobretudo no navegador *Mozilla Firefox*<sup>7</sup>, equipado com extensões (*add-ons*)<sup>8</sup> que auxiliaram no controle de certos *scripts* automatizados nos sítios consultados, como, por exemplo, o *NoScript Security Suite*<sup>9</sup>; estes sistemas primam por uma navegação livre de conteúdos assimilados por máquinas e inteligências artificiais que, ao arquivarem informações sobre o sujeito que navega, direcionam leituras e resultados; ademais, a comunidade de desenvolvedores em torno deste navegador disponibiliza centenas de outras ferramentas que podem auxiliar buscas de *corpus* na *internet*. Eventualmente, para fins de conferência de como a versão digital de determinado texto constou (devido a frequentes *layouts* que pareciam incomuns para os gêneros em questão, como, por exemplo, longas reportagens publicadas em apenas um parágrafo), utilizou-se outro navegador da *internet*, o *Google Chrome*.

---

<sup>7</sup>Este navegador da rede pode ser baixado gratuitamente, em língua portuguesa, no sítio oficial da fundação Mozilla: <<https://www.mozilla.org/en-US/firefox/new/>>.

<sup>8</sup>Diversas extensões para este navegador podem ser encontradas gratuitamente em <<https://addons.mozilla.org/>>.

<sup>9</sup>Esta extensão do navegador digital *Mozilla Firefox* está disponível em português, com acesso gratuito no endereço <<https://addons.mozilla.org/pt-PT/firefox/addon/noscript/>>. É de grande utilidade para bloquear *pop-ups* e *scripts* automatizados nos sítios consultados.

### **a. Métodos de coleta e análise de dados**

Antes dos capítulos teórico-analíticos, é importante detalhar como se realizou a coleta do *corpus*, devido a pelo menos duas razões. A primeira delas relaciona-se ao rigor metodológico de nosso trabalho no que respeita a leitura: pautando-nos em uma disciplina que questiona a própria interpretação, assumimos de antemão que a coleta do *corpus* por parte do pesquisador é também um gesto desta mesma ordem. Como tal, não está livre de controles exercidos por diversos mecanismos, inclusive os de busca na *internet*; ainda assim, para alcançar maior objetividade, tomamos alguns cuidados para evitar uma proposta de leitura que esteja completamente sujeita a efeitos ideológicos, explorados nos seguintes subitens.

Em segundo lugar, referimo-nos a uma razão de natureza prática, destinada não apenas a conferir maior fiabilidade aos métodos e resultados alcançados, mas também para viabilizar que outros pesquisadores se debruçam sobre a análise do discurso midiático verbal em veículos similares, ou mesmo em outros nos quais os métodos de pesquisa aqui descritos possam ser proveitosos. Uma vez que parte da coleta foi feita após tentativas e consequentes erros, dispor os passos metodológicos tomados auxiliaria outros pesquisadores em ofícios similares.

#### **a.a. Procedimentos e diretrizes gerais**

Conforme apontado, o nosso objeto de pesquisa são reportagens, editoriais, entrevistas e textos opinativos que debatem a regulação da mídia no Brasil em formato digital, construindo diferentes posições sobre o tema. Frequentemente, estes textos defendem certas posições e rebatem outras que não estão de acordo com aquelas ali advogadas. Isso mostra que estamos diante de um assunto que cria fortes cisões: partimos, assim, de um objeto de discurso cuja discussão de seus contornos (leis de validade e de possibilidade, delimitação dos objetos e das estratégias para realizar estes gestos) esteve pautada em nossa sociedade, sendo um alvo de desejo e poder em dizeres de diferentes sujeitos (enunciadores políticos, sujeitos midiáticos, movimentos sociais, pronunciamentos oficiais, roteiros de novela etc.). Diversas posições, muitas vezes em conflito umas com as outras, assim, são materializadas nos textos analisados.

As palavras-chave que utilizamos nos buscadores, a partir de diversas combinações, foram as seguintes: *mídia*, *regulação*, *censura*, “*controle da mídia*”, “*regulação da mídia*”,

“democratização da mídia”, “regulação econômica da mídia”, “Franklin Martins”, “Luiz Inacio Lula da Silva”, Lula, Dilma, Franklin, Dirceu, Regulação mídia, Regulamentação, Tribunal, “controle social”, controle, democracia, liberdade, expressão, “liberdade de expressão”, Confecom, Congresso, Nacional, Encontro, Paulo Bernardo, Executiva PT, Aécio [Neves], FHC, Fernando Henrique Cardoso, comunicação, secretaria, SECOM e ANJ. Além disso, buscamos por diversas siglas dos partidos postulantes às eleições, nomes de organizações sociais, grupos de jornalistas e coletivos de mídia. Valemo-nos, ainda, de diversas outras palavras-chave e combinações; eventualmente, no entanto, as buscas apontavam para textos que não tomaram a regulação da mídia como um tema central.

Ademais, alguns resultados de pesquisas anteriores (SANTOS, 2014; 2016) contribuíram para as buscas realizadas. Nestes trabalhos, pudemos verificar os gestos designativos mais comuns pelos quais a questão foi comentada na mídia conservadora (“controle social da mídia”, “regulação da mídia”, “democratização da mídia” e “regulação econômica da mídia”), além de certas nuances de posições e mecanismos de construção de sentido regulares quando esses foram tratados. Ainda, constatamos momentos em que a discussão sobre o tema foi candente na mídia brasileira; além das eleições, destacaram-se o 4º Congresso Nacional do PT (setembro de 2011) e certas falas de Franklin Martins.

Nas análises realizadas, buscamos, ainda, marcar com clareza os enunciados reproduzidos em seu original, bem como nossos eventuais destaques. Todos os realces de nossa autoria estão indicados, e as reticências no corpo do texto, por exemplo, significam que o próximo excerto será a continuação imediata do primeiro. Os enunciados reproduzidos literalmente se realizaram em itálico; as ênfases, em geral, são feitas em negritas ou sublinhadas. Ainda, utilizamos, eventualmente, aspas simples para fazer referências a dizeres de cunho virtual que auxiliaram a proposta de leitura.

Finalmente, cabe apontar que o leitor pode remeter aos textos originais buscando pela data de publicação do texto midiático na seção “REFERÊNCIAS DO CORPUS”. Com alusão ao seu endereço na rede para viabilizar o acesso, estas referências do *corpus* estão elencadas em itens e subitens. Primeiramente, os itens estão dispostos de acordo com o veículo em que os textos foram publicados: a) jornal *FSP*; b) revista *Veja*; c) jornal *O Globo*; d) revista *Carta Capital*; e) portal eletrônico *Carta Maior*. Esses, por sua vez, estão subdivididos em subitens, de acordo com o gênero textual empregado: a) reportagens; b) textos opinativos; c) editoriais;

d) entrevistas. Vale pontuar, ainda, que as referências do *corpus* estão elencadas em ordem cronológica.

#### **a.b. Procedimentos de coleta de dados específicos a certos objetos**

As combinações de palavras-chave mencionadas (subitem a.a.) foram feitas de maneira aleatória na realização das buscas, com o intuito de elencar textos que trataram a regulação da mídia como uma prioridade. É importante destacar, ainda, que quando utilizamos aspas nas ferramentas de investigação, como é comum neste gênero de buscador, os resultados auferidos são apenas aqueles que contêm todas as palavras presentes em exata sequência, o que possibilitou buscas contendo ou não tal exatidão. Muitos outros tipos de combinações e ferramentas são possíveis; no entanto, o mais valioso foi a restrição aos sítios nos quais os resultados foram auferidos, como em “*regulação da mídia*” *site: <http://oglobo.globo.com>*.

Essas buscas, assim, possibilitaram congregiar textos diversos. Após esta coleta primeira, seguiu-se uma leitura do original por parte do pesquisador, avaliando quais deles trataram a regulação da mídia como um tema central, bem como aqueles que apenas o tangenciaram. Isso se deu porque, nas diversas mídias analisadas, a circulação em torno do tema exigiu um recorte para fins de pertinência e relevância.

Neste sentido, ao realizar esta leitura primeira do montante de textos elencados, já buscando traços de recursos linguístico-discursivos que estabeleceram posições, foram feitas avaliações em uma escala de 1 (um) a 9 (nove) pelo pesquisador, que julgaram a relevância do tratamento conferido à questão da regulação da mídia em seu interior, independente das posições defendidas. Os índices 1 (um) assinalaram textos que apenas tangenciaram o assunto ou não o trataram, ao passo que 9 (nove) respeitou aqueles voltados exclusivamente a debater a questão. Ao mesmo tempo, notas do pesquisador ao longo do texto original apontaram como se deu a construção de posicionamentos, viabilizando leituras posteriores em que, finalmente, descreveram-se os recursos utilizados.

Isso se justificou como um passo metodológico importante, pois, uma vez que nos valemos sobretudo de uma ferramenta de busca que não coleta dados do usuário (desta forma, as mesmas buscas por dois sujeitos em computadores diferentes resultariam iguais), as buscas realizadas muitas vezes direcionaram o pesquisador a textos que apenas tangenciaram o tema.

Primamos, assim, por textos que tiveram a regulação da mídia como o assunto principal, construindo posições sobre o assunto ao longo de todo o corpo do texto. Isso nos permitiu, finalmente, selecionar com acuidade os textos mais relevantes para a realização deste trabalho.

Esses foram, então, elencados, reproduzidos e padronizados em um arquivo de texto (foi utilizado o programa *LibreOffice Writer*<sup>10</sup>), com suas principais características preservadas (subtítulo, título, destaques, *hyperlynks*, referências, etc.), contribuindo também para que certa “interferência” do pesquisador pudesse ser atenuada no nível co-textual. Isso permitiu, ainda, que os necessários recortes trazidos para o corpo da tese pudessem ser realizados com mais facilidade, além de auxiliar buscas por certas palavras-chave nos textos elencados, uma vez que um único arquivo conteve todo o *corpus* em sua integridade.

Separados inicialmente pelos veículos em que foram divulgados e organizados por data de publicação, após uma leitura primeira que julgou sua relevância para a discussão, os textos foram também classificados segundo os seus gêneros (reportagens, entrevistas, artigos de opinião, editoriais, colunas, etc). Todos os textos relevantes foram então salvados como “favoritos” na seção de mesmo nome do navegador *Mozilla Firefox*. Uma vez que, muitas vezes, foram necessárias diversas leituras e comparações entre os diferentes textos, e também para que futuras referências a esses fosse facilitada, os textos elencados foram organizados pela data de publicação, título e gênero. Desta maneira, uma simples busca nos favoritos do navegador *Mozilla Firefox* por certa data, quer seja “02/02/2011” ou “02fev2011”<sup>11</sup>, remeteu facilmente a todos os textos previamente favoritados neste dia.

Ainda, quando elencados nos favoritos do navegador *Mozilla Firefox*, os textos foram separados pelos seus gêneros, utilizando símbolos que facilitaram buscas posteriores. Reportagens foram marcadas com asteriscos (“\*”), textos opinativos com cerquilhas (“#”), editoriais com E comercial (“&”) e, finalmente, entrevistas com arrobas (“@”). Assim, uma

---

<sup>10</sup>Este editor de textos pode ser baixado gratuitamente, em língua portuguesa, no sítio do projeto de livre acesso *LibreOffice*: <<https://pt-br.libreoffice.org/>>. Foi também o *software* utilizado para a redação desta tese. Está disponível para sistemas operacionais *Windows*, *Mac* e distribuições *Linux*; além disso, os arquivos de texto criados podem ser salvos em formatos executáveis por outros programas. Em relação à compatibilidade com o popular *Microsoft Word*, recomendamos utilizar o formato “\*.doc” (versões 97/2000/XP), pois sua portabilidade se mostrou a mais efetiva; a versão “\*.docx”, mais recente, apresentou certos entraves, tais como quebra da formatação original.

<sup>11</sup>Pudemos notar que a segunda forma mencionada de padronizar as datas, no estilo “02fev2011”, foi de maior utilidade para a realização do trabalho, uma vez que a sua seleção textual para cópia e cola (ao pressionar as teclas *Control+C* seguidas de *Control+V*) é mais rápida, se realizada com um duplo clique, em comparação a “02/02/2011”.



reportagem da *Veja* publicada em 27/11/2010 poderia ser salva como “\* *Veja*, 27set2010 – *A imprensa ideal dos petistas*”. Facilitar-se-ia, assim, quaisquer buscas posteriores para acessar a reportagem digitalmente nos favoritos do navegador *Mozilla Firefox*, ou no arquivo do pesquisador em que os textos midiáticos foram reproduzidos.

Vale pontuar, ainda, que optamos por utilizar os programas mencionados em um sistema Linux, por razões de natureza prática para a realização desta pesquisa. Primeiramente, porque lidamos com sítios da *internet* de mídias que frequentemente contam com diversos anúncios e, potencialmente, programas danosos para o computador em questão: de maneira geral, a maioria dos vírus, *adwares* e demais *softwares* talvez maliciosos são feitos para atuar em sistemas *Windows*, uma vez que são mais populares entre usuários de computadores; assim, evitaram-se problemas de mal funcionamento da máquina utilizada para a pesquisa. Mais especificamente, o sistema majoritariamente utilizado foi providenciado pela distribuição *Arch Linux*<sup>12</sup>, que oferece um sistema de funcionamento Linux altamente personalizável.

Neste sentido, um computador relativamente potente foi necessário, capaz de, eventualmente, sustentar diversas páginas do navegador *Mozilla Firefox* e diferentes instâncias do editor de textos *LibreOffice*, muitas vezes com longos arquivos de texto, além de outros *softwares* utilizados, amiúde exigentes em termos de desempenho. Foi também utilizado o sistema de gerenciamento de janelas para sistemas Linux chamado *Openbox*<sup>13</sup>: trata-se de um programa altamente passível de personalização para a disposição de janelas em um ambiente gráfico, útil ao lidar com diversos textos e arquivos, facilitando a organização e redação.

O desenvolvimento e personalização da distribuição Linux para os fins desta tese foram realizados pelo pesquisador, sobretudo com guias para instalação, manutenção e mudanças disponíveis no sítio oficial do sistema Linux, também disponível em língua portuguesa, que, assim, viabilizou realização deste trabalho. Vale apontar, no entanto, que se trata de uma distribuição Linux para usuários relativamente experientes, mas que outras opções, como Ubuntu<sup>14</sup>, mais acessíveis a operadores menos familiares, também podem ser utilizadas para os mesmos fins. Finalmente, é importante pontuar que todos os programas e

---

<sup>12</sup>Mais detalhes sobre os procedimentos para instalação e manutenção podem ser encontrados gratuitamente no sítio oficial da distribuição Arch Linux: <<https://wiki.archlinux.org/>>.

<sup>13</sup>Informações adicionais podem ser encontradas no sítio oficial: <<http://openbox.org/>>.

<sup>14</sup>Disponível gratuitamente em <<https://ubuntu.com/>>.

sistemas utilizados obedecem às regulações de conteúdo *GNU General Public License* e são completamente gratuitos e de livre acesso.

Com o uso dessas ferramentas de busca e coleta, posteriormente percebeu-se que as diferentes palavras-chave combinadas resultaram nos mesmos textos já analisados. Isso foi notável pelo histórico gravado pelo navegador *Mozilla Firefox*, que apontava os *hyperlinks* como já acessados (e/ou favoritos) quando os resultados da busca apareceram, além de eventuais sequentes conferências pelo pesquisador no arquivo de texto, com o mecanismo de busca do *LibreOffice Writer*. Vale apontar, também, que o navegador *Mozilla Firefox* possui um sistema de sincronização entre diferentes máquinas, também gratuito, facilitando o acesso caso seja necessário utilizar mais de um computador para a pesquisa<sup>15</sup>.

Finalmente, vale comentar que após sua coleta nos termos gerais acima descritos, alguns textos deste veículo já não estão mais disponíveis no sítio oficial da revista. Uma maneira de encontrá-los na rede, no entanto, é fazer uma busca pelo seu título ou pelo endereço *html* referenciado na seção “REFERÊNCIAS DO CORPUS”. Um exemplo: o referido endereço da revista “<<http://www.cartacapital.com.br/revista/832/ricardo-berzoini-na-linha-de-tiro-3638.html>>” não mais nos levaria a reportagem *Ricardo Berzoini na linha de tiro* (*Carta Capital*, 12/01/2015); no entanto, uma busca na rede por seu título ou simplesmente “ricardo-berzoini-na-linha-de-tiro-3638” direciona a sítios outros que o reproduziram. O mesmo pode ser aplicado a outros veículos para realizar leituras dos textos indisponíveis nos sítios das revistas. Mostrou-se importante, assim, que se mantivesse um registro próprio e fidedigno do conteúdo dos textos coletados.

Para efeitos de fechamento do *corpus* de pesquisa, também foi importante a percepção de certo equilíbrio do número de textos realizados em cada uma das mídias. Uma vez que o *corpus* em torno da primeira mídia conservadora analisada, a *FSP*, já havia sido discutido em nosso trabalho em nível de mestrado (SANTOS, 2016), pudemos estabelecer um parâmetro sobre a quantidade de textos relevantes para uma representação fiel das posições que circularam, além de poder estimar o tempo que seria despendido para analisar determinado número de textos e sistematizar os resultados.

---

<sup>15</sup>O sítio do navegador *Mozilla Firefox* apresenta instruções para a realização de sincronização deste *software* em diferentes computadores no seguinte endereço: <<https://support.mozilla.org/pt-BR/kb/como-configurar-o-sync-no-meu-computador>>.

### **Jornal impresso *FSP***

A *FSP* foi o nosso objeto em nível de graduação (SANTOS, 2013) e mestrado (SANTOS, 2016). Valemo-nos destas pesquisas já realizadas sobretudo para cotejar os dados encontrados e os resultados obtidos nas análises desta mídia conservadora com os demais veículos tratados nesta tese, evitando, no entanto, repetições de resultados já alcançados.

Por ser a *FSP* dos veículos impressos de maior circulação no Brasil, a análise dos diversos gêneros que lá circulam (reportagens factuais, artigos de opinião, editoriais, a seção *Painel*) foi concebida como representativa das leituras possibilitadas pela mídia conservadora, alvo das propostas de regulação da mídia. A seção *Poder* da *FSP*, o lugar privilegiado em que se trata a política, foi o nosso principal foco de pesquisa, ainda que o *corpus* deste trabalho anterior também tenha abarcado outros textos fora desta seção.

Ademais, vale lembrar que a *FSP* conta uma versão de circulação aberta, presente na rede em <[www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)>. Ainda que esta versão comporte maior número de acessos, optamos pela versão digital para assinantes, disponível no sítio <[www.folha.com.br/fsp](http://www.folha.com.br/fsp)> por diferentes razões. Importa mencionar uma delas, de teor metodológico: a presença de um buscador próprio do veículo nesta versão do *site*, localizado em <<http://search.folha.uol.com.br>>. A partir de nossa experiência no curso do trabalho de mestrado, constatamos que se trata de um buscador em que se pode escolher a seção, intervalos e versão do jornal a qual se deseja acessar. Essa busca, ainda, comporta a combinação de palavras-chave, o que também facilitou a coleta de dados.

O pesquisador interessado nos textos veiculados na *FSP* também pode congrega dados a partir da versão fac-símile presente em <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Trata-se de um recurso também válido, sobretudo para a análise de textos sincréticos, uma vez que a disposição do jornal impresso em sua totalidade está emulada nesta versão digital. Para a análise do discurso verbal aqui realizada, no entanto, valemo-nos desta ferramenta em menor medida, pois a versão para assinantes presente em <[www.folha.com.br/fsp](http://www.folha.com.br/fsp)> facilitou a reprodução do texto em seu corpo, seja nesta tese ou para consulta do pesquisador; para realizar esta mesma tarefa pelo acesso à versão fac-símile, por exemplo, o pesquisador teria de digitar todos os textos presentes, uma vez que se trata de uma reprodução imagética do jornal impresso.

### **Revista digital *Veja***

Trata-se da versão digital de uma das revistas de maior circulação no Brasil. Os textos da revista *Veja* que compõem o *corpus* estão disponíveis no sítio <<https://veja.abril.com.br/>>, e a busca por termos-chave resultou em diversas reportagens, artigos, colunas e reproduções de textos presentes em outras mídias brasileiras, como o jornal *Estadão*. Os textos acessados estiveram disponíveis na rede, mas têm limitações de acesso mensal para usuários não-assinantes. O sítio tem, ainda, um mecanismo de busca próprio, também útil para congregiar textos em torno de certa problemática.

### **Jornal digital *O Globo***

Estamos diante da versão digital de um dos veículos impressos de maior circulação no Brasil. De modo análogo à revista *Veja*, os textos acessados também têm restrições de acesso mensal para não-assinantes; este jornal possibilita, ainda, a busca em um acervo, presente em <<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/>>, que contém versões fac-símiles do jornal. No entanto, este acervo é restrito a assinantes. Não foi encontrado um mecanismo próprio do sítio para a busca de textos, de modo que o único recurso utilizado para tal foram as buscas no *DuckDuckGo*®.

### **Revista digital *Carta Capital***

O sítio da revista *Carta Capital* é aberto a acesso público. As buscas foram realizadas em geral no *DuckDuckGo*®, mas o sítio também contém um mecanismo de busca próprio. Diversas propagandas estão presentes no sítio, muitas delas realizadas por meio de *scripts* e *pop-ups*, de modo a eventualmente sobrecarregar computadores de pouca potência se se é necessário comparar diversos textos e utilizar outros programas.

### **Portal digital *Carta Maior***

O portal da *Carta Maior* também fornece acesso gratuito e virtualmente ilimitado. O sítio também contém diversas propagandas, porém menos abundantes que os veículos anteriores. As buscas foram realizadas no *DuckDuckGo*®; não foi encontrada uma ferramenta de busca própria ao sítio.

### **Dos textos midiáticos ao processo discursivo, do acontecimento à regularidade**

Conforme já apontado, após uma leitura primeira destes textos, com um teor mais superficial se comparada às posteriores, ainda que já se primasse pelo objetivo de descrever recursos que construíram posições discursivas, encontrando-os e marcando-os em seu interior, foi realizada uma segunda interpretação. Neste momento, os recursos linguístico-discursivos presentes foram relacionados ao seu funcionamento co-textual, referindo-os à estrutura argumentativa construída ao longo do texto, bem como à sua colocação nos parágrafos e aos destaques realizados no título e subtítulo; assim, foi possível redigir análises que sublinharam recursos para a construção de posições, tornando-os passíveis de comparação a outros textos.

Em um terceiro momento, com análises textuais preliminares realizadas e certos recursos regulares elencados em cada uma delas, foi possível que passássemos da análise de ferramentas discursivas intra-textuais a uma compreensão melhor do todo; ou seja, descrevemos como os diferentes textos construíram certas regularidades estilísticas que puderam ser observadas em outros materiais, bem como identificar quais recursos aconteceram de forma mais isolada.

Finalmente, concretizando a “passagem” de um nível primeiro textual para a materialização de posições ideológicas visualizadas por meio das *formações discursivas* em embate, descrevemos como os usos de certos recursos linguístico-discursivos geraram efeitos aliados às particularidades do gênero textual em que circularam, bem como ao meio que foram publicados (jornais, revistas etc). As análises responderam, assim, às seguintes perguntas de pesquisa:

- Dentro de um mesmo veículo, qual a natureza dos recursos linguístico-discursivos presentes em diferentes textos, circunscritos por certo gênero textual? Como se produziram efeitos de sentido? Qual o grau de sua utilização?
- No interior de um mesmo veículo, a circulação de diferentes gêneros textuais possibilitou regularidades nos empregos de certos mecanismos linguístico-discursivos?
- Em diferentes textos, abarcados por um único gênero dentro de um mesmo veículo, qual a natureza dos empregos (marcas de heterogeneidade, derrisão,

ironia, escárnio, repetição etc.) para a defesa de certas posições? Tendo em conta sua materialidade, qual o grau do emprego de determinado recurso dentro deste espaço? Dá-se a repetição, ou seja, *o acontecimento de sua volta*?

- Em gêneros textuais similares veiculados em diferentes mídias, quais regularidades se apresentaram? As mídias contrárias e aquelas favoráveis à regulação utilizam-se de recursos similares para descreditar a posição adversária?
- Os mesmos gêneros textuais, quando veiculados em diferentes mídias que defendem a mesma formação discursiva, apresentam recursos similares? Há, nesta senda, recursos realizados *ipsis litteris*, entre diferentes veículos?

## **CAPÍTULO 1: Elementos para uma análise do discurso midiático sobre sua própria regulação**

Para fundamentar uma teoria do discurso que nos possibilitou descrever a produção de sentidos sobre a regulação da mídia quando tratada pela própria mídia, encontramos-nos diante de impasses que demandam problematização. Primeiramente, porque as ideias com as quais dialogamos dizem respeito a problemáticas da língua, da história e da enunciação, campos distintos do saber para pensar um só objeto, o discurso. Mais especificamente, o discurso midiático. Além disso, devemos enfrentar certo embaraço ao realizar estas apropriações, pois evocamos pensadores que se pautaram em diferentes terrenos, com olhares sensivelmente discerníveis.

Quando pensamos com a *A arqueologia do saber* de Foucault (2008), estamos diante de um historiador afeito ao niilismo nietzschiano, interessado em rupturas possibilitadas por autores alcunhados pelo filósofo, em *O que é um autor?* (1992), de “fundadores de discursividade”, como Marx, Freud e Saussure (p. 58). O autor discutia temas já presentes em seus primeiros passos, muito caros em sua trajetória, como as mudanças em discursos sobre a loucura ao longo dos séculos. As separações que ditaram quem era o louco e como identificá-lo, ainda que possam ser bastante evidentes em certo tempo e espaço, respeitaram mudanças enunciativas observáveis na língua; por exemplo, o valor de sua palavra: antes possivelmente com sentidos a desvendar-se, passou a ser tomado como impassível de interpretação, e logo, separado, por ser desprovido de razão (FOUCAULT, 1978). Paulatinamente, assim, o louco tornou-se um sujeito que precisava ser olhado e tratado, eventualmente separado da sociedade, em clínicas e hospitais – similarmente aos asilos, ambientes peculiares sob a ótica foucaultiana, pois fogem às regras de uma sociedade capitalista em que o ócio e a improdutividade são vistos com maus olhos.

O percurso de Michel Foucault (2008), neste sentido, revela a maturidade das discussões empreendidas desde o fim dos anos sessenta na França para pensar a escrita da história. No bojo destas preocupações para os estudiosos da análise do discurso, podemos apontar influências de *A arqueologia do saber* de Michel Foucault (2008) e da *Análise automática do discurso* de Michel Pêcheux (2010), ambos publicados em 1969. *A arqueologia do saber* de Foucault (2008), em especial, constituiu-se como um texto influente

tanto para linguistas como para historiadores, com forte cunho autocrítico do autor em relação aos seus próprios escritos anteriores.

Foucault (idem) revela-nos, inclusive, certos problemas em usos terminológicos; ao delinear os métodos anteriormente tomados, o autor (p. 18-20) mostra-nos que traçara, mesmo com certos incômodos causados pela reflexão sobre seus próprios textos anteriores, como “[a] utilização grosseira [...] dos termos enunciado, acontecimento, discurso” (p. 35), não apenas uma história dos saberes sobre a loucura, mas sim como este conceito pôde ser definido, além de quais campos (medicina clínica, psicanálise, epidemiologia, psicopatologia, ciências legais etc.) passaram a ditá-lo, materializando, finalmente, o estatuto do sujeito médico e das práticas do olhar clínico para realizar separações entre quem ou não eram os loucos:

[...] As pesquisas sobre a loucura e o aparecimento de uma psicologia, sobre a doença e o nascimento de uma medicina clínica, sobre as ciências da vida, da linguagem e da economia, foram tentativas de certa forma cegas: *mas elas se esclareciam sucessivamente, não somente porque precisavam, pouco a pouco, seu método, mas porque descobriram - neste debate sobre o humanismo e antropologia - o ponto de sua possibilidade histórica.* (FOUCAULT, 2008, p. 18, itálicos nossos)

Assim, ao refletir sobre os procedimentos então adotados, o autor apura não apenas possíveis descrições metodológicas da empresa tomada, mas também uma posição em relação a uma filosofia das ideias; investiu-se em descrever o conceito de *enunciado* (idem, p. 89-98) como um norte para pensar a acumulação das narrativas em uma sociedade, dissociando-o de diversas unidades já anteriormente dadas. Foucault, antes preocupado com a história e sua construção, define a função enunciativa (p. 99-119) como um caminho possível para aliar o estudo da língua e o da história, um momento sensível na construção das ideias que viriam a pautar seus trabalhos seguintes.

Pêcheux (2010), por sua vez, com preocupações similares mas não totalmente semelhantes, viu-se diante de tateamentos necessários para dar conta da emergência dos discursos políticos, sua circulação midiática e, finalmente, suas incessantes transformações. Reverberando o modo como a *A arqueologia do saber* de Foucault (2008) fez-se um texto incontornável não apenas para os historiadores, mas também para os analistas de discurso que pensavam a história e sua escrita, Pêcheux (2009b) buscou no texto foucaultiano a noção de *formação discursiva*, conceito caro quando aclimatado à análise do discurso.

Inserido no contexto francês de constantes mudanças no final dos anos sessenta, o autor via-se diante de acontecimentos e desenvolvimentos teóricos que requeriam não apenas



uma reflexão de como se viria a documentar o que foi, de fato, construído como verdadeiro durante, por exemplo, o resultado das eleições presidenciais francesas de 1981 (PÊCHEUX, 2008), mas que também possibilitaram investigar como e com que recorrência certos recursos foram, de fato, empregados, criando e incutindo posicionamentos.

Pensar as formações discursivas com Pêcheux (2008; 2009b) compreende, assim, um reexame da noção de *condições de produção*, cunhada inicialmente em um diálogo com o materialismo histórico althusseriano em seus primeiros trabalhos nos anos sessenta (2010), em proveito da noção de *formação discursiva*, explorada posteriormente em *Semântica e discurso* (PÊCHEUX, 2009b) em diálogo com Foucault (2008). Esta noção, ainda, foi também tratada no percurso de Courtine (2009) para uma análise de discursos políticos, em especial quando a esquerda francesa endereçou-se aos cristãos de 1936 a 1976, importante gesto para a ciência que se formava (2016, p. 18).

Neste sentido, algumas das discussões de *O discurso comunista endereçado aos cristãos* (COURTINE, 2009) também são importantes, pois mostraram-nos que houve certa instabilidade não apenas nos usos do conceito de *condições de produção*, mas também nos métodos empregados para coleta de *corpora* em torno desta ideia. Muitas vezes, ela resultou restrita a um caráter situacional, eludindo a preocupação com a história e a ideologia, centrais para Pêcheux (2010), pois, no coração das reflexões do filósofo (2008; 2009b), há marcas de certa estranheza frente a ideias que se davam no mesmo tempo e espaço que se devia enfrentar, sobretudo no então contexto francês após os desenrolares de maio de 1968.

A crise gerada pela revolta estudantil e a sua repercussão na sociedade midiática emergente, que culminou com a parada da força de trabalho e a exigência popular de renúncia do então presidente Charles de Gaulle, marcaram os poderes de uma circulação discursiva em massa. A análise do discurso nascia, assim, frente a um evento inédito, em que os efeitos dos clamores populares de insatisfação, circulados em grande escala na mídia, pararam a força laboral na França e exigiram uma reação defensiva por parte do presidente face ao caos gerado. Nas palavras de Courtine,

[...] Maio de 68 produziu uma exasperação da circulação dos discursos, sobre as ondas, sobre os muros e na rua. Mas, também, no silêncio das escrivatinhas universitárias. Era o tempo da multiplicação das releituras, das grandes manobras discursivas; os conceitos se entrecrocavam: a luta de classes reinava na teoria. E questões surgiam: o que é um discurso teórico? E, sobretudo, o que é ler? Como reconhecer, em sua leitura, um discurso científico? *A leitura dos textos aparecia, no interior do debate marxista, como um jogo teórico e político decisivo.* (COURTINE,

2006, p. 9-10, *itálicos nossos*)

Em meio a este acontecimento, Pêcheux (2009b) via efeitos político-sociais sensíveis e dinâmicos em sua natureza, dificilmente palpáveis com as ferramentas então disponíveis para análise da língua; havia, logo, uma necessidade de reelaboração de uma teoria da ideologia e da história que pudesse descrever o funcionamento linguístico como produtor destas significações. O autor pensou, para tal, a fundação de uma ciência outra, que não negligenciasse tais aspectos, mas que os tomasse como centrais na congregação de seus objetos e na discussão de seus procedimentos teóricos: a análise do discurso nasceu, assim, como uma política de leitura, “um dos lugares onde a linguística encontra manifestamente a política” (COURTINE, 2006, p. 13).

Quando dialogamos com Pêcheux (2008; 2009b), estamos diante de um sujeito influenciado pela teoria althusseriana da ideologia, atônito com os desenvolvimentos científicos da linguística em meados dos anos sessenta, quando da concretização de sua formação intelectual como filósofo da linguagem, marcada pela publicação de AAD69. Para a análise do discurso que dialoga seu pensamento, é mister, assim, compreender que estamos diante de um filósofo obcecado pelo funcionamento da língua na produção de processos de subjetivação dentro de um embate entre classes (2010).

Estes processos de mudança na circulação de sentidos, por sua vez, tornaram imperativa a construção de uma diferente perspectiva de análise da língua em sua relação com a historicidade. Neste sentido, tanto em Foucault (2008) como em Pêcheux (2010) há uma insistência em debater que estamos diante de realizações antes de tudo languageiras: é mister, assim, para ambos os filósofos, não ignorar o funcionamento e as constrações impostas pelas línguas naturais (ou outros sistemas semiológicos, como, por exemplo, os gestos, os sinais militares, o corpo e a voz), mas sim problematizá-los, abordando-os a partir de visadas que possam enriquecer as análises.

Já o pensamento de Authier-Revuz (2004), por sua vez, caminha em uma direção distinta, dialogando com uma tradição bakhtiniana do discurso. Conforme explicitado em um de seus textos (*idem*), a autora pauta-se no pensamento do círculo de Bakhtin e explora a heterogeneidade como constitutiva do discurso (p. 23-48), concebendo que a presença do outro, pela interação dialógica, é a condição primeira para analisar os discursos e as ferramentas metaenunciativas inscritas em seu fio. Em suas palavras ao tratar oposições que

elucidam o pensamento do círculo (como, por exemplo, entre *monólogo* e *diálogo*),

[...] O que se diz de maneira insistente através dessa rede de oposições é o lugar dado ao outro na perspectiva dialógica, mas um outro que não é nem o duplo de um frente a frente, nem mesmo o “diferente”, mas *um outro que atravessa constitutivamente o um. É o princípio fundador [...] da subjetividade [...]* (p. 24, itálicos do original)

Há em seu trabalho, assim, não apenas uma concepção de sujeito distinta daquela existente em Foucault (2008) e Pêcheux (2010), mas também outras bases, que compreendem a enunciação como um fenômeno constitutivamente dialógico. Nos seus desenvolvimentos atuais, a análise do discurso em que a autora se inscreveu dialoga com uma base predominantemente enunciativa da análise do discurso, talvez mais similar ao que hoje se realiza na França sob esta alcunha; poderíamos pensá-la como próxima às vertentes que realizam, por exemplo, estudos das frases destacáveis (MAINGUENEAU, 2010), bem como acerca da circulação das fórmulas discursivas (KRIEG-PLANQUE, 2010). As pesquisas em torno dos esforços de Pêcheux (2008; 2009b), por sua vez, debruçaram-se sobre o discurso político e, mais adiante, suas formas de circulação midiáticas, bem como a constituição de efeitos de sentido e *memórias discursivas* (COURTINE, 2009).

Ora, certamente, estamos diante de apropriações teóricas díspares, mas que, ainda, assim, face ao *corpus* elencado, forneceram-nos recursos para tratar os textos da mídia e os sentidos veiculados sobre sua própria regulação, bem como os diferentes efeitos de sentido gerados. Exploraremos, a seguir, respectivamente, as principais ideias destes três autores, congregando as contribuições relevantes que viabilizaram uma análise do tratamento das propostas de regulação da mídia brasileira.

### **1.1. Foucault, a história geral e a análise do discurso: aportes primeiros**

Em sua reflexão sobre a história e sua escrita, o filósofo Michel Foucault (2006) nos ensina, para além das evidências acerca da liberdade do sujeito, que falar é um gesto controlado, pois não se pode dizer tudo em qualquer circunstância: não é qualquer sujeito quem pode proferir determinados dizeres, e os próprios recursos das línguas naturais disponíveis para tal são, de fato, finitos. Claramente, assim, ainda que se trate de um pensador preocupado antes com a história e sua construção, estamos diante de um sensível interesse no modo como os usos da língua protagonizam a escrita dos acontecimentos e a construção de

subjetividades.

É nesta esteira que tomamos Foucault (2006; 2008; 2010) como principal referencial em nossas reflexões no campo da análise do discurso para tratar a relação entre a língua e a história: o seu trabalho apurou a busca de uma escrita dos acontecimentos que trata a linguagem e a enunciação, levando-nos a articulá-las com o interesse sobre os modos pelos quais os sistemas linguísticos oferecem certos recursos (arranjos sintáticos, morfológicos, estilísticos etc.) para a produção discursiva, finitude que comporta um potencial imensurável do que poderia ser dito.

Essa série de combinações possíveis nas línguas naturais nos leva a uma questão fulcral quando notamos o descompasso entre o que poderia ter sido dito e o que é efetivamente falado: o potencial de construções enunciativas a partir destas estruturas é irrestrito, mas apenas algumas coisas são, de fato, realizadas. A questão da *individualização dos discursos*, central para Foucault (2008, p. 23-35) e para a análise do discurso, toma este descompasso entre o dito e o não-dito como um evento singular, cuja raiz foge a critérios analíticos já então conhecidos, como a unidade do sujeito que enuncia (tema recorrente em abordagens que analisam a intenção do falante) ou a ideia totalizante da obra de um autor.

Não são, também, apenas as regras da gramática quem ditam o que se pode dizer em certa conjuntura, ainda que elas detenham um papel importante para as combinações possíveis dentro das línguas naturais; Foucault (2008), em sua empresa, mostra-nos que é necessário realizar certa mudança de terreno: é imperativo pensar em um nível de análise que alie o dito ao não-dito, capaz de descrever condições de emergência que regem esta diferença. Para realizá-lo, uma possibilidade analítica pautada na *função enunciativa* (FOUCAULT, idem, p. 99-119) compreende os dizeres como resultado de propriedades referenciais e materiais, além de associações enunciativas e possibilidades de posições-sujeito frente ao que é dito.

Assim, a concepção de discurso em Foucault (2008), sobretudo quando o autor reflete sobre a construção de saberes (em arqueologias do que são os elementos de conhecimento), tem, em última instância, o intuito de descrever as leis de diferença entre o que poderia ser dito e o que foi, de fato, falado. O enunciado, para Foucault (2008) é uma espécie de *átomo do discurso* (p. 90); os discursos, por sua vez, são compreendidos como seus princípios de dispersão. Uma vez que há possibilidades para que se multipliquem os sentidos de um dizer primeiro por procedimentos como o *comentário* e a *exegese* (FOUCAULT, 2006, p. 21), as

fronteiras dos discursos são observáveis pela descrição das leis que regem determinada repartição enunciativa; nas palavras de Veyne (2011), “[...] é a descrição mais precisa, mais concisa de uma formação histórica em sua nudez, é *a atualização de sua última diferença individual*” (p. 16-17, itálicos nossos).

O que é interpretado como verdadeiro sobre um saber, assim, é objeto de desejo entre sujeitos ao longo da história. Para Foucault (2006, p. 10), neste sentido, o discurso diz respeito não apenas aos objetos pelos quais os sujeitos lutam, mas ele próprio – o poder de exercê-lo, de repeti-lo e de mitigar as forças que arriscam seu estabelecimento – é, antes de tudo, um objeto de desejo e poder: os sujeitos, irremediavelmente apanhados na malha discursiva (pois é impossível existir, posicionar-se ou pensar fora dela), lutam para que certos discursos se perpetuem, ainda que seja necessário calar outros. No cerne de suas discussões, assim, residem, também, questões da seguinte ordem: “[...] o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de *seus discursos proliferarem indefinidamente?*” (p. 8, itálicos nossos).

Esses poderes estão no cerne do funcionamento social, e são justamente mudanças nestas ‘ordens do discurso’ que se debatem em seu percurso. Alguns exemplos são: i) a construção de diferentes separações entre a loucura e a razão; ii) o modo como se julgaram certos corpos como normais ou não; iii) as condições de enunciabilidade da sexualidade, que ditaram mudanças estratégicas em práticas como a confissão e a sujeição à Igreja. O discurso, na concepção da análise do discurso que pensa com Foucault (2006; 2008; 2010), é controlado por diversos procedimentos que geram a irrupção daquilo que, eventualmente, fugiria à estrutura.

O silenciamento que os sentidos podem sofrer também é um dado importante: certos enunciados, por terem seu teor tomado como transgressor, por exemplo, podem ser passíveis de censura, ou seja, dispositivos de *interdição* (FOUCAULT, 2006, p. 9-10) em seu mais alto grau. Procedimentos internos de controle do discurso, como a unidade de um autor ou sua obra, junto a forças externas como a interdição, assim, regulam emergências enunciativas em dado momento histórico. Neste sentido, uma análise pensada com o autor deve responder, finalmente, à seguinte pergunta: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2008, p. 30).

Nesta esteira, é possível refletir sobre a história brasileira contemporânea: um dos

descompassos que se faz notável no modo como é possível tomar posições dentro desta conjuntura histórica, e considerado por nós como indispensável para melhor compreendê-la, diz respeito ao estabelecimento das concessões de mídia. Durante a ditadura, período em que o Estado cedeu poder de circulação a grupos midiáticos afins a suas políticas, os discursos de resistência ao regime foram severamente controlados, sobretudo após a instauração do AI-5, em que a censura se tornou uma prática institucionalizada e foi dotada de grande visibilidade. As condições deste controle midiático, que se exerceu sobre os conteúdos que podiam/deveriam ser veiculados e restringiu concessões de mídia a grupos que apoiaram o regime, resultaram em grande espaço a conglomerados poderosos no mercado da informação, que detêm seus poderes mesmo depois de mais de três décadas de democracia.

Quando citamos o apoio conferido pela mídia à ditadura, é importante pontuar que não estamos diante de uma circulação inerte que apenas retratou os fatos ocorridos, mas que criou posições e protagonizou uma escrita da história: trata-se de uma produção midiática de subjetividades que geriu sentidos e possibilitou certas leituras, ao mesmo tempo em que interditou outras. Especialmente entre 2010 e 2016, a mídia brasileira produziu determinadas interpretações sobre as políticas tomadas pelos governos presidenciais, sendo as propostas de regulação da mídia um tema sensível aos interesses de grupos conservadores e que, ao mesmo tempo, impulsionou a circulação de veículos progressistas e mídias ativistas.

Assim, temos no Brasil uma grande mídia com poder para circular discursos hegemônicos e que, por muito tempo, deteve grande parte do mercado da informação, poder que foi, em grande medida, combatido pelo prestígio e alcance da veiculação de notícias pela *internet* e também por narrativas independentes, desvinculadas a grandes grupos e corporações. O tema da regulação midiática, quando tratado por estes diferentes meios, materializou leituras midiáticas de embates políticos; amiúde, debateram-se manutenções ou mudanças nestes poderes de circulação.

Foucault, no texto *Resposta a uma questão* (2010), realizado proximamente à publicação de *A arqueologia do saber* (2008), delineia uma descrição das regularidades ditadas pela raridade dos discursos. Nesta ocasião, algumas perguntas haviam sido colocadas a Foucault por leitores da revista *Esprit*; a oportunidade de uma resposta foi publicada no mesmo veículo, em maio de 1968, havendo Foucault selecionado uma das indagações, que lhe pareceu mais provocadora. Percebemos, de início, que estamos diante de um pensamento

semelhante àquele já presente em seus textos, mas não completamente idêntico, pois demonstrava-se não apenas uma preocupação com a escrita da história, mas também em explicitar metodologicamente como se extraíram estas possibilidades em seus trabalhos anteriores.

Foucault (2010) retoma, assim, a questão que lhe foi colocada: “Um pensamento que *introduz a coerção do sistema e a descontinuidade na história do espírito* não tira ele todo fundamento de uma intervenção política progressista? [...]” (FOUCAULT, idem, p. 1, itálicos nossos), o que, para aqueles que realizaram a pergunta, parecia levar a dois dilemas: “[...] ou bem a aceitação do sistema [...]”, ou o “o apelo ao acontecimento selvagem, à irrupção de uma violência exterior, única e capaz de desarranjar o sistema?” (idem).

Pareceu pertinente a Foucault que questões como estas fossem colocadas aos seus trabalhos, mas alguns pontos causaram-lhe certa estranheza; o autor, então, revela surpresa primeiramente com o seu teor, mas, ao mesmo tempo, certa filiação a seus sentidos, pois eles respeitam precisamente suas discussões. Também, porque uma resposta a esta questão traria caminhos a outras perguntas que o filósofo desejava responder. Finalmente, pelo modo como um afazer histórico em dado tempo e espaço não poderia esquivar-se de interrogações desta ordem, pois, lembremos, esta fala deu-se proximamente aos acontecimentos de maio de 1968, momento de efervescência na academia: tanto a noção de *acontecimento* quanto a ideia de *descontinuidade* apresentavam grandes desafios para linguistas e historiadores, em especial no contexto francês.

Em sua resposta, quando a pergunta fala em inserir “[...] a coerção do sistema e a descontinuidade na história do espírito” (FOUCAULT, 2010, p. 1), Foucault critica o uso de “sistema” no singular. O autor alcunha-se, diante disso, como um filósofo pluralista: dever-se-ia falar em “sistemas”, concretizando, finalmente, uma tarefa de individualizar os discursos. Isso mostra a multiplicidade de fatores que podem controlar a enunciação, por exemplo: a configuração de espaços arquitetônicos como as prisões, escolas ou o pan-óptico, construções de arranjos de certa língua, forças ao discurso externas como a *interdição* (FOUCAULT, 2006, p. 9-10) e procedimentos internos, como o *comentário* (idem, p. 21-26). Nas palavras do autor, “[...] Estudei alternadamente conjuntos de discursos: caracterizei-os; defini os jogos de regras, de transformações, de limitares, de remanências [...] fiz proliferar *os sistemas*” (2010, p. 5, itálicos do original).

Foucault (2010), assim, enumera algumas diretrizes de sua empresa: primeiramente, questionar unidades já concebidas como estáveis, como aquelas de um autor, de uma obra, ou de um campo de saber (idem, p. 2), pois são sempre construídas, grupamentos talvez herdados de recortes metodologicamente incertos, um procedimento revisitado em *A arqueologia do saber* (2008, p. 25). Em seu trabalho, assim, uma constante é o cuidado em dialogar com ideias que não ditam finitudes, mas que revelam multiplicidades: estaríamos diante, assim, dos *princípios de dispersão* (idem, p. 43) que tornaram certas falas possíveis.

Neste momento, o autor retém três tipos de grupamentos (2010, p. 3-4). Primeiramente, os *critérios de formação*: observa-se como se construíram os enunciados que circularam e quais são os *referenciais* (2008, p. 103) dos discursos que os pautaram, bem como quais dizeres poderiam ter sido realizados em seu lugar. Em segundo lugar, *critérios de transformação*: explora-se como estes dizeres puderam mudar, quais enunciados deixaram de existir e as regularidades que explicam seus câmbios. Finalmente, *critérios de correlação*: questiona-se qual o valor que se atribui a um dizer em relação a enunciados que lhe são associados, possibilitando descrever “o afastamento, as distâncias, as oposições, as diferenças, as relações de seus múltiplos discursos científicos” (2008, p. 4).

Esses critérios são essenciais para compreender o funcionamento das *formações discursivas* (idem, p. 35-44) na escrita da história e, logo, sua atividade no *corpus* coletado. Quando o texto *Resposta a uma questão* (2010) foi escrito, Foucault já havia se referido à noção, mas, segundo o próprio autor, de forma frágil; vale retomar suas palavras na *Arqueologia do saber*: estivemos diante de uma “[...] utilização grosseira [que fiz] dos termos enunciado, acontecimento, discurso [...]” (2008, p. 35). Foucault, assim, dedica um exame a conceitos centrais para compreender as formações discursivas, possibilidades que viriam a ser retomadas por Pêcheux (2009) e Courtine (2009).

O modo como Foucault delineou as formações discursivas na *Arqueologia do saber* (2008, p. 35-45) mostra que há sensíveis diferenças se as compreendemos com este filósofo (2008; 2010) ou se consideramos a aclimação do conceito à análise do discurso incoada por Pêcheux (2009a). Após debater como certas unidades podem ser desconstruídas para fazer aparecer “o projeto de uma *descrição dos acontecimentos discursivos* como horizonte para as busca das unidades que aí se formam” (FOUCAULT, 2008, p. 30, itálicos do original), o autor apresenta-as como noções que sistematizam os princípios de dispersão discutidos, para, em



câmbio, “compreender o enunciado na *estreiteza e singularidade de sua situação*” (idem, p. 31, itálicos nossos):

[...] De modo paradoxal, definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual consistiria em descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que os separam, medir as distâncias que reinam entre eles – *em outras palavras, formular sua lei de repartição.* (FOUCAULT, 2008, p. 37, itálicos nossos)

Compreender as formações discursivas com *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2008), assim, é considerar o que poderia ter sido dito no lugar de certo dizer materializado; quando se pode descrever regularidades entre enunciações, estamos diante de aspectos de ao menos uma formação discursiva comum que possibilitou distintas emergências. Por sua vez, quando é possível descrever as fronteiras e as mudanças pelas quais passaram estas diferentes formações discursivas e relacioná-las a um conjunto maior de regularidades, descrevendo, finalmente, “a atualização de sua última diferença individual” (VEYNE, 2011, p. 16-17), estamos diante de um discurso na concepção foucaultiana:

Ora, o que se descreveu sob o nome de formação discursiva constitui, em sentido estrito, grupos de enunciados, isto é, conjuntos de *performances* verbais que não estão ligadas entre si, no nível das *frases*, por laços gramaticais [...]; que não estão ligados entre si, no nível das *proposições*, por laços lógicos [...]; que tampouco estão ligados, no nível das *formulações*, por laços psicológicos [...]; mas que estão ligados no nível dos *enunciados*. Isso supõe que [...] se possa, enfim, definir o regime geral a que está submetido o *status* desses enunciados, a maneira pela qual são institucionalizados, recebidos, empregados, reutilizados, combinados entre si, o modo segundo o qual se tornam objetos de apropriação, instrumentos para o desejo ou interesse, elementos para uma estratégia. [...] (FOUCAULT, 2008, p. 130-131, itálicos do original, sublinhadas nossas)

Vemos, assim, que na *Arqueologia do saber* (2008) se exploram diferenças entre, por exemplo, o gesto irrepetível da enunciação, que se dá em determinado tempo e espaço, mesmo que não se os possa localizar com exatidão, daquela do enunciado, que se realiza como sempre passível de retorno (FOUCAULT, 2008, p. 114). Ao passo em que enunciados podem ser retomados em uma sociedade, certa enunciação é, de fato, algo que não acontece novamente, ainda que o retorno de um dizer possa existir. Neste sentido, quando certo enunciado reaparece, para Foucault (2008), estamos diante de um momento ímpar: o que tornou isso possível?

Para descrever os discursos, ainda, é necessário enfrentar as formações discursivas em sua multiplicidade, pois suas fronteiras são, muitas vezes, porosas, deslocando-se constantemente. São movimentos desta ordem que, para o autor, possibilitaram câmbios nas maneiras pelas quais o olhar clínico passou a ser responsável por identificar quem era o louco,

bem como ditaram mudanças em práticas punitivas, que, por sua vez, paulatinamente, passaram do ambiente aberto e visível da praça pública ao encarceramento em prisões, com vistas a realizar correções em comportamentos.

Neste sentido, Foucault (2010, p. 5), ao responder a questão colocada, também olha com relutância a menção feita à *descontinuidade* no singular: em suas palavras, “[...] prefiro que digam que ressaltei não a descontinuidade, mas *as* descontinuidades (quer dizer, *as diferentes transformações que se podem descrever a propósito de dois estados de discursos*). [...]” (p. 7, grifos nossos). O autor então explora brevemente uma tipologia destas transformações. É importante ressaltar a discussão que respeita os *critérios de formação*. Foucault (2010) salienta três tipos de mudanças em seu funcionamento (p. 6-7): i) aquelas que, dentro de uma formação discursiva, “afetam os objetos, as operações, os conceitos, as opções teóricas” (p. 6); ii) as que agem sobre as próprias formações discursivas: deslocamentos e mudanças no papel do sujeito para a sua enunciação, bem como mudanças no estilo empregado e seus modos de circulação; iii) câmbios que, finalmente, dizem respeito a diversas formações discursivas. Segundo o autor, trata-se de “[...] Substituir, em suma, o tema do *dever* [...] pela análise das *transformações* em sua especificidade”. (idem, p. 5, itálicos do original).

Ainda um terceiro elemento da pergunta colocada soa peculiar ao autor: um diálogo com uma “história do *espírito*” (FOUCAULT, p. 1, itálicos nossos). Compreendemos no entanto, Foucault como um filósofo materialista, no sentido de que suas discussões dizem respeito a enunciados efetivamente falados, mesmo para tratar o que, por ventura, não pôde ser dito. Pensaram-se, assim, não exatamente aspectos muitas vezes abstratos da cognição de um sujeito, mas uma história dos discursos, de sua acumulação e de seus apagamentos:

[...] A questão que coloco é aquela, não dos códigos, mas dos acontecimentos: a lei da existência dos enunciados, o que os torna possíveis – eles e algum outro em seu lugar; as condições de sua emergência singular; sua correlação com outros acontecimentos anteriores ou simultâneos [...] (FOUCAULT, 2010, p. 9)

Para propô-lo, Foucault retoma em aspas outra questão, formulada talvez por interlocutores da revista em que o texto é publicado: quando questionado, advogando em favor de uma história do discurso em vez de uma história do espírito, Foucault (2010) também nega uma definição que dialoga com a ideia da intenção de um sujeito falante, bem como à sua vontade e liberdade de fala:

“[...] O que procuram senão encontrar atrás deles a intenção dos homens que os formularam, as significações que voluntariamente, ou com o seu desconhecimento, eles lá depositaram, esse imperceptível suplemento ao sistema linguístico e que é qualquer coisa como que a abertura da liberdade ou a história do espírito? [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 9)

Segundo Foucault, é preciso referir-se a fenômenos de outra ordem, que pautarão a descrição do *arquivo* (FOUCAULT, 2010, p. 9); esta noção foi fundamental para a construção do *corpus* de pesquisa: estabelecidas as bases de uma teoria histórica a partir das definições de enunciado e discurso, o autor mostra que é necessário enfrentar metodologicamente a congregação do objeto de pesquisa, pois, conforme proposto, o discurso só pode ser apreendido a partir de suas forma materiais, os enunciados.

Para isso, o montante de materiais coletados deve não apenas colocar em relevo certas contradições em dada conjuntura histórica, em que saberes e subjetividades se formam, mas também fazer aparecer os limites enunciativos e discursivos que os possibilitaram, “[...] o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria” (FOUCAULT, 2008, p. 147): o *corpus* deve trazer à luz discursos que se entrelaçaram, fazendo aparecer as pluralidades que se encontraram e os potenciais embates travados, para que se possa, finalmente, observar as leis de sua repartição e as descontinuidades na história.

A construção de um *corpus* a partir da noção foucaultiana de “arquivo” (idem), que compreende as definições de discurso, acontecimento e enunciado para fazer aparecer uma lei do que pode ser dito, assim, é uma das principais contribuições do autor ao nosso trabalho, pois a própria congregação do objeto de pesquisa questiona quais foram os limites da liberdade de dizer em um período de curta duração (2010-2016), o que se realizou por formações discursivas antagônicas, potencialmente contraditórias, dentro de nossa sociedade sobre o que se pode dizer na mídia.

Também, após explorar as possibilidades de uma *Arqueologia do saber* (idem), mais adiante em seu percurso, o filósofo ensinou-nos que estes princípios de dispersões enunciativas, que relacionam o que poderia ser dito àquilo que, de fato, foi enunciado, podem ser concebidos dentro de “ordens do discurso” (FOUCAULT, 2006). Trata-se de um conjunto de prescrições que constrange o enunciável (ainda que potencialmente estabelecidas de forma subjacente), passíveis de mutação no tempo e espaço, que compreende condições de emergência, de possibilidade e de distribuição do direito a dizer determinadas coisas e sobre as formas – ou melhor, modalidades enunciativas – de fazê-lo.

Neste texto (*idem*), o autor mostra que há, em todas as sociedades, uma série de procedimentos que têm por função controlar os temíveis poderes do acaso da irrupção do discurso, inclusive emergências que funcionem de modo a ‘abalar’ estabilidades já bem assentadas em uma sociedade. Mesmo com a presença de forças que funcionam contra as mudanças, é impossível que os discursos sejam estanques e completamente estáveis: nesta senda, ele é o nosso objeto de pesquisa não apenas porque os modos como se dão seus movimentos representam mudanças em maneiras de enunciar, mas também porque os câmbios nestas ordens estão na raiz de uma série de maneiras de enxergar a realidade: falar, nesta perspectiva (FOUCAULT, 2008, p. 6-7), é sujeitar-se a uma malha discursiva que compreende certo feixe de relações (disciplinas, crenças, modalidades de uso do verbo e da voz, costumes, interdições, tradições, arranjos arquitetônicos, etc.), não havendo possibilidade de enunciação ou subjetivação fora dela.

Nesta esteira, em especial na construção de sentidos realizada pela mídia conservadora, saltam aos olhos referências a sentidos acerca da censura, potencialmente similares àquela de antanho; na mídia progressista, por sua vez, em menor grau, mas com recursos de natureza semelhante, possibilidades de sentidos afins à censura foram associados à atuação das mídias conservadoras no Brasil. O embate entre estas formações discursivas, assim, atualizou modos de falar abertamente na mídia brasileira: na congregação do *corpus* à esteira foucaultiana, duas formações discursivas fundamentalmente opostas estão em embate nos textos das mídias conservadoras e progressistas.

Pode parecer evidente que veículos como os jornais *FSP*, *O Globo* e a revista *Veja* advogariam contra uma possibilidade de sua regulação em favor dos contornos do livre mercado da informação, delineando uma defesa de que se trata de censura; ao mesmo tempo, que as mídias progressistas, cujas falas muitas vezes estão entrelaçadas com as de movimentos sociais, defenderiam uma necessidade de controle e regulação das grandes mídias. É preciso, no entanto, questionar as evidências históricas que se nos colocaram: faz-se imperativo analisar se os enunciados que, de fato, puderam emergir na mídia corroboraram estas hipóteses, bem como quais são as possibilidades históricas criadas na acumulação e estatuto de certas leituras.

É imperativo reconhecer que estas duas formações discursivas, mesmo que respeitem “sistemas de dispersão” à esteira do filósofo (FOUCAULT, 2008, p. 43), são unidades que

homogenizam discursos. Assim, é preciso, ainda, que tenhamos em conta as heterogeneidades que elas compreendem, pois as fronteiras entre as defesas de que se trata de censura e os posicionamentos de que o controle é necessário estiveram em constante deslocamento no período de curta duração analisado. Para isso, é necessário tratar os enunciados realizados considerando que as mudanças nos contornos destas formações discursivas atualizaram certos saberes e, logo, “memórias discursivas” (COURTINE, 2009, p. 100), conforme Courtine as define em *O discurso comunista endereçado aos cristãos*, partindo das reflexões de Foucault (2008) e de Pêcheux (2009b).

Courtine (2009) fundamenta esta proposta teórica em uma análise de sequências discursivas tomadas dos discursos da esquerda comunista francesa endereçados aos cristãos, bem como seu tratamento por sujeitos que lhes eram contrários, construídos, sobretudo, durante esforços do Partido Comunista Francês (PCF) em angariar filiados. Em primeiro lugar, é importante salientar aspectos da escolha deste objeto: quando se entrecruzaram discursos comunistas e cristãos com fins de convencimento, estivemos diante de elementos contraditórios, uma vez que, historicamente, regimes e doutrinas comunistas afastaram-se ou não estiveram necessariamente ligados a religiões judaico-cristãs; ainda assim, poderes democráticos contemporâneos vêm se utilizando de discursos religiosos para diferentes fins, inclusive persuasão e manutenção da ordem.

Suas análises (idem, p. 103-106) mostraram que, ao se realizarem enunciados a favor da integração de cristãos ao PCF, estes dizeres estiveram, em primeiro lugar, inscritos em domínios associados: estamos diante de falas que dialogam com outros já ditos por este mesmo partido, como parte do que Courtine relata como “uma política da mão estendida” (2009, p. 103): certa “rede de formulações tal como essa parece, então, governada por uma forma ou um princípio geral” (idem, p. 94). Em contraste aos enunciados que defendem esta política do PCF, o autor mostra que há outra rede de formulações possíveis, que “somente têm existência discursiva na contradição que as opõe ao conjunto das formulações [...] produzidas em CP [condições de produção] heterogêneas às suas [...], *a partir de posições de classe antagônicas*” (idem, p. 95, itálicos nossos): estas, por sua vez, em geral, qualificam o discurso comunista endereçado aos cristãos como perverso, “[...] *uma armadilha na qual os cristãos não se devem deixar prender*” (idem, itálicos do original).

Para o autor, estes elementos integram o “interdiscurso de uma formação discursiva”

(idem, p. 100), constituindo, finalmente, seu domínio de saber próprio: funcionam como “um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (*determina ‘o que pode e deve ser dito’*)” (COURTINE, 2009, p. 99, *itálicos nossos*). Em sua proposta, ainda, o autor chama-nos a atenção ao fato de que “esse fechamento é fundamentalmente instável” (idem); seus contornos circunscrevem diversas formações discursivas via sistemas e relações de diversas ordens, que compreendem, por exemplo, conflitos ideológicos entre classes, possibilidades de arranjos de uma língua natural e câmbios na conjuntura histórica:

Para nós, o interdiscurso de uma FD deve ser pensado como um processo de *reconfiguração incessante* no qual o saber de uma FD é levado, em razão das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pre-construídos produzidos no interior de si mesmo, a depois produzir sua redefinição ou volta; a igualmente suscitar a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também, eventualmente, a provocar seu apagamento, esquecimento ou mesmo sua denegação. O interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber dessa FD, pode ser apreendido como o que regula o deslocamento de suas fronteiras. (COURTINE, 2009, p. 100; *itálicos do original, sublinhadas nossas*)

O interdiscurso de certa formação discursiva diz respeito, assim, a um eixo vertical de relações enunciativas, que compreende diversas falas para a defesa de certa posição e, logo, para a construção dos saberes que estes discursos compreendem. Ainda, para apreender as fronteiras destes princípios de dispersão, o autor salienta outras instâncias a observar-se. Primeiramente, os enunciados materializados e suas reformulações: estamos diante de diferenças dentro de certa formação discursiva, em que combinações podem ser realizadas, além de associadas entre si, “[n]um conjunto estratificado ou desnivelado de formulações” (idem).

Também, quando se analisam enunciados verbais ou escritos, são também notáveis as particularidades dos limites de sua organização em cadeia, que devem obedecer a regras de diversas ordens, em especial àquelas da língua, bem como à linearidade da fala: trata-se de um eixo de relações, assim, sintagmático, de natureza horizontal. Estaríamos diante de fenômenos distintos quando, por exemplo, se analisassem discursos realizados por meio de textos escritos em comparação a enunciados sincréticos, que, por sua vez, podem compreender o verbo, mas também imagens. Trata-se, assim, de formas enunciativas passíveis de infinita repetição, cujos contornos se podem apreender pelas características linguístico-discursivas de arranjos dispersos, dotados de diferentes estatutos dentro de uma formação discursiva e, logo, dentro uma estrutura social e ideológica.

A descrição de seus diferentes estatutos enunciativos, por sua vez, revela um cuidado em problematizar o valor conferido ao lugar de fala de quem os profere. Afinal, sabemos, por exemplo, que nas democracias contemporâneas os dizeres de um chefe estatal ou de um magistrado carregam diferentes valores se comparados aos de um clérigo. Há um diálogo, assim, com o materialismo histórico que influenciara Pêcheux (2010): estamos diante das formas pelas quais se “constitui o *processo discursivo* inerente a esta FD” (COURTINE, 2009, p. 101).

Não apenas como resultado direto das condições de dizibilidade destes princípios de dispersão, mas também como seu efeito, o último elemento apontado por Courtine (idem) para a descrição destas formações discursivas são as referências realizadas, além da construção de posições por um “sujeito universal” de uma formação discursiva. Nestas redes de formulações, estabilizam-se referências a certos elementos de saber, sendo apreensível a posição-sujeito que se pôde e se deveu ocupar para que determinado falante seja interpelado por uma formação discursiva: trata-se, assim, de um princípio teórico que descreve tal sujeito como completamente à deriva dos sentidos que são colocados como evidentes dentro desta rede de significação. Na presença de uma acumulação de sentidos pré-construídos, assim, estamos diante de fragmentos de história:

O que entendemos pelo termo “memória discursiva” é distinto de toda memorização psicológica do tipo daquela cuja medida cronométrica os psicolinguistas se dedicam a produzir [...]. A noção de memória discursiva diz respeito à *existência história do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos; ela visa o que Foucault (1971, p. 24) levanta a propósito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, “discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os *discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos, e estão ainda a dizer*. [...] (COURTINE, 2009, p. 105-106, itálicos nossos)

Compreender que a produção de enunciados constrói e atualiza memórias discursivas, assim, diz respeito à análise dos sentidos que se colocaram como evidentes e os recursos utilizados para construir estas interpretações, bem como à frequência destas leituras. Neste sentido, quando se trata da circulação midiática brasileira, é importante não negligenciar os poderes de circulação da mídia conservadora: certas interpretações podem ser realizadas incessantemente, criando posições em escala massiva, dado o seu alcance e a possibilidade de repetição, imputando-lhes, inclusive, sentidos ‘diferentes’ dos originais, aos quais os proponentes não se filiariam.

Nesta senda, Courtine mostra-nos (2016) que um mesmo enunciado pode produzir ao

ser atravessado por diferentes formações discursivas, imputando-lhe distintos sentidos: os “enunciados divididos” (p. 15-25) são outro exemplar de como a história se materializa na língua. Os embates pelos seus ‘verdadeiros’ significados, separando certos sentidos e não outros, atualiza os saberes de certa FD e os domínios de memória que ela forma. O confronto entre formações discursivas nas mídias conservadoras e progressista, assim, se pautou em “[...] formulações manifestas de estruturas sintáticas clivadas, estruturas sobre as quais assumimos a hipótese de que *têm o efeito de colocar um elemento X, identificado e localizado, em posição de tema de discurso*” (COURTINE, 2016, p. 26, itálicos nossos).

Estamos, assim, diante do fenômeno linguístico-discursivo que fez com que os “enunciados reitores” (FOUCAULT, 2008, p. 166) *controle social da mídia, regulação da mídia, democratização da mídia e regulação econômica da mídia*, amiúde oriundos de falas de sujeitos políticos, pudessem ser interpretados de diferentes maneiras nas mídias conservadoras e progressistas. Mais do que ressaltar a luta por sentidos e, logo, por objetos de desejo e poder dentro de certa conjuntura, sua relação com a construção de uma memória discursiva fez deles fragmentos de história, que se colocaram como evidentes para certos sujeitos dentro destas FDs, atualizando sentidos sobre a liberdade de expressão.

Para observar as mudanças nas fronteiras destas FDs que conformaram a produção de enunciados foi necessário apreender posicionamentos na mídia conservadora e nos meios progressistas. Neste sentido, a noção de “memória discursiva” em Courtine (idem) respeita uma preocupação com a escrita da história pautada no pensamento de Foucault (2008), mas, também, uma problemática que compreende uma discussão mais próxima ao materialismo histórico e à luta de classes, protagonizada por Pêcheux (2010), sobretudo em sua discussão sobre a construção de evidências no discurso, que, potencialmente, interpelam sujeitos. Exploramos no seguinte item, assim, as bases teóricas de uma construção, estabilização e incorporação de sentidos pré-construídos dentro de memórias discursivas.

## **1.2. A análise do discurso derivada de Pêcheux: efeitos ideológicos de evidência**

Pêcheux (2010), confiante na necessidade de uma inovação científica no campo da filosofia da linguagem, investiu, no início de seu percurso no final dos anos sessenta, em descrever possibilidades de análise de fenômenos como a recorrência, a frequência e a ausência de certos recursos para a produção de posicionamentos no discurso político escrito,



dados potencialmente obtidos inclusive por meio de ferramentas informatizadas. Claramente, por conseguinte, trata-se de um autor fascinado por formas de organização, seleção, e distribuição dos sentidos, mas que, também, considerou a fala como um lugar de construção de subjetividades (idem). Nas palavras de Courtine (2006), pensando este primeiro momento da disciplina,

Os métodos de análise se baseiam, geralmente, nas teorias sintáticas da frase, em particular nos procedimentos distribucionais realizados em *Discourse Analysis* de Z. Harris que permitem, segundo J. Dubois (1997), analisar o discurso “sem lhe importar outras amarras que aquela apresentada pela gramática”. As análises do discurso se apoiam igualmente sobre a problemática da enunciação, na tradição dos trabalhos de Benveniste ou Jakobson. [...] (COURTINE, 2006, p. 11)

Houve, assim, uma formação da análise do discurso na França junto a Jean Dubois, já renomado lexicólogo na França. Diante disso, poder-se-ia imaginar que estamos mais perto de um filósofo que contribuiu essencialmente para a informatização e emergentes processos de varredura de textos; no entanto, compreendemos que a preocupação decisiva de Pêcheux (2010) diz respeito a como a ideologia se manifesta na língua. Os textos após uma primeira fase de seu percurso apontam, muitas vezes, nesta direção: ainda que processos computacionais pudessem já ser valiosos aos linguistas, o cerne de suas questões sobre a interpretação não é de competência das máquinas, mas sim uma atividade linguageira, puramente humana e de cunho social (PÊCHEUX, 2009b, p. 129-144): “Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (idem, p. 135).

Após as primeiras tentativas da AAD69 (PÊCHEUX, 2010), o autor explorou a produção de sentidos por certos efeitos de evidência como o “pré-construído” (PÊCHEUX, 2009b, p. 89), possibilitando uma descrição do funcionamento de elementos cujas leituras não permitem a contestação dos sentidos que se constroem, em especial certos encaixes sintáticos. O “pré-construído”, assim, mostra um ponto crítico de contato entre a língua e a história: no exemplo de Pêcheux (idem, p. 88), “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu”, temos um enunciado aceitável em termos linguísticos, obedecendo às regras da gramática; no entanto, há um conflito entre certa interpretação do sujeito da oração “Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz [...]” e a sua própria existência; afinal, se o sujeito de quem se fala “nunca existiu”, ele não pode ter morrido. Ainda que haja um caráter também lógico para sua interpretação, o autor nos mostra, em câmbio, que a questão fundamental é ideológica, pois “Aquele que morreu na cruz [...]” diz respeito a um feixe de crenças inscritas

em uma sociedade. Foi preciso, assim, propor o discurso como um eixo em que este enunciado coloca “problemas” interpretativos.

Associada à sua formação como filósofo, construída no contato com seu mestre Althusser, compreender o que é a ideologia em Pêcheux (2009b) diz respeito à construção de efeitos de evidência na língua, conforme exemplifica a noção de “pré-construído”. Para isso, é, ainda, incontornável a presença do materialismo histórico em sua problematização, o que nos fez compreender o lugar em que o autor inscreveu seus diálogos em torno da emergente problemática do discurso: quando se pensam os discursos e as escritas da história com Pêcheux (idem), é imperativo, assim, considerar a luta de classes e os seus mecanismos de funcionamento nas leituras que se puderam realizar. Neste exemplo, estamos diante de aparelhos ideológicos de sujeição do indivíduo a crenças judaico-cristãs; isso, por sua vez, compreende um feixe de discursos, atividades, práticas, arranjos arquitetônicos etc.

Mais adiante em seu percurso, Pêcheux (2008) mostrou-se igualmente dedicado a debater a luta de classes, pensando, ainda, a experiência do sujeito na história e na linguagem. O autor mostra-nos que ela implica mudanças, em um jogo talvez conflituoso para certa necessidade de estabilidade lógica do sujeito (2008, p. 22), entre aquilo que foi possível ser dito em determinado momento e espaço histórico (ou mesmo tomado como evidente para qualquer sujeito ‘sensato’), e certas “rupturas” – acontecimentos – que tornam possível o “novo”.

Conforme nos mostra Orlandi (2006, p. 29) em suas reflexões sobre a análise do discurso, em seu constante diálogo com o pensamento pecheutiano, uma das valias de pensar as interações humanas como eventos discursivos é o fato de que se pode observar, ao mesmo tempo, pelo menos duas instâncias. Em primeiro lugar, aquela que é da ordem da regularidade, da repetição e do esperado: uma “estrutura”; concomitantemente, descrevem-se as irrupções que fogem à regra, possibilitando o ‘novo’ e certas ‘quebras’ com o que já é vigente: o “acontecimento”. O ‘antigo’ pode ser apresentado por efeitos de evidência que retomam e/ou mantêm certos sentidos, manifestando a história na língua.

Assim, à esteira desta releitura orlandiana do pensamento de Pêcheux (2008), certa instância do discurso diz respeito a estruturas, como as sociais, funções estratégicas recorrentes, regularidades estilísticas e, especialmente, ao modo como mecanismos linguísticos são utilizados para representá-las na produção de sentido; ao mesmo tempo, a

irrupção da quebra, do acontecimento, é sempre possível, ainda que, muitas vezes, sua emergência seja temível aos poderes vigentes e, logo, seja por eles controlada (ou, ao menos, existe o desejo de fazê-lo).

Na construção do *corpus* de pesquisa, o primeiro dado que esta teoria nos conduz a observar quando se fala da regulação da mídia no Brasil é sua própria possibilidade de emergência. Ainda que pareça evidente que em certo momento da história contemporânea brasileira a discussão sobre a necessidade ou não de regulação da mídia tenha sido um tema presente em diversas superfícies de emergência (mídias conservadoras, meios ativistas, veículos progressistas, pautas e encontros políticos, comentários na *internet*, manifestações populares, conversas cotidianas, redes sociais etc.), sobretudo naquelas que produzem sentidos massivamente a respeito da política e do discurso político, é imperativo que estas leituras sejam descritas: neste caso, estamos diante de um fato primeiro que, ao ser comentado em grande escala, constituiu-se como um acontecimento discursivo, suscitando emergências outras que o comentaram, avaliaram e conferiram-lhe certos sentidos; com o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, no entanto, a emergência destes sentidos no discurso político presidencial, bem como seus possíveis efeitos práticos, foi silenciada.

Esta necessidade de descrição se justifica porque as mídias, em especial os veículos com grande poder de circulação, não são espaços em que apenas se veiculam informações, mas são lugares em que sentidos são construídos e certos posicionamentos são colocados ao olhar do leitor, inculcando posições em escala massiva; as possibilidades de leitura na mídia, assim, exercem controles sobre o dizer e o dizível. Sobretudo, quando falamos da mídia conservadora brasileira, bem sabemos que não se trata de um espaço inócuo; são corporações com interesses primeiros mercadológicos, dotadas de extrema influência em nosso conturbado cenário político. Concretizando-se uma possibilidade de leitura discursiva, assim, aquele que interpreta a circulação destas propostas não estaria tão sujeito aos efeitos muitas vezes perversos destas circulações.

Ao realizar uma análise das leituras possíveis acerca da regulação da mídia dentro da conjuntura brasileira, referimo-nos também a uma preocupação central da análise do discurso desde o início de sua teorização. Em sua formação como uma disciplina da interpretação, protagonizada pela atuação de Michel Pêcheux (2010) e de outros pensadores que compreenderam a importância da empreitada, as pesquisas tomaram o discurso político e sua

circulação na mídia como lugares de construção de efeitos de verdade, interesse que passou por sensíveis mudanças.

Neste sentido, Courtine (2006, p. 56-57) explora certo paradoxo que respeita a fundação da análise do discurso e sua adequação aos objetos que então lhe interessaram: a empresa encabeçada por Pêcheux (2010), que se colocou diante da necessidade de combater efeitos de convencimento perversos realizados pelo discurso político, foi-se delineando ao longo de um percurso inicialmente incerto, com incursões em um terreno então desconhecido, caminho que demandou constantes tateamentos epistemológicos.

Um dos mais emblemáticos textos de Pêcheux para pensar o papel da mídia e do surgimento da *mass-media* neste cenário de construção de evidências que se colocam ao sujeito, *O discurso: estrutura ou acontecimento?* (2008), redigido no começo dos anos oitenta, é sem dúvida, um exemplo analítico das inquietações que atingiam os pesquisadores nesta fase de intensas transformações na análise do discurso: Pêcheux, ao refletir sobre a circulação do enunciado *on a gagné* durante o resultado das eleições presidenciais da França em 1981 (p. 19-24), levanta não apenas aspectos de suas próprias reflexões, fortemente fundados na teoria da ideologia althusseriana, mas, também, dialoga com uma dimensão da história que pensa a acumulação de um “arquivo” em torno do que pôde ser dito e finalmente documentado, considerando, assim, a emergência de novas mídias para a sua conformação. Nas palavras do filósofo,

O paradoxo da Análise do discurso encontra-se [...] na prática indissociável da reflexão crítica que ela exerce sobre si mesma sob a pressão de duas determinações maiores; de um lado, a evolução problemática das teorias linguísticas; e de outro, as transformações no campo político-histórico. São, portanto, dois estados de crise que se encontram no ponto crítico da Análise do discurso. (PÊCHEUX, 2009, *apud* COURTINE, 2009, p. 21)

Dentre as transformações sociais e tecnológicas que mais saltaram aos olhos de Pêcheux (2008), a reflexão sobre a emergência e estatuto da *mass-media* como veiculadora de sentidos sobre a política foi decisiva no final de seu percurso. Pêcheux, nos seus primeiros trabalhos (2010, p. 86-94), teorizava uma espécie de “maquinaria discursiva” que se pautava antes na existência de uma fonte de significação una que distribuiria certos sentidos e não outros; sobretudo, considerando a luta de classes, aqueles de maior interesse às classes dominantes.

A construção de um dispositivo teórico-analítico para a análise do discurso político,

frequentemente escrito e de esquerda, quando estabeleceu suas bases após a fase experimental em *Análise automática do discurso* (PÊCHEUX, 2010), debruçava-se sobre um objeto já em certo desuso: substituindo a primazia da circulação do discurso político via textos verbais escritos, a mídia massiva passou a ser a superfície de emergência principal para a construção de sentidos acerca da política em nossa sociedade.

Neste momento, no entanto, o autor mostra que nasciam novas facetas do poder muitas vezes perverso do discurso para incitar certas interpretações, mudanças então ainda em gérmen, mas que Pêcheux compreendia como imperativas para a formação de uma ciência que pudesse descrever a constituição, a formulação e a circulação de sentidos em sociedade (2008, p. 19-28). O poder de convencimento do discurso político, muitas vezes perverso, assim, ganhava contornos do espetáculo midiático: grandes metamorfoses de sua circulação se estavam delineando. Em nosso trabalho, aprendemos com estes processos de espetacularização e de midiaticização do discurso político que a *mass-media* passa a ter um papel central na configuração do que é dizível não apenas na política, mas no tecido social como um todo (GREGOLIN, 2003, p. 9-12).

Neste sentido, a regulação destas mídias, um tema historicamente caro na construção de subjetividades em nosso espaço nacional, foi um campo de dizibilidade particular: a possibilidade de sua emergência marca um confronto entre o que foi proposto na esfera político-presidencial e a construção de discursos midiáticos sobre estes dizeres primeiros. Os sentidos que as mídias construíram, assim, debateram separações – o dizível, o ‘aceitável’ – sobre o que deveu ou não ser dito pelos grupos e sujeitos políticos a respeito de temas como a liberdade de expressão, os limites do mercado financeiro e a necessidade de intervenção estatal, bem como sobre quem são os sujeitos legitimados (ou não) para ditá-los.

Assim, quando nos deparamos com clamores populares pela regulação da mídia, dentre uma série de pautas reivindicadas pela sociedade civil brasileira em manifestações, bem como certas agendas políticas de cunho progressista, parece, inicialmente, evidente que a necessidade ou não de regulação da mídia é algo sobre o que se deveu falar. Esse embate, por fim, resultaria em políticas públicas palpáveis, seja para o restabelecimento de concessões midiáticas ou a sua manutenção, bem como para conferir ou negar estatuto à discussão e aos sujeitos que a protagonizariam.

Neste sentido, Pêcheux (2008) nos ensina que há, no trabalho da produção acadêmica,

além do afazer teórico-metodológico acima debatido, também uma responsabilidade política: é necessário combater os efeitos muitas vezes perversos do discurso midiático massivo e de sua circulação. Deve buscar-se antes descrever como os textos produzem sentido que lhes atribuir certo valor de verdade, ainda que saibamos que não estamos diante de uma proposta neutra (afinal, para a análise do discurso, não há produção de sentido sem que o sujeito se posicione), mas de uma interpretação que explora e critica as possibilidades da circulação destes sentidos em sociedade.

É inegável, assim, que Pêcheux (2008) se via diante um impasse crucial: o filósofo se deparava não mais com uma necessidade de uma análise do discurso político em si, mas, mais propriamente, de suas formas de formulação e circulação, que passavam a ser dominadas pela mídia massiva. Constituíram-se, assim, discursos midiáticos que criaram efeitos de sentidos sobre a política ao tratar enunciados de certos sujeitos, acumulando dizeres de estatuto em uma sociedade; as referências aos discursos políticos constroem recortes em meio a muitas falas realizadas e potencialmente armazenadas, emergências que se dão sob condições de dizibilidade específicas.

No *corpus* cunhado junto à noção de “arquivo” (FOUCAULT, 2008), mas seguindo agora mais precisamente o exemplo de Pêcheux (2008) frente aos gritos de vitória da esquerda nas eleições presidenciais francesas de 1981 em *O discurso: estrutura ou acontecimento?*, cabe indagar quais são as relações de poder e resistência presentes na conjuntura brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI materializadas no embate discursivo pelos ‘verdadeiros’ sentidos de enunciados reitores como o “controle social da mídia”. Processos ideológicos circunscreveram o que pôde ser dito nestas mídias, compreendendo-os como resultados de condições de produção, possibilidades de emergência e outros crivos de diferentes ordens.

Em relação às mídias conservadoras, poderíamos apontar que se tratam de corporações com procedimentos próprios, com portfólios já estabelecidos de consumidores e de empresas apoiadoras, dando-se, assim, sob certa ordem do discurso em que falas de sujeitos políticos são comentadas como resposta a uma necessidade social de produzir sentidos sobre a política para seus leitores. Poderíamos apontar não apenas uma possibilidade, mas também certa imperatividade de falar sobre sua potencial regulação: muitas vezes, os enunciadoreis midiáticos de jornais como a *FSP*, *O Globo* e a revista *Veja* comentaram-no sob o signo da

responsabilidade social das mídias em democracias.

Amiúde estas possibilidades de emergência estiveram associadas, ainda, a ‘escândalos’ políticos, um gesto não apenas mercadológico para gerar mais circulação e renda, mas também fruto de posições historicamente defendidas em seus interiores. No que respeitou os proponentes de uma regulação da mídia, houve destaque para a produção de sentidos sobre escândalos como o Mensalão e desenrolares da Operação lava-jato, protagonizados por sujeitos políticos do PT/governo. Nesta esteira, as leituras sobre a regulação da mídia reiteraram, por diversos recursos, que estivemos diante de novas tentativas perversas. Com a crise de representação política, na mídia conservadora escrita, ainda, estas leituras ganharam contornos agressivos, representados, sobretudo, em artigos de opinião da revista *Veja*.

No que concerne as mídias progressistas, estamos diante de veículos que fizeram parte de uma tentativa de mudança no funcionamento do apoio estatal aos meios de comunicação. Com a chegada de políticos do PT ao poder presidencial, uma das políticas que mostrou diferenças em relação a governos anteriores quanto à mídia ocorreu em especial no segundo mandato de Lula (2007-2010) e no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014): estes governos realizaram incentivos, inclusive financeiros, a veículos progressistas, confrontando uma ‘ordem’ já estabelecida e, também, interesses de grupos já detinham espaço e mercado estabelecido.

Algumas destas mídias progressistas, também, protagonizaram críticas contra os sujeitos políticos do PT/governo e suas ações; ainda que muitas políticas tomadas nestes mandatos estivessem longe de uma direita conservadora, seria inviável qualificar as medidas tomadas como absolutamente alinhadas a pautas progressistas e aos desejos de movimentos sociais. Finalmente, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, o incentivo financeiro a alguns destes grupos foram retirados, e as políticas de Michel Temer (2016-2018) em matéria de regulação da mídia estiveram mais próximas aos interesses neoliberais e àqueles defendidos em seu partido, o então PMDB.

É imperativo, assim, ter em conta que a circulação midiática em torno das propostas de regulação da mídia criou uma história acerca da liberdade de expressão no Brasil, que, em grande medida no período analisado, fugiu aos sentidos que foram hegemônicos desde o estabelecimento de uma democracia após a ditadura, um embate histórico protagonizado, finalmente, pela vitória de um desejo de manutenção destes contornos.

### 1.3. Authier-Revuz e tateamentos na terceira fase da análise do discurso

Quando a mídia tratou a sua própria regulação, falas primeiras de sujeitos políticos foram recortadas e integradas pela mídia como parte deste discurso midiático, por apropriações que se deram sob diferentes modalidades enunciativas. Foucault (2006) mostrou-nos que a multiplicação de sentidos a partir de certo recorte pode parecer trivial, mas em um exame mais concreto percebe-se que esta propriedade está na raiz do funcionamento da língua e, logo, da escrita dos acontecimentos: pelo princípio do *comentário* (FOUCAULT, 2006, p. 21), conforme pensa o autor, multiplicam-se os sentidos primeiros que existem em uma fala, conferindo-lhe novos sentidos, recortando-os etc.; ao mesmo tempo, no entanto, realiza-se um procedimento de controle interno ao discurso, pois a fala segunda está sempre fadada a realizar-se a partir da primeira.

Com Pêcheux (2009b), vimos que compreender o funcionamento das línguas é, antes de tudo, entender que estamos diante de sistemas essencialmente ideológicos: ao falar, certas evidências colocam-se ao sujeito. Algumas delas são essenciais, mesmo para que a própria fala seja viável: a primeira delas diz respeito à ilusão de que quem fala é a origem do sentido, quando, na verdade, as palavras só significam porque já foram ditas; ainda, há ao esquecimento de que aquilo que se disse só poderia ter sido realizado daquela maneira, quando, de fato, para dizer-se uma ‘mesma’ coisa, um falante dispõe de inúmeras possibilidades (PÊCHEUX, 2009b, 140-144). O autor instruiu-nos, ainda, a investigar outras obviedades construídas pelo uso da língua, como os sentidos pré-construídos, que mostram um ponto de contato entre uma atualidade e uma memória.

Nesta senda, na formação dos nortes teóricos e objetos que tomou a análise do discurso, já em um período final dos desenvolvimentos em torno de Michel Pêcheux antes de seu desaparecimento, os trabalhos que exploraram a heterogeneidade discursiva, sobretudo sob a figura de Jacqueline Authier-Revuz (1998; 2004), exerceram um papel primordial em tateamentos que aprimoraram um olhar antes dirigido quase exclusivamente ao discurso político; nesta fase, chamou a atenção dos pesquisadores, por exemplo, como as mídias, ao relatarem o discurso político, passaram a ser o lugar primeiro para produção de sentidos e subjetividades. Também, descrever como funcionam as apropriações do discurso científico quando relatado pelas mídias (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 107-125).

No que diz respeito a falas sobre a regulação da mídia quando tratada por veículos



conservadores brasileiros até o fim de 2016, estamos diante de propostas oriundas majoritariamente de sujeitos que então gozavam de certo estatuto político dentro de nossa democracia (como Lula, Dilma Rouseff, e Franklin Martins), dadas as vitórias do PT nas eleições presidenciais de 2001 a 2013, condição que, no entanto, não encontrou ecos na veiculação de mídias como a *FSP*, o jornal *O Globo* e a revista *Veja*<sup>16</sup>.

Multiplicaram-se no interior destas mídias, assim, os sentidos primeiros sobre a regulação da mídia por diversos recursos, como a repetição, o humor, efeitos de evidência, escárnio e derrisão. À esteira de Authier-Revuz (2004, p. 12-23), podemos apontar que construções de sentido dessa ordem puderam se realizar, também, pela presença ou ausência de diversas marcas de heterogeneidade discursiva, que constroem posicionamentos no discurso; o acontecimento da volta do dizer de outrem pode, por exemplo, criar efeitos de que se trata de uma fala inerte, mas que é, de fato, ressignificada quando retomada (AUTHIER-REVUZ, idem, p. 12-14). Os modos e as marcas pelas quais elas recontecem são importantes para compreender os discursos que puderam materializar-se dentro de determinada mídia.

No texto intitulado *Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso* (AUTHIER-REVUZ, 2004), a autora apresenta e sumariza discussões tratadas em seu percurso intelectual, especialmente em seminários ditados entre 1980 e 1982, período crítico nos desenvolvimentos da última etapa da emergência da análise do discurso na França. Estamos diante, assim, de uma resposta à necessidade de recuperar uma abordagem discursiva das marcas de referências na enunciação de forma sistemática, que tomou como nortes o dialogismo do círculo bakhtiniano e a psicanálise.

A sua primeira preocupação é teorizar a heterogeneidade como um fator próprio ao discurso, ideia designada em seus trabalhos como a *heterogeneidade constitutiva* (2004, p. 11), fundamento que realiza uma aproximação entre uma concepção de discurso e a ideia do inconsciente; Authier-Revuz (idem) salienta, inicialmente, a quebra de paradigma realizada com o pensamento freudiano, bem como aspectos da releitura lacaniana destes princípios,

---

<sup>16</sup>As palavras de um dos proponentes, Marco Aurélio Garcia, quando confrontado em entrevista na *FSP*, relatam a incompreensão entre estes sujeitos: “Esse tema [a regulação da mídia] não pode aparecer como uma questão problemática porque não temos nenhuma restrição à liberdade de imprensa no país. Pelo contrário, nós nunca vivemos num clima de liberdade de imprensa comparável. Quem tiver dúvida sobre isso que veja como um governo que tem mais de 80% de popularidade é tratado por uma imprensa que o destrata com mais de 80% [do noticiário].” (fala reproduzida em discurso direto de *Marco Aurélio Garcia* na *FSP*, 26/07/2010 – *Temas polêmicos não são proibidos, diz Marco Aurélio*)

elementos bastante presentes nas reflexões dos linguistas na França desde o fim dos anos sessenta.

Para teorizar uma heterogeneidade constitutiva aos discursos, assim, problematizou-se sobretudo, a ideia de sujeito: não estamos mais diante de um indivíduo totalmente consciente daquilo que pensa e faz, mas, antes disso, de alguém a quem os efeitos de sua fala muitas vezes ‘escapam’ à sua vontade, materializando, por exemplo, realizações presentes dos sonhos, ou vontades inconscientes. Há aqui aproximação entre seu pensamento (1998; 2004) e aqueles de Foucault (2008) e Pêcheux (2009a), pois existe no coração das ideias destes três autores certo descentramento do sujeito consciente de tudo o que fala, bem como em controle dos efeitos de sentido gerados pelos seus dizeres.

Neste sentido, ainda à esteira bakhtiniana, Authier-Revuz (2004) trata a enunciação também como um princípio fundador da subjetividade: não se deve pensá-la como indivisível ou originária, mas como integrante da relação entre quem fala e o outro. Ainda que estes estudos não sejam teorias com as quais dialogamos primariamente, compreendemos alguns de seus resultados como fundamentais para explorar possíveis contribuições ao nosso trabalho, pois mostraram-nos como a presença ou ausência de marcas de proximidade ou a distância enunciativa formam posicionamentos discursivos. Segundo a autora,

[...] é importante salientar o quanto o mecanismo da *distância* dita, explicitada pelo locutor em relação a uma parte de seu discurso, é irredutível à divisão que o constitui e que constitui também sua fala. As formas da heterogeneidade mostrada, no discurso, não são um reflexo fiel, uma manifestação direta – mesmo parcial – da realidade incontornável que é a heterogeneidade constitutiva do discurso; **elas são elementos da representação – fantasmática – que o locutor (se) dá de sua enunciação.** (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 70; negritas nossas, itálicos do original)

A autora explora, em sequência, de que maneira a fala do outro deve ser concebida como um fator primeiro para teorizar o estudo de outra forma de heterogeneidade, que está aliada à primeira como seu potencial resultado material no discurso, mas que não lhe é totalmente semelhante: a *heterogeneidade mostrada* (idem, p. 11-22). Esta outra face da heterogeneidade discursiva, por sua vez, diz respeito justamente à presença ou ausência de marcas de referências na enunciação para remeter às falas de outrem, que, por sua vez, são constitutivas no gesto de enunciar. Alguns exemplos destes empregos no discurso escrito são o emprego de aspas, travessão, verbos *dicendi*, ou mesmo glosas enunciativas que comentam aquilo que foi dito; na fala oral, poderíamos apontar também usos da voz e entonação quando se reproduzem dizeres de outrem, bem como seu timbre e ritmo.

Para Authier-Revuz (1992), assim, observar o funcionamento destas marcas é primordial para uma análise dos discursos. Diversas amostras analisadas voltaram-se a discursos orais; a autora explora como um falante pode, por exemplo, ao dar-se conta dos efeitos daquilo de que acabara de dizer, buscar certo balizamento dos sentidos realizados. Neste sentido, um dos esforços da autora dirige-se também a teorizar o que se designa por *modalização autonímica* (p. 13-17), maneiras pelas quais o falante repercute acerca da própria enunciação realizada, em um gesto metaenunciativo. À esteira de um diálogo da análise do discurso com a psicanálise, em que se concebe o sujeito como não completamente consciente daquilo que diz, a modalização autonímica é um momento em que, em primeiro lugar, quem fala pode reconhecer certos efeitos que seu dizer produziu, com vistas a modificá-los; inclusive, repentinas ‘tomadas de consciência’ de sentidos que escaparam àquele que diz, bem como acerca de formações imaginárias, que compreendem o falante, a língua, a situação de enunciação, a imagem que se tem de si ou do outro etc.;

Uma forma mais complexa da heterogeneidade se mostra em curso nas diversas *formas marcadas da conotação autonímica*: o locutor faz uso de palavras inscritas no fio de seu discurso (sem a ruptura própria à autonímia) e, ao mesmo tempo, ele as mostra. Por esse meio, sua figura normal de usuário das palavras é desdobrada, momentaneamente, em uma *outra figura*, a do observador das palavras utilizadas; e **o fragmento assim designado – marcado por aspas, por itálico, por uma entonação e/ou por alguma forma de comentário – recebe, em relação ao resto do discurso, um estatuto outro.** (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 13, itálicos do original, negritas nossas)

As referências ao uso da escrita revelam uma particularidade: em geral, ambos os tipos orais e escritos apresentam limitações pela linearidade em que se devem enquadrar os elementos de uma língua para a produção de sentido; no entanto, diferentemente da escrita, em uma interlocução oral se realizam os dizeres à mesma medida em que podem ser captados. Há, assim, menor oportunidade para que o falante se dê conta dos efeitos do que acabara de proferir e os ‘controle’ se comparado à escrita.

A escrita, enquanto representação da fala, por sua vez, é também passível de ser modificada por tais procedimentos; no entanto, quando se trata da produção de um texto escrito, o seu enunciador tem maior espaço para reformular o que foi dito e, logo, colocar-se no lugar imaginário do outro, identificando e, potencialmente, balizando com maior ‘eficácia’ os efeitos daquilo que foi dito, especialmente quando este texto escrito se dedica a reportar discursos orais, como amiúde ocorre na circulação midiática que trata a política.

Nesta senda, não diríamos que ao escrever o enunciador tem maior controle das suas

intenções quando da produção de um texto, pois, conforme a análise do discurso nos ensinou, é impossível que o falante esteja completamente em controle do que diz e dos efeitos de suas falas. O tema da intencionalidade de um sujeito falante, neste sentido, é valioso a diversas vertentes da análise da língua; por sua vez, quando se pensa uma análise de discursos, é mister compreender que o falante realiza seus projetos de fala e exerce certos controles sobre o seu dizer e suas vontades, mas que o principal dado para a relação da história é que, de fato, muitos sentidos se lhe escapam, por razões de diversas ordens.

Assim, a circulação do discurso midiático escrito revela maior opacidade das formações discursivas postas em funcionamento pela heterogeneidade marcada e por potenciais modalizações autonômicas. Primeiramente, pela raridade do que é trazido para o seu corpo, ou seja, modos pelos quais como um enunciador de um texto escrito reproduz determinados enunciados e não outros; afinal, a própria presença de certas falas em um texto escrito é um recorte entre muitas realizadas por sujeitos políticos. Também, por diversas marcas textuais de heterogeneidade discursiva para realizá-lo. Materializa-se, assim, a heterogeneidade constitutiva aos discursos:

[...] *para a descrição linguística* das formas de heterogeneidade mostrada, a consideração da heterogeneidade constitutiva é, a meu ver, uma *ancoragem*, necessária, do *exterior* do linguístico; e isso, não somente para as formas que parecem oscilar facilmente devido às modalidades incertas de seu resgate, mas, fundamentalmente, para as formas mais explícitas, mais intencionais, mais delimitadas da presença do outro no discurso. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 22; itálicos do original, negritas nossas)

Neste sentido, o próprio modo como um enunciador midiático recorta as falas de um sujeito político, por marcas de heterogeneidade como aspas ou travessões, também são marcas de posicionamento discursivo. Vale pontuar, primeiramente, o uso de modalizações de sentido, que potencialmente balizam os sentidos primeiros presentes em uma fala primeira, sob comentários e glosas. Também, o uso de aspas como uma marca de heterogeneidade discursiva, que pode estar longe de uma simples reprodução; inclusive, ao relatar o dizer de outrem, mas ‘modificando’ o original. Além disso, os modos como estas falas primeiras se realizam no texto escrito podem ser feitas por outras marcas, como os verbos *dicendi*.

Também, pela forma como o texto verbal realiza sentidos com vistas a convencer, pautado em unidades argumentativas (reportagens factuais, artigos de opinião, colunas, entrevistas, editoriais) distintas daquelas da fala; pensamos, aqui, no valor de efeitos contextuais, como, por exemplo, um texto que traz falas e contesta-as valendo-se especialmente

da unidade textual, bem como estruturas conclusivas, em comparação, por exemplo, a usos de tom de voz e linguagem gestual, em grande medida indisponíveis quando se trata de um texto escrito.

Essas reflexões levaram-nos a conceber que a problemática do dizer relatado é essencial para uma análise de textos midiáticos que tratam a política, pois estamos diante de um discurso que existe essencialmente por referência a acontecimentos e a falas de sujeitos com estatuto e poder em certa nação. Authier-Revuz (1998; 2004), neste sentido, mostra-nos que esta problemática é tradicionalmente pensada a partir das formas de discurso direto, indireto, ou indireto direto livre, mas que esta categorização oferece pouco espaço para que se pense como as marcas de heterogeneidade também produzem posicionamentos no discurso. Mais do que isso, aqui, nos referimos a sujeitos políticos que eventualmente estão marcados, amiúde negativamente, por certos eventos ou escândalos, o que frequentemente envolveu agressividade, também em textos escritos.

Findada uma discussão teórica que debateu, respectivamente, os pensamentos de Foucault (2006; 2008; 2010), Pêcheux (2008; 2009b) e Authier-Revuz (1998; 2004), três pesquisadores centrais nos desenvolvimentos da análise do discurso no Brasil, os capítulos seguintes, dois e três, têm cunho predominantemente analítico. As relações entre a análise das materialidades discursivas e a construção de uma história contemporânea sobre a liberdade de fala na mídia brasileira serão realizadas nestes capítulos seguintes, e também nas considerações finais.

## **CAPÍTULO 2: A produção de sentidos sobre a regulação da mídia em veículos conservadores**

À esteira do pensamento de Pêcheux (2008), quando falamos dos veículos massivos contemporâneos brasileiros, perceberemos que a ideia de *mass-media*, problemática explorada sobretudo no final do percurso da análise do discurso na França, dá-se em pelo menos duas ordens: primeiramente, em termos de alcance; ainda, pelo seu poder de repetição, inclusive autoritário, com o potencial de penetrar o cotidiano dos sujeitos e definir, enfim, o que seria, de fato, por exemplo, o controle social da mídia. Neste sentido, primeiramente, nossas análises demonstrarão que as mídias conservadoras (jornais *FSP*, *O Globo* e a revista *Veja*) veicularam diversas reportagens, artigos de opinião, entrevistas e editoriais majoritariamente contrários à necessidade de regulação; mais do que isso, valeram-se de seu poder de circulação para insistir que esta era a única interpretação verdadeira.

Será possível verificar que se materializam no *corpus* de pesquisa, assim, dois elementos centrais na análise do discurso que dialoga com Pêcheux (2009b), à esteira do materialismo histórico althusseriano: a construção de efeitos ideológicos, interpelando indivíduos em sujeitos dentro de dada formação discursiva; ainda, a produção dos processos históricos que daí advém, muitas vezes pautados em evidências colocadas ao sujeito – precisamente o que ocorrerá na *FSP*, na *Veja* e n’*O Globo* em grande medida em relação à censura, sob diversas modalidades enunciativas.

O pensamento do filósofo (*idem*) também viabilizará notar que certas formulações são apresentadas como incontestáveis, evidentes em si mesmas por certas formas de enunciação. Na circulação de sentidos sobre a regulação da mídia brasileira em mídias conservadoras, há diversos exemplos de como se construiu uma leitura absoluta do que seria, de fato, a regulação da mídia, sobretudo por associações à censura. Isto se repete em diversos recursos; em especial, estarão presente em reportagens, mas também em textos opinativos e editoriais.

### **2.1. A construção de efeitos de evidência: associação à censura**

A leitura presente na *FSP* de 2010 a 2016, de que as propostas de regulação da mídia se tratavam de tentativas de censura, motivou-nos a buscar outros objetos similares,

indagando-nos se esta foi a única interpretação presente na mídia conservadora. Na *FSP*, de maneira geral, mesmo quando se trouxeram posições favoráveis à regulação, estes sentidos foram construídos via atravessamento por uma formação discursiva contrária à necessidade destas propostas.

Dando continuidade ao interesse de investigar a circulação das mídias conservadoras no Brasil, neste capítulo alguns dos textos da *FSP*, objeto anteriormente por nós tratado (SANTOS, 2016), foram tratados juntamente a duas outras mídias tradicionais brasileiras: o jornal *O Globo* e a revista *Veja*. Aventamos a hipótese de que haveria, como na *FSP*, majoritariamente, associações destas propostas à censura, recurso que cria e reforça efeitos de evidência sobre esta tônica presente no modo como a mídia conservadora veiculou estas propostas; além disso, interpretar-se-iam objetivos perversos por parte daqueles que propõem a regulação, em especial o PT e seus governos. A natureza dos recursos utilizados, assim, pautar-se-ia nesta tônica similar, havendo, potencialmente, variância nos graus de seus empregos nos textos das diferentes mídias.

### **2.1.1. Comentários sobre enunciados marcados, em especial o “controle social da mídia”**

Um dos enunciados reitores debatidos, que circulou nas propostas até o fim de 2011 e logo de certa forma abandonado pelos principais proponentes, foi o “controle social da mídia”, presente sobretudo em propostas de Franklin Martins no fim do segundo mandato de Lula. Em relação a este dizer, a construção de efeitos de evidência em relação à censura foi um recurso presente durante as eleições presidenciais de 2010 e 2014, extremamente recorrente nos três veículos analisados, em maior parte presente em reportagens, mas também em editoriais e artigos de opinião, associados, ainda, a diferentes recursos.

a) Esse enunciado se apresentou, primeiramente, pela referência a modelos de ‘regulação’ da mídia alhures ao brasileiro, em especial o inglês e outros países europeus; além disso, outros países da América do Sul, como a Argentina e a Venezuela, em geral, também foram referidos, mas como exemplos do que não se fazer. Colocando, ainda, a associação à censura como evidente, isso se deu, por exemplo, em dois artigos de opinião na *FSP* (30/10/2010a; 09/09/2011), além de outras duas reportagens: uma n’*O Globo* (03/01/2015) e outra na *FSP* (11/11/2010).

Em uma das reportagens d’*O Globo* (03/01/2015), ao reproduzir dizeres em discurso

indireto d'o líder do PPS na Câmara dos Deputados, Rubens Bueno (PR), interpretou-se o desejo do governo pelo verbo volitivo ([...] o governo quer esse debate...) e seus objetivos, tomados como antidemocráticos (...como forma de reduzir, gradativamente, o poder dos veículos de comunicação,...), referindo-se a modelos do Cone Sul para criar equivalências de sentido entre estas 'regulações' (...como fizeram Argentina e Venezuela.) e a censura. Ainda, intensificaram-se as mesmas leituras já realizadas pelo enunciador midiático: interpretam-se, novamente, os desejos do governo (pelo verbo volitivo em "O governo quer controlar,...), relacionando a causa deste gesto (...pois é pela imprensa que sai...) ao papel da imprensa em divulgar ...boa parte das denúncias de corrupção.

Posteriormente, limita-se, por [regras] apenas [com viés econômico], a adjetivação presente na 'nova' forma de designação que será retomada adiante (regulação econômica da mídia) para caracterizá-la como equivalente às outras 'regulações' no Cone Sul (é adotar o mesmo discurso da Argentina, da Venezuela – a escolha lexical em negritas confere pouca fiabilidade a estas práticas: uma 'falação'), casos interpretados por um encaixe sintático que torna evidente sentidos autoritários (e de outros que diminuíram o poder dos veículos de comunicação [...]) e um efeito de memória (...até impor-lhes um cabresto).

Falas similares também se realizaram em um artigo de opinião de autoria deste mesmo sujeito publicado na FSP (09/09/2011): a construção de posições se deu similarmente, valendo-se de vários outros exemplos lidos como perversos, dentre eles o argentino, por equivalências de sentido (Na mesma toada,...) e um comentário avaliativo (...a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, move incansável campanha contra o jornal "Clarín", respeitado por fazer um jornalismo crítico e independente [...]). Uma interpretação similar se dá, ainda, em uma reportagem da FSP (11/11/2010), em reprodução de fala de Toby Mendel, por finalidade: a Argentina "está indo contra a liberdade de expressão" ao usar a regulação da mídia para atacar o grupo "Clarín".

Ainda na FSP, um artigo de opinião de Hélio Bicudo (30/10/2010a) apresenta as mesmas formações discursivas, com modalização de sentido (em sublinhadas) e aspas para distância enunciativa: É o que se viu na ditadura Fujimori no Peru [...] mediante o sofisma da "democratização da mídia". Neste texto, ainda, a apresentação deste sujeito político é emblemática, pois a sua relação em antanho com o PT descredita as propostas: *Foi vice-prefeito do município de São Paulo (gestão Marta Suplicy) e deputado federal pelo PT-SP*



[...]; isso ocorreu, também, uma entrevista na *FSP* (29/09/2010): *Fundador do PT* [...] (subtítulo) e por aposto em *Bicudo, que foi um dos fundadores do PT, mas deixou a legenda* [...]. Estamos diante, no entanto, de textos opinativos pouco agressivos se comparados aos da *Veja*, como os de Augusto Nunes e Reinaldo Azevedo.

Outra reportagem d’*O Globo* (19/08/2010) se apresenta como absoluta em relação ao que, de fato, significa o *controle social da mídia*, relacionando-o a casos alhures ao brasileiro. Podemos destacar, aqui, as seguintes marcas do posicionamento construído pelo enunciador midiático: i) a primeira frase do texto opõe o *controle social da mídia* a *liberdade de expressão*, colocando-os em campos de sentido opostos (o primeiro, ainda, afim à “[...] *censura [prévia]*”); ii) introduz-se o texto com uma paráfrase avaliativa (realizou *uma defesa da liberdade de expressão*) e, após, uma reprodução de falas d’*A presidente da [...] (ANJ)*; iii) um aposto que caracteriza esta prática em um dos recortes em discurso direto selecionados (“*O controle social da mídia é um exemplo que, infelizmente, acontece em países vizinhos*”); iv) outro recurso, em especial presente nas reportagens do jornal *O Globo*: o enunciador midiático promove, por duas vezes, uma ‘autorregulação’ (no primeiro parágrafo, *modelo de auto-regulação*; mais adiante, *modelo auto-sustentável [na era da internet]*), contestando, assim, a necessidade da regulação ‘oficial/estatal’ proposta.

Também há n’*O Globo* um editorial emblemático (07/09/2013), pois se realiza via formações discursivas similares àquelas presentes na grande maioria das reportagens do mesmo jornal, em que as propostas não se sustentam sobretudo pois já existe regulação da mídia (ou propondo-se a autorregulação); as reportagens, em geral, dedicaram-se a repetir esta interpretação, muitas vezes enumerando quais leis e regulações já fazem da mídia brasileira ‘hiperregulada’.

Neste editorial d’*O Globo* (07/09/2013), *Hugo Chávez* é apresentado não pelo seu cargo político (‘presidente’), mas com destaque à sua atuação militar: *chegada ao poder do coronel Hugo Chávez*, em equivalências de sentido, ainda, ao caso argentino (um *plano de esquarterar o “Clarín”*). Este posicionamento do jornal foi, ainda, uma resposta ao texto realizado *pelo embaixador venezuelano no Brasil, Maximillien Arvelaiz*. Neste sentido, criaram-se equivalências não entre os casos brasileiro e alhures, mas entre tentativas destes sujeitos alinhados à esquerda – o intento brasileiro é retratado como ‘fracassado’, precisamente pelo papel das mídias, como o próprio jornal *O Globo*.

Há também outro editorial d'*O Globo* (07/04/2013) que se realiza por recursos similares: ...*Como tem ocorrido na Venezuela, no Equador, nos países ditos bolivarianos, este objetivo é alcançado...[...]* *A Argentina é outro exemplo.*); aqui, a comparação é realizada em meio a modalização de sentido em aposto e adjetivação que criam teores não-democráticos em relação ao livre mercado da informação ([ — censura, a palavra certa.] [...] pela rota dissimulada da desestabilização empresarial dos grupos de comunicação.).

Outro texto neste veículo, uma reportagem (*O Globo*, 06/06/2014) se realiza por recurso similar, comparando o caso brasileiro, agora, a modelos europeus; ao interpretar o pensamento de Franklin Martins e sua influência em relação a Dilma Rousseff, a palavra final do texto é aquela que ‘explica’ ao leitor as diferenças entre sua proposta, tomada como perversa, e a ‘original’, novamente contestando a necessidade de uma regulação da mídia por recursos co-textuais (*No sistema britânico, [...] O comitê [...] não pode ter congressistas, nem membros do governo. As orientações não são obrigatórias, e não pode haver censura prévia.*).

**b)** Conforme também aconteceu de maneira geral na *FSP*, diversas reportagens d'*O Globo* são pertinentes ao associar as propostas à censura, tornando estes sentidos evidentes por outros recursos. Na reportagem *Evento no TJ-RJ discute liberdade de expressão e controle da mídia* (*O Globo*, 08/05/2012), considerando as diferentes designações da regulação da mídia por parte dos proponentes, o título da reportagem se refere ao acontecimento já com uma avaliação negativa, pela associação, no mesmo campo de sentidos, entre *liberdade de expressão* e *controle da mídia*, além do gesto designativo: não se fala em ‘regulação da mídia’, mas em controle da mídia, sem a adjetivação ‘social’ para *controle*.

No primeiro parágrafo, em uma fala reproduzida em discurso indireto do desembargador *Manoel Alberto Rebêlo dos Santos*, que avalia [a] *tentativa de controle social da mídia*, uma modalização de sentido do termo *controle social da mídia* interpreta-o ("*eufemismo para a censura*"). Este dizer reaparece, na reprodução da fala deste sujeito em discurso direto no segundo parágrafo; ainda, na fala a que se remete, são associados efeitos pré-construídos por aposto a esta modalização já reproduzida: — [...] *O governo já vem falando de controle social da mídia, que, evidentemente, é um eufemismo para censura.*

No terceiro parágrafo, a fala de outro sujeito político (*o professor de Direito da Uerj*,

*Gustavo Binenbojm*) apresenta nova modalização de sentido: — *São projetos (como o de controle social da mídia) normalmente travestidos de apelos populistas...*, gesto perverso cuja recorrência é intensificada pelo advérbio em negritas; além disso, pelo uso verbal, interpreta-se a ação negativamente, como ‘oblíqua’ (...e que não conseguem disfarçar...) e com objetivos nefastos (...sua finalidade:...), que seguem enumerados por objetos para o verbo *controlar* (...controlar o que a imprensa pode publicar, controlar o que os cidadãos devem poder saber). Para efeitos de conclusão nesta fala reproduzida, há disparidade de sentido entre as propostas e a *liberdade d’e expressão*, pela predicação conferida (*Isto é a antítese da liberdade de expressão*).

Na reportagem *Regulação da mídia divide setores do PT e do governo* (*O Globo*, 06/06/2014), os quatro primeiros parágrafos têm menos marcas de posicionamento do enunciador midiático se comparados aos demais, com a reprodução de posições de *Dilma Rousseff* e d’o ministro *Paulo Bernardo* (*Comunicações*), ainda que a interpretação recorrente de que se trata *de uma pressão do PT* reapareça no primeiro parágrafo – interpretação também realizada por outro enunciador midiático em pelo menos duas reportagens: i) primeiramente, em uma abertura do texto: *Em mais um sinal de pressão pela regulação da mídia a Executiva Nacional do PT aprovou [...] uma resolução [...]* (*FSP*, 03/11/2014); ii) também, em uma interpretação da posição de um dos proponentes: *Segundo o presidente do PT, Rui Falcão, o partido fará pressionar<sup>17</sup> o Congresso a aprovar um projeto que regule os meios de comunicação* (*FSP*, 06/09/2011). Neste sentido, a *influência* de Franklin Martins é tomada como negativa, pela associação das propostas ao *controle*, já deixadas pelos proponentes: *[que] chegou a apresentar uma proposta de controle da mídia quando chefiava a Secretaria [...]*.

Também, a reportagem *A entrevista dos camaradas: saiba mais sobre os ‘blogueiros progressistas’* (*O Globo*, 17/04/2014) retrata um encontro entre o ex-presidente *Lula* e nove interlocutores; o enunciador midiático faz referências a “*blogueiros progressistas*” com distanciamento enunciativo por aspas, recurso que no texto se repete cinco vezes. Uma delas conta, também, com modalização (em negritas): *os chamados “progressistas”*. Um recurso similar está presente em duas reportagens de outra mídia conservadora, a *FSP*: primeiramente, no texto *Lula ataca mídia e pede regulamentação* (*FSP*, 18/06/2011), no enunciado que abre

<sup>17</sup>O uso agramatical desta locução verbal, potencialmente devido a um equívoco editorial, esteve ainda presente em uma segunda consulta realizada em junho de 2020, após a coleta do *corpus*.

o texto (*Um evento de "blogueiros progressistas" se transformou ontem em palco para [...] dispararem ataques à mídia*); também, em uma reportagem intitulada *Em entrevista a blogs pró-governo, Lula faz críticas à imprensa* (FSP, 25/11/2010b): *Dez blogueiros autoclassificados "progressistas" participaram da entrevista [...]*. Nesta reportagem d'O Globo (17/04/2014), ainda, interpretam-se as ações deste grupo: *[blogs que] polarizam, invariavelmente, à esquerda...*; em seguida, predica-se sua ação (*...e são...*) com agressividade, pelo emprego lexical (*cada vez mais usados como munhão na disputa eleitoral.*).

c) Quando se imputou a interpretação de que se trava de censura, houve, ainda, uma série de publicações com teor mais absoluto que as anteriores; em especial, duas reportagens na *Veja* (25/05/2012; 02/01/2015) e três editoriais na *FSP* (08/10/2010a; 17/04/2013; 28/05/2014a). A primeira se vale sobretudo de recursos de distância enunciativa para criar tais efeitos de sentido: na reportagem da intitulada *Blogueiros defendem controle social da mídia* (*Veja*, 25/05/2012), um dos gestos designativos é realizado entre aspas: “*democratização da comunicação*”. Há, posteriormente, uma interpretação do significado verdadeiro deste dito: *passa pelo controle social da mídia*, retomando um dizer já ‘abandonado’ pelos proponentes (que reaparecerá, no último parágrafo, entre aspas: “*controle social da mídia*”), além de uma modalização (*[e pelo ataque] à chamada...*) que representa agressivamente (vide emprego verbal em negritas) um nome representado entre aspas (...“*grande imprensa*”), construções que representam e evidenciam a discordância do enunciador midiático com as expressões e ações realizadas no evento em questão via aspas, o *Encontro Nacional de Blogueiros Progressistas*.

A segunda reportagem da *Veja* (02/01/2015), em especial, é mais agressiva em relação à interpretação imputada, em que, para tal, também se apresentam as propostas de maneira avaliativa: i) *Berzoini assume e já cita projeto de censura da imprensa* (título e corpo); ii) *projeto de controle da mídia* (subtítulo); iii) *[Paulo Bernardo] [...] não encampava a proposta de censura aos meios de comunicação*; iv) *projeto petista de censura da imprensa*. Além disso, há aspas em “*regulação econômica*” [...] “*processo de discussão*”, conferindo a última palavra do texto, com zombaria ao comentar a fala reproduzida de Berzoini (*Pelas palavras de Berzoini, a sociedade a ser ouvida são grupos de sindicalistas e movimentos*

*sociais aliados do PT*). Ainda que sejam mais amenas em comparação a estas reportagens da *Veja* (25/05/2012; 02/01/2015), há duas reportagens n’*O Globo* (03/01/2015; 06/06/2014) com recursos similares. Na primeira: *a proposta celerada [...] : o controle da imprensa*; na segunda, *Franklin Martins, que chegou a apresentar uma proposta de controle da mídia*.

Também três publicações no grupo *Painel* da seção *Poder* (*FSP*, 08/10/2010a; 17/04/2013; 28/05/2014a), uma seção em que o corpo editorial do jornal comenta acontecimentos e notícias, são representativas. A primeira, por recurso co-textual, confere destaque a falas de Franklin Martins, em um parágrafo dedicado que encabeça a seção. A segunda, com escárnio (***Semântica*** *O PT baixou ordem interna: ...* – negritos do original), utiliza uma equivalência de sentido (...a expressão “regulação da mídia” será substituída por “democratização da mídia”...) para interpretar a ‘real’ finalidade, tomada como perversa (*O objetivo é evitar que se relacione a ofensiva petista à censura*). Finalmente, a terceira se realiza por um verbo volitivo que interpreta as falas reproduzidas: *PT quer incorporar regulação econômica dos meios ao programa de Dilma para a reeleição*.

d) Diversas reportagens da revista *Veja* também realizaram associações enunciativas de teor similar às anteriores (subitem “c”), mas valendo-se, sobretudo, de diversas marcas de distância enunciativa como aspas e modalização de sentidos para rebater a necessidade das propostas. Na reportagem *A imprensa ideal dos petistas* (*Veja*, 27/09/2010), há, em quatro momentos, marcas de distanciamento enunciativo às propostas: i) uma modalização que interpreta a ‘regulação’ (*nome pomposo...*) e sua finalidade (...para *esconder uma tentação totalitária*); ii) quando o enunciador midiático se afasta de sentidos sobre o ‘social’, como em *controle social da mídia*, a partir de aspas, gerando, inclusive, ironia (...uma certa “sociedade civil” que ninguém mais conseguiu enxergar...) – similar, ainda, ao que ocorreu em outras duas reportagens da *Veja*, em 25/11/2011c (*Questionado se o PT desistiu de controlar a imprensa por meio de uma tal “sociedade civil”, Falcão reagiu: [...]*) e em 02/01/2015 ([...] *a sociedade a ser ouvida são grupos [...] aliados do PT*); iii) uma modalização (*o que chamou de...*) seguida de dizeres entre aspas (...“golpismo midiático”), criando discordância entre esta manifestação e a posição do enunciador midiático; iv) uma interpretação colocada como verdadeira por um aposto (*, bem entendido,*) sobre o que disse o PT (“*onda de baixarias*” – distanciado, ainda, por aspas), leitura que se dá junto à evidência construída a

respeito de uma ação democrática por parte da mídia (*reportagens que revelaram [...]*). Neste sentido, não só as falas de sujeitos do PT são alvo de distanciamento enunciativo por aspas, mas também outros partidos de esquerda: *brados contra a “conspiração da imprensa” disparados pelo presidente do PC do B e discursos em defesa do “controle social da imprensa”*.

Na reportagem *Mais do mesmo: PT quer controle da imprensa* (Veja, 02/09/2011), o título dá como absoluto, pelo uso do verbo volitivo no presente do indicativo (*PT quer...*), o desejo do PT: não uma ‘regulação’ ou ‘democratização’, mas o ...*controle da imprensa*; a locução de frequência que inicia o título, ainda, ressalta a recorrência desta vontade (*Mais do mesmo*:). No subtítulo, há uma interpretação do rumo que a *resolução* terá, pelo teor especulativo da locução verbal (*Congresso do partido [...] deve aprovar...*) que apresenta diretrizes perversas em relação à liberdade de imprensa, também pela escolha verbal realizada (...*resolução atacando veículos [...]*). Via voz do enunciador midiático, retorna, na recorrência de um evento (*A abertura de mais um congresso do PT [...]*...), um discurso ‘repetido’ (...*marcou a volta de...*) e tomado como nefasto (...*uma antiga obsessão do partido: [...]*), pelos dois nomes (em negritas) intensificados. Em sequência, um recurso semelhante se repete para um nome que caracteriza a ação do PT (*A mais nova ofensiva do partido sobre a imprensa*). Para apresentar a fala de Lula sobre *as prévias para a escolha de candidatos nas eleições de 2012*, vale-se, ainda, de uma evidência pré-construída sobre sua posição em relação à imprensa (*E, claro, culpou a imprensa*).

Na reportagem *Em documento, PT pretende pressionar o governo a aprovar marco regulatório para a imprensa* (Veja, 04/09/2011), os três primeiros parágrafos constroem um posicionamento contrário à regulação da imprensa, sobretudo por emprego lexicais. No primeiro parágrafo, há duas interpretações do enunciador midiático, em discurso indireto, do que foi dito no *Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores*; elas são realizadas pelo verbo *indica [que]*: i) não se fala em ‘regulação’ (ou outros gestos designativos), mas o já ‘abolido’ pelos proponentes *controle [à imprensa]*; ii) uma interpretação que caracteriza um teor autoritário da ‘regulação’, pelo emprego verbal: *que os meios de comunicação devem ser vigiados*. Essas interpretações preveem as consequências das propostas e da resolução e se associam-se ao título da reportagem, que também interpreta as ações pelo emprego verbal e seu objeto (*PT pretende pressionar o governo*).

e) Também, realizou-se associação a um ‘aparelhamento’ interpretada como perversa, presente na reprodução de uma fala da então candidata Marina Silva, em uma reportagem da *FSP* (18/06/2010), também tratada em um artigo de opinião d’*O Globo* (19/06/2010), além de remeter a falas de José Serra em outra reportagem da *FSP* (20/08/2010). Nestes textos, há, ainda, modalizações de sentido quando se apresentam as propostas, criando distancia enunciativa. O artigo de opinião de autoria de Ricardo Noblat, então presente no jornal *O Globo* (19/06/2010), no entanto, foi o único que utilizou recursos co-textuais para mostrar que já há suficiente regulação, e, de fato, esta é uma tônica que se repete também em diversas reportagens d’*O Globo*<sup>18</sup>.

f) As três reportagens que se seguem foram publicadas no mesmo dia, e são importantes para compreender como a *Veja* criou sentidos sobre o *Congresso Nacional do PT*, evento também comentado em reportagens da *FSP* (02/09/2011; 03/09/2011); conforme foi a norma também na *FSP*, todas elas constroem posições contrárias à regulação, descreditando políticos do PT e do então governo; em especial, os dizeres de José Dirceu, cujas falas que defendem a regulação são associadas à denúncia do Mensalão, construindo, assim, evidências sobre os verdadeiros intuítos do desejo destes sujeitos políticos de estabelecer uma regulação.

Na primeira delas, a reportagem *Regular mídia não é impor censura, afirma Dirceu* (*Veja*, 25/11/2011a), após três primeiros parágrafos de uma apresentação mais propriamente factual das posições do *ex-ministro*, o enunciador midiático introduz posições ‘outras’ de José Dirceu, que aparecem como mais incisivas em relação ao jornalismo brasileiro e conferem descrédito à posição deste sujeito político: a primeira delas, no terceiro parágrafo, se realiza após uma introdução deste enunciador político que o adjetiva por um pré-construído, em aposto ([*O ex-ministro*], *afastado do governo Lula em meio ao escândalo do mensalão*).

Estes sentidos vão em direção oposta ao que Dirceu falou anteriormente em discurso direto, entrando em um domínio associado, ainda, com uma vontade (, *demonstrando desejo de que...*) tomada como perversa pela associação hipotética entre mídia e governo (...*parte da mídia apoiasse o governo*). Este pré-construído que descredita o político, assim, se relaciona ao seu pedido de regulamentação da mídia com intuítos finais autoritários (‘quer calar a mídia

<sup>18</sup>Este texto inicialmente coletado não figurava mais em seu endereço original quando de uma segunda consulta, realizada em junho de 2020.

– a mesma que o denunciou’); em sequência, uma distância enunciativa por aspas e modalização (em negritas) - *o que **chamou de** “oligarquias eletrônicas”* – corrobora a discordância do enunciador midiático com o que foi dito pelo sujeito político.

O segundo texto publicado no mesmo dia também cria sentidos sobre o sujeito político José Dirceu. Na reportagem *PT ataca imprensa em fórum para ‘democratizar informação’* (Veja, 25/11/2011b), a interpretação dos dizeres de Dirceu no subtítulo (*Discurso de Dirceu deixa claro: partido não gosta de ler críticas à sigla no jornal*) toma sua fala como ‘antidemocrática’ (pelo efeito de evidência em *deixa claro*), comentando, assim, o título, que respeita a regulação da mídia (em que já há distanciamento enunciativo pelas aspas: ‘*democratizar informação*’). A seguir, no primeiro parágrafo, novamente, há distância enunciativa para designar a regulação da mídia (“*democratização dos meios de comunicação*”), seguida de um uso verbal que, com a mesma finalidade, via modalização de sentidos, em oração com destaque em aspas do original (***mascarar uma intenção bastante clara: controlar o que é veiculado*** [...]) e um *hyperlink* para uma reportagem já analisada (02/09/2011, *Veja*), também crítica a estas propostas.

Ainda no primeiro parágrafo, o gesto designativo para a regulação *marco regulatório para as comunicações* encabeça duas orações subordinadas substantivas (...*projeto de lei que a legenda vem pressionando o governo a aprovar e ...que traz na raiz o embrião autoritário da censura*), em função de sujeito, que, respectivamente, o interpreta como ‘pressão do PT sobre o governo’ e equipara os sentidos à *censura*. A frase seguinte sublinha o autoritarismo já apontado nas caracterizações do *marco regulatório*: há uma locução verbal que modaliza os gestos dos líderes petistas (*Embora [...] se esforcem para disfarçar as feições autoritárias do projeto*), tornando também evidente (*os discursos [...] deixam claro:...*) que *...a imprensa livre incomoda setores do PT*.

No segundo parágrafo, a primeira adjetivação de *José Dirceu*, que apresenta o estatuto deste sujeito no encontro do partido (*a fala do convidado de honra do evento,*) se soma a outras duas (*deputado cassado e chefe da quadrilha do mensalão*) não apenas para caracterizá-lo como um sujeito político descreditado, mas também para tornar evidente certo ‘prestígio’ de práticas afins dentro deste partido. Novamente, como na reportagem anterior, uma fala reproduzida de *José Dirceu* mostra um desejo de ‘camaradagem’ entre governo e mídia tomado como perverso, frente às denúncias protagonizadas pela grande mídia e às



associações que já descreditaram este sujeito (“*Os proprietários de veículos de comunicação são contra nós do PT. Fazem campanha noite e dia contra nós*” [...] “*Só lamento que não haja jornal de esquerda, que seja a favor do governo.*”); o enunciador midiático, nestas palavras, chama a atenção do leitor para o seu real significado, por uma glosa: *afirmou [...], mostrando a que veio o partido.*

No terceiro parágrafo, nas falas de Dirceu parafraseadas pela *Veja*, ainda, *ser i) contra controle de conteúdos dos veículos de comunicação* e *ii) a favor da liberdade de imprensa* caracterizam um *discurso oficial*, que contrastam com o teor combativo dos dizeres que foram elencados em discurso direto *a respeito do mensalão*, caracterizado pelo distanciamento enunciativo via aspas (“*conspiração da mídia golpista*” e [*tudo é uma questão de*] “*pluralidade*”). As marcas de heterogeneidade, assim, mostram a discordância do enunciador midiático com o que foi dito, elementos que constituem uma posição contrária à regulação.

Posteriormente, na fala em discurso direto d’o *líder do PT na Câmara*, também favorável à regulação da mídia, relata-se que os blogues *ajudam na democratização da comunicação*; desconstrói-se a alcunha recorrentemente citada pela sua oposição (*blogueiros sujos como eles são chamados pelos inimigos*), mas um novo subtítulo do texto (**Projeto**) se dedicará a mostrar a posição contrária da então presidente Dilma Rousseff acerca dos projetos de regulação; além disso, a posição da presidente é também fonte de suspeitas: reaparece a referência, em sua fala, ao *controle remoto*; o enunciador midiático, depois de reproduzir a fala, comenta a recorrência (pelo verbo intensificado: , *repete sempre...*) da ‘esquiva’ ao tema (*...que alguém fala do assunto.*), recurso presente *ipsis litteris* em outra reportagem da *Veja* (06/09/2011).

Na última reportagem desta série de publicações neste mesmo dia, *Rui Falcão usa eufemismos: ‘Temos que proteger a imprensa’* (*Veja*, 25/11/2011c), o título realiza uma modalização de sentidos (*usa eufemismos*) para interpretar a fala d’O *presidente nacional do PT*, sobre o que verdadeiramente significaria ‘[...] *proteger a imprensa*’. A seguir, no subtítulo, uma oração adversativa opõe-se à paráfrase do enunciador midiático da fala de *Rui Falcão* ([...] *nega intenção de controlar os meios de comunicação, mas...*), contestando os sentidos, por aspas, de uma *‘lei da selva’ no mercado* a qual a imprensa estaria sujeita. Posteriormente, um verbo *dicendi* faz avaliação negativa da atuação deste sujeito político ([O *presidente nacional do PT*] [...]  *fingiu...*), além de outra interpretação verbal do enunciador

mediático sobre este sujeito (*seguiu representando o papel de bom moço* - ‘trata-se de um sujeito dissimulado’).

Há também uma interpretação incisiva quando se apresentam as questões colocadas pela mídia a Rui Falcão, sob a pena da *Veja*: o uso verbal cria evidências de uma anterior vontade (*Questionado se o PT desistiu de...*) não de ‘regulação’, mas do ‘controle’ (... *controlar a imprensa...*), por uma via tomada como perversa, devido ao distanciamento enunciativo por dois recursos: i) modalização (...*por meio de uma tal...*); ii) aspas (...“*sociedade civil*”).

Após uma das falas de Rui Falcão reproduzidas (“[...] *Não há uma palavra em nossas resoluções que aponte na direção do controle.*”), o enunciador midiático refuta o dito, revelando o teor de um *caderno distribuído aos participantes do evento*: uma ligeira concordância com o petista ([...] *não constam mecanismos de controle,...*) é seguida da afirmação com maior valor argumentativo – e construída como verdadeira – em relação à sua fala (...*mas há referência vaga à participação social na elaboração de políticas de comunicação.*), pela estrutura argumentativa ‘não A, mas B’, que se opõe ao que foi dito para sublinhar um teor perverso de um dizer já comentado sob estratégia derrisória (“*sociedade civil*”, no mesmo domínio associado de *participação social*).

Há, ainda, uma interpretação ‘verdadeira’ do real significado do que foi dito (*E aí Falcão mostrou seu objetivo*), pela modalização suavizar [...], substituindo[...] por [...], que cria equivalências de sentido entre dois termos distanciados por aspas: “*controle*” e “*proteção*”. Para descreditar o que foi dito, ainda, são também avaliados negativamente a situação de enunciação (pelo número baixo de presentes evidenciado em [...] *auditório ocupado por pouco mais de cem pessoas...*) e a ação os ouvintes em questão (– *a maioria delas dispersa em conversas paralelas [...]*), por comentários que, assim, questionam não apenas o que foi dito, mas também como se deu a ‘fraca’ recepção pelos próprios pares deste sujeito político.

**g)** Uma produção de sentidos presente em grande parte dos artigos de opinião da *Veja*, também associada a efeitos de evidência sobre a censura, é a agressividade a certos sujeitos políticos na apresentação destas evidências, em especial os do PT, como José Dirceu e Franklin Martins. Neste sentido, referências a esta memória discursiva são também

frequentes: no artigo de opinião *Os comandantes da ofensiva contra a liberdade de imprensa ignoram que nem todos os jornalistas estão à venda* (Veja, 27/06/2011), de Augusto Nunes, por exemplo, no primeiro parágrafo interpretam-se, em um aposto que introduz orações subordinadas substantivas – encaixes sintáticos que favorecem a construção de evidências pré-construídas – os reais objetivos dos dizeres (...*a discursseira...*, em teor negativo, uma ‘falação’) de *Lula* em relação à mídia: ...[*que*] *tenta estigmatizar o jornalismo independente e faz louvação à censura*.

Em outro texto de Augusto Nunes intitulado *Mudou o codinome* (Veja, 01/06/2012), há adjetivações depreciativas ao apresentar o enunciador das falas reproduzidas, que defende os *blogueiros*: *José Dirceu, mensaleiro desesperado*. Há, ainda, uma modalização que interpreta a fala de *José Dirceu*, remetendo à mudança no gesto designativo feita pelos proponentes, que se realiza como um ‘subtítulo’ da fala reproduzida: [*José Dirceu*][...][*informando que*] *a censura a imprensa trocou [...] de codinome...*, cuja frequência, ainda, é intensificada por locução adverbial (...*mais uma vez...*). Criam-se evidências interpretativas de que se trata, de fato, do mesmo (*e, em vez de “controle social da mídia”, agora deve ser chamada de “marco civil para internet”*).

Em outro artigo de opinião de sua autoria intitulado *Se quisesse ‘democratizar a mídia’, o PT teria de começar o serviço pelo Maranhão* (Veja, 10/09/2011), o último parágrafo se inicia contestando o valor das medidas pensadas no 4º Congresso Nacional do PT, pelo teor hipotético, na oração condicional e uso verbal (*Se fosse...*) que interpreta a ‘suposta’ finalidade enunciada na fala (...*para valer...*), como falsa; retoma-se, para isso, a relação do PT com integrantes de sua então base aliada, construída como incoerente, ao propor uma regulação da mídia que, fosse verdadeira, investigaria mídias elencadas no corpo do texto, pertencentes aos Sarney (...[...]*o combate [...] começaria pela Famiglia Sarney...*): *o jornal O Estado do Maranhão, a TV Mirante, a TV Difusora, um punhado de sites e dez emissoras de rádio*. (destaques em itálico, no original). Estes sujeitos políticos aliados ao PT, ainda, são apresentados como *Famiglia Sarney*: um uso do nome ‘família’ em italiano que, junto a adjetivações conferidas (*vigaristas impunes e clã [que explora há 50 anos a capitania hereditária]*), cria domínios associados a grupos criminosos como a máfia, além de referenciar a uma memória, destacada por nós em negritas, do período brasileiro imperial.

Outro sujeito então muito vocal em uma oposição a essas políticas e ao PT/governo

em artigos de opinião foi Reinaldo Azevedo, então um dos principais colunistas da Revista *Veja*. Quando um artigo de sua autoria (*Veja*, 22/08/2013) tratou a regulação da mídia, há uma sinonímia entre ‘regular’ e *cubanizar* ([...] *E ainda não desistiram de cubanizar também as comunicações no Brasil.*); ainda, o advérbio que intensifica este neologismo verbal (em negritas) permite extensões do sentido ali conferido, uma vez que cria pré-construídos acerca de outras ‘cubanizações’ já realizadas nos governos petistas. Há outra interpretação dos objetivos destas defesas de regulação: um enunciado introduz sentidos pré-construídos (*Vocês sabem o que os petistas e esquerdistas menores e ainda mais rombudos entendem...*) de um gesto designativo com o qual o enunciador midiático não está de acordo (via aspas, em ...*por “mídia democrática”*), e uma predicação confere-lhe o sentido tomado como ‘verdadeiro’: *É aquela que estará sob a censura do partido — ou dos coletivos.* Este texto opinativo, assim, seguirá uma tônica presente na mídia conservadora, com teor mais agressivo se comparado às reportagens: a negação da necessidade de regulação pautada na anterior existência de mecanismos que *já* a regulam (como no subtítulo que dá fechamento ao texto: ***Controlar pra quê?***), presente em especial em reportagens do jornal *O Globo*.

Em outro texto opinativo do mesmo autor, intitulado *PT defende em resolução censura à imprensa, e Rui Falcão convida jornalistas a apoiar proposta. Exagero? Então leiam!* (*Veja*, 02/03/2013), o título demonstra um teor apelativo (pelo imperativo *leiam*, que responde à pergunta *Exagero?*), além de uma interpretação absoluta do que foi defendido pelo PT (*censura à imprensa*); o subtítulo, neste sentido, apresenta aspas para criar distanciamento enunciativo ao “*novo marco regulatório das comunicações*”, trecho que é uma reprodução da abertura do artigo de opinião, conferindo ênfase e repetição a este recurso.

Também no texto opinativo *Coordenação da campanha de Dilma manda ‘lavar’ seu programa de governo para esconder as reais intenções do PT caso ela se reeleja* (*Veja*, 02/07/2014), de Reinaldo Azevedo, há, outra vez, a referência a “*lavar*” quando se fala da reformulação do *programa de governo* de Dilma Rousseff, um recurso similar àquele presente em outro artigo de opinião de mesma autoria *Veja* (22/08/2013). Neste sentido, há aspas no gesto designativo que constou no programa de governo de Dilma Rousseff: “*democratização da mídia*”..., gesto imediatamente interpretado pela *Veja*, por um aposto que modaliza o dizer (...*que é outro nome para censura*:). Outros dizeres aparecem entre aspas a partir do mesmo funcionamento, invariavelmente com modalizações (destacadas em negritas): i) *Esses*,

*digamos*, “compromissos” estão no documento aprovado pelo PT; ii) o combate *ao tal* “monopólio”; iii) [*a tal*] “*regulação da mídia*”. Ademais, um pré-construído contribui para descreditar a atuação do PT no poder: ao debater a “*regulação da mídia*”, o enunciador midiático afirma que *o partido decidiu fazer uma lista negra de jornalistas*, com uma oração conformativa em aposto (, *como é sabido*,) que comenta este dizer e, logo, cria *efeitos de evidência*.

### **2.1.2. Como se interpretou o ímpeto daqueles que propuseram ou defendem a regulação da mídia?**

a) Em geral, os textos da mídia conservadora se valeram de diversos recursos para contestar a necessidade de regulação da mídia e, ademais, conforme analisado anteriormente, associá-la à censura, interpretando como evidente a sua perversidade. Quando a mídia conservadora interpretou dizeres de sujeitos políticos que propunham uma regulação da mídia, é emblemática uma fala de Paulo Bernardo (PT), tratada em dois textos d’*O Globo*, uma reportagem (02/04/2013) e um editorial (07/04/2013); nestes textos, como também ocorre em outros, a construção de posições contrárias à regulação se dá a partir de falas primeiras em que o enunciador midiático põe em relevo certo ‘lapso’, evidenciando que sentidos ‘escaparam’ ao sujeito falante. Estas falas foram amiúde interpretadas na mídia conservadora ora como espécies de ‘tomadas de consciência’ apresentadas àquele que lê no curso dos textos, ora como evidência incontestável, criando, nos dois casos, efeitos negativos acerca dos ímpetos destes sujeitos ao propô-lo.

Na reportagem *Em São Paulo, Paulo Bernardo defende regulação da mídia* (*O Globo*, 02/04/2013), o título e os quatro primeiros parágrafos, em comparação com outras reportagens, apresentam poucas marcas de agressividade; empregou-se o gesto designativo *regulação da mídia* em vez de, por exemplo, ‘censura’ ou ‘controle’, como já aconteceu em outros textos. No quinto parágrafo, no entanto, um aposto sobre o sujeito político *Paulo Bernardo* apresenta sentidos pré-construídos sobre ‘incoerências’ no PT, entre a posição de *Paulo Bernardo* e a de *militantes* (*Bernardo, que entrou em polêmica com militantes do PT por causa do assunto. [...]*), além de posições deste sujeito sobre seus pares e sobre sua concepção de ‘regulação’.

Faz-se ênfase, ainda, a certa ‘culpa’ imputada a Paulo Bernardo sobre a posição destes outros *militantes do PT*, retomada pelo jornal como certo ‘lapso’. Seus dizeres reproduzidos

em discurso direto tratam uma *regulação para a mídia escrita* com a qual não se está de acordo: *veem a capa da revista e não gostam e querem que eu faça um marco regulatório*. Pelas equivalências de sentido entre ‘não gostar do conteúdo’ e *esse tipo de regulação* o enunciador midiático apresenta-o, assim, como um sujeito autoritário, mesmo em um reconhecimento de certo ‘embaraço’: ainda que se denuncie um tipo de silenciamento (posição mostrada como comum entre o enunciador midiático e o ministro), a fala reproduzida de Paulo Bernardo caracteriza-a como equivalente a certo *tipo de regulação*; a reportagem, assim, apresenta-se como sendo ‘objetiva’ em relação ao que foi a norma em seu interior, recurso que, no entanto, aliado à relativa brevidade do texto, realça os efeitos negativos do que foi falado, bem como contradições nas propostas de regulação.

Esta é, no entanto, uma reportagem em que a tônica da construção de sentidos difere das demais publicadas n’*O Globo*; a leitura da fala de Paulo Bernardo revela aspectos de uma reportagem com poucas marcas de heterogeneidade discursiva para associar a proposta a um desejo perverso, um recurso que se fez recorrente na mídia conservadora. O modo como excepcionalmente se realizou esta reportagem do jornal *O Globo* a partir de um teor ‘neutro’ por parte do enunciador midiático mostra-nos que, de fato, mesmo certa ‘imparcialidade’ no uso destes recursos de heterogeneidade marcada é apresentada como forma de defender certa posição.

Outras reportagens da revista *Veja* e do jornal *O Globo* seguem uma tônica similar, mas via recursos distintos. Na reportagem *Franklin Martins classifica críticas ao controle da imprensa como ‘bobagem’* (*Veja*, 09/11/2010), o parágrafo de abertura ressalta a recorrência, por uma adjetivação, das ações de Franklin Martins (*Firme no seu propósito de criar...*) que vão de encontro à liberdade de imprensa (...*mecanismos de controle da imprensa no país*); em sequência, outros ímpetos deste sujeito são apresentados na mesma toada: *O ministro ainda distribuiu ameaças às empresas [...] que são contra o controle*.

O quarto parágrafo realiza um recurso similar: inicia-se com outra adjetivação negativa por parte do enunciador midiático sobre a *imprensa livre n’os oito anos do governo Lula*, após a fala reproduzida de Franklin Martins: *foram alarmantes*. Neste sentido, são múltiplos os agentes (*Lula [...] Governo, PT e sindicatos se revezaram [na]...*) que realizam a ...*tarefa de emplacar alguma espécie de “controle social da mídia”*, designação que aparece entre aspas para marcar distância enunciativa (o que ocorre também com “*bobagens*”,

*observatório de “conteúdos midiáticos” e “desconcentração das propriedades”*).

Uma glosa em aposto (– *fórmula que, no fundo...*) no quarto parágrafo interpreta o real significado que o enunciador midiático lhe confere (...*expressa o desejo...*), criando domínios associados à censura (...*de relativizar ou simplesmente restringir a liberdade de imprensa [...]*). Ainda, a adjetivação *soviéticas* caracteriza também negativamente *propostas aprovadas pela Confecom*; finalmente, aparece outra modalização de sentidos que aponta para teores perversos: *a pretexto de coibir erros da imprensa, mas com o mal disfarçado propósito de censura prévia*.

Em outra reportagem da *Veja* (03/09/2011a) com tônica similar, a interpretação dos reais ímpetus se dá por distância enunciativa por modalização e aspas: “*entraves*”, também entre aspas, mostra a discordância entre estes sujeitos políticos e os enunciadores midiáticos; ao reproduzir um dos trechos da resolução, em sequência, abre-se citação do documento com um efeito de evidência (*A resolução deixa claro o rancor que alimenta a ofensiva petista...*), com distanciamento enunciativo por modalização (...*contra o que chama de...*) e aspas (...“*mídia*”), criando posições contrárias àquela de “*mídia*” presente no documento (“*O jornalismo marrom [...]*”).

Outra reportagem da revista, intitulada *A reportagem Dilma promete ao PT encampar regulação econômica da imprensa* (*Veja*, 28/05/2014), apresenta a posição da então presidente em relação ao PT, ao mesmo passo em que confere descrédito às propostas. Já no subtítulo, aspas simples mostram marcas de distanciamento enunciativo do enunciador midiático ao que é proposto pelo partido: *‘fim do monopólio’ dos meios de comunicação*; além disso, a primeira oração se refere a um *projeto petista de controle da imprensa*, delimitando uma posição do partido associada não à ‘democracia’ ou à ‘regulação’, mas ao *controle*. O primeiro parágrafo, também, mostra possíveis diferenças entre propostas anteriores do PT ([*projeto de lei para “regulação das comunicações”*] e [*a ideia petista de “controle social da mídia”*]) e uma *regulação econômica da imprensa*, comparação retomada em alguns momentos do texto. O *projeto de lei* citado, ainda, é empregado como o sujeito, pelo pronome relativo em negritas, da oração que introduz uma fundação maligna: *...que trazia na raiz o embrião autoritário da censura*) – adjetivação que acontece em outras reportagens da *Veja* (16/10/2012; 25/11/2011b).

Posteriormente, ao comentar uma referência a uma reportagem publicada por outra

mídia conservadora (*Reportagem do jornal Folha de S. Paulo [...] indica que...*), o enunciador midiático passa a debater a posição de Dilma em relação àquela de seu partido. A respeito do “*controle social da mídia*”, um aposto realizado pelo enunciador midiático interpreta, por modalização (...[“*controle social da mídia*”–] termo utilizado para mascarar...) um objetivo (...*uma intenção*...) tomado como evidente (...*bastante clara*:...) e com teores perversos (*controlar o que é veiculado pela imprensa no país*), pela escolha verbal em negritas, recursos e dizeres que já aconteceram *ipsis litteris* em outra reportagem na revista *Veja* (25/11/2011b).

Outra modalização está presente: *Assim como o controle de conteúdo, o fim do que o PT classifica como “monopólio dos meios de comunicação”*. Ao interpretar novamente os objetivos dos enunciadores políticos (pela escolha verbal em [...] *o partido busca*...), aparecem indícios de uma ‘regulação econômica’, mais propriamente um ‘controle econômico’, dada a perversidade de seu tratamento e o uso verbal destacado: ...*golpear a receita publicitária dos veículos de informação*.

Este recurso também está presente com maior agressividade em um artigo de opinião de Reinaldo Azevedo (*Veja*, 02/03/2013). Neste texto, *O governo Lula...* é o agente em um gesto recorrente (intensificado pela locução adverbial: ...*tentou, mais de uma vez*,...): ...*criar mecanismos para censurar a imprensa*, que aparece, também, como um *projeto de censura*. O artigo de opinião também oferece uma interpretação do desejo por detrás de tais gestos d’*O PT*, pelo uso do verbo volitivo: [*o governo federal*][...][*não criará mecanismos oficiais de censura, como quer o partido*].

Finalmente, outros dizeres da resolução são fruto de derrisão, por um recurso mais agressivo do que aqueles presentes nas reportagens: *A “sociedade” teria “mecanismos de controle do conteúdo” do que é veiculado*. Uma pergunta retórica introduz um raciocínio (*Mas quem é “a sociedade”?*...) que é evidente por si mesmo (...*Ora, todos sabemos!*...) e tem resultados nefastos, já que as diversas instituições citadas (...[*Trata-se de*] *ONGs, sindicatos, associações disso e daquilo, movimento sociais*,...) fazem parte de um montante ‘aparelhado’ pelo partido: ...*todos aqueles grupos que são controlados pelo... PT!*

**b)** A interpretação ‘real’ do que de fato querem os proponentes esteve também presente em editoriais no jornal *O Globo*, mas em menor grau de presença se comparado a reportagens



neste mesmo veículo. No editorial *O que significa ‘democratização da mídia’* (*O Globo*, 07/09/2013), as aspas simples no título fazem ver que o texto investigará o ‘real’ significado por detrás das maneiras de designar a regulação da mídia. Inicia-se o texto com uma autorreferência a reportagens do deste próprio jornal *sobre como a liberdade de expressão e imprensa tem sido sufocada* no cenário venezuelano (ação perversa cuja continuidade é intensificada pela perífrase verbal em negritas), aqui denunciada pela mídia conservadora.

Algo similar acontece em outro editorial d’o *Globo*, intitulado *Há regulação da mídia e ‘regulação da mídia’* (*O Globo*, 07/04/2013), quando a chamada apresenta, de maneira absoluta (pelo verbo *Há*), disparidades de sentido entre duas formas de designar a regulação da mídia parecidas, mas não totalmente semelhantes, uma vez que a segunda delas está realizada por aspas simples. O subtítulo do editorial apresenta dizeres em tom combativo que caracterizam as propostas, tornando evidente a associação à *censura*: não são, por exemplo, ‘setores do PT’ que ‘atacam’, como foi comum em reportagens, mas *Facções que abrem guerra* (*Facções do PT abrem guerra contra ministro...*), interpretando os reais objetivos do partido por uma oração causal (...*porque...*) e um verbo volitivo (...*desejam* [...] *censurar conteúdos jornalísticos*), o que se realiza por meio de um procedimento caracterizado como perverso, pela modalização (, *sob o pretexto de rever as regras do setor de comunicação*). O terceiro parágrafo, ainda, predica *o conteúdo da proposta* como [*é*] *inexequível*, explicitando a causa (, *por ilegal*). Ainda, por três vezes, os gestos designativos aparecem também entre aspas: “*regulação da mídia*” (no primeiro e segundo parágrafos) e [*a*]“*regulação*” [*do desejo dessa militância...*]. Sobre este último dizer, por sua vez, interpreta-se seu objetivo (...*visa a interferir no conteúdo jornalístico...*), criando, por um comentário em travessão que modaliza, equivalências de sentido com a *censura* (...— *censura, a palavra certa*).

## 2.2. O emprego da heterogeneidade enunciativa: paráfrase e distância enunciativa

Um recurso para contestar as propostas presente em todos os veículos conservadores analisados valeu-se de marcas de heterogeneidade (aspas, verbos *dicendi*, glosas e paráfrases avaliativas), amiúde para produzir distância enunciativa às falas primeiras. Além disso, valeu-se da retomada do acontecimento da fala de outro para modalizar e balizar os sentidos primeiros atribuídos, com efeito de mesma natureza. De fato, novamente, a leitura majoritária presente nas mídias conservadoras associa as propostas de regulação da mídia à *censura*,

havendo, no entanto, sensíveis diferenças em seus usos.

### 2.2.1. Paráfrases e reproduções avaliativas

a) O primeiro recurso presente nas mídias conservadoras para desqualificar as tentativas de regulação da mídia que salta aos olhos pela sua opacidade é uma paráfrase dos enunciados reitores que, além de amiúde associá-los a uma tentativa de censura, também realiza balizamentos de sentido sensíveis em relação aos dizeres ‘originais’. Tratamos, aqui, um acontecimento distinto daquele da ‘mudança’ dos gestos designativos por parte dos proponentes, como, por exemplo, deixar de lado o “controle social da mídia” em lugar da “regulação econômica da mídia”: ainda que tenha sido bastante comum uma atribuição de sentido ‘outro’ às propostas (majoritariamente associando-os à censura), os textos seguintes revelam gestos interpretativos mais incisivos (talvez, inclusive, certos ‘lapsos’ por parte do enunciador midiático), porque, de fato, não se relacionam diretamente aos dizeres de fato veiculados pelos proponentes.

É importante apontar, ainda, que um evento, o *IV Congresso Nacional do PT* (2011), desencadeou diversas reportagens contrárias às propostas, além de um artigo de opinião, posição materializada sobretudo por recursos de heterogeneidade discursiva, como aspas, modalizações e distanciamento de sentido. Na *FSP*, um destaque em *Frases* (02/09/2011), uma capa de seção (03/09/2011), cinco reportagens (02/09/2011; 03/09/2011; 04/09/2011; 06/09/2011) e um artigo de opinião de autoria de Rubens Bueno, apresentado como *deputado federal pelo Paraná e líder do PPS na Câmara dos Deputados* (09/09/2011). Na revista *Veja*, cinco reportagens em sequência (02/09/2011; 03/09/2011a; 03/09/2011b; 04/09/2011; 05/09/2011; 06/09/2011) e um artigo de opinião de Augusto Nunes (10/09/2011). No jornal *O Globo*, duas reportagens no mesmo dia (03/09/2011a; 03/09/2011b).

Tratou-se de um momento em que o PT gozava de certo estatuto na política brasileira, e diversos dos dizeres realizados durante um encontro entre pares foram retomados, sobretudo para que pudessem ser rebatidos; mesmo com certa raridade da discussão aberta do tema na mídia conservadora se comparado a outros, a emergência de diversos textos tratando o mesmo evento mostra uma ‘urgência’ da mídia conservadora para contestar as propostas.

Em uma reportagem da revista *Veja* (03/09/2011b), interpretam-se, no terceiro parágrafo, os intuítos do partido, ao introduzir as falas do documento (*Na tentativa de...*), como ‘esquivas’ (...evitar mais polêmica.); outra caracterização dita os teores destas falas: *A*

*solenidade de abertura [...] foi marcada por críticas aos meios de comunicação. Há, ainda, uma referência a “*controle público da mídia*”, que alude ao ‘controle social da mídia’; o uso de aspas, aqui, é uma prova de que não se trata de heterogeneidade marcada, pois este não é um dos termos que apareceu em outras reportagens ou em propostas do PT e do governo; em face do *corpus* que tivemos acesso, trata-se, assim, de uma reformulação pelo interdiscurso não das formações discursivas que defendem controles, mas circunscrito por associações à censura, marcando, assim, distanciamento enunciativo e, sobretudo, interpretativo da proposta.*

O mesmo recurso ocorreu também em reportagens do jornal *O Globo*. No texto intitulado *É impossível o governo não participar do debate sobre marco regulatório da mídia, dizem ministros* (*O Globo*, 03/09/2011a), para imputar certos sentidos por marcas de heterogeneidade (ou sua falta), no terceiro parágrafo, o dizer *regulamentação* incide não sobre ‘a mídia’, como é comum nas propostas em diversas reportagens (‘regulamentação da mídia’), mas sobre a [*regulamentação da*] *atividade da mídia*, que mais adiante no texto aparecerá de forma similar no plural (*regulação das atividades da mídia*); estas são, assim, marcas de um posicionamento enunciativo, devido ao modo como o enunciador midiático as caracteriza diferentemente do que, em geral, realizam os proponentes.

Um recurso similar se repete em outra reportagem publicada no mesmo dia (*O Globo*, 03/09/2011b), duas vezes, uma pela pena do enunciador midiático e posteriormente em reprodução oral de fala de *Gilberto Carvalho* (PT): - *Todos os países democráticos têm regulamentação (da atividade) de imprensa*. Nesta última, uma vez que se trata de uma reprodução em discurso direto, não é claro se estas palavras (em negritas) foram de fato realizadas pelo ministro, ou se o jornal se lhe as imputou: no entanto, as aspas criam evidências de que isso foi dito pelo sujeito político, ainda que no *corpus* observado este não tenha sido um dizer utilizado pelos proponentes. Outro procedimento de distanciamento enunciativo se dá por aspas, em “*mídia séria*”, na reprodução da fala d’o *secretário-geral da Presidência*, além de “*conspiração midiática*”, dois termos enunciados pelos proponentes que se realizam por uma formação discursiva oposta àquela advogada nesta reportagem, da qual a distância é marcada.

Ainda outra reportagem d’*O Globo* (08/05/2012) realiza um gesto similar, desta vez ao reproduzir uma fala realizada em um evento que tratava a liberdade de expressão, proferida

pel’O jornalista Carlos Alberto Sardenberg, ao ser parafraseada e introduzida (*Ele também criticou a tentativa de controle social dos meios de comunicação.*), que corrobora o teor das falas anteriores. Isso também se dá por outra adjetivação que ocorre para o *controle [social]*, que lhe é semelhante, mas não completamente similar: *Lamento que tenha surgido, de novo, a ideia de controle de qualidade da imprensa [...]*.

b) Há, ainda, diversos textos (em maioria reportagens) que tratam um *controle*, mas amiúde excluindo sentidos da ordem do *social* ou modificando-o, sendo a grande maioria pela pena dos enunciadores midiáticos. Na *FSP: Cúpula do PT defende controle da mídia* (02/09/2011, título); *novos controles sociais da mídia* (25/11/2010a); “[...] patrulhamento de jornalistas” (20/08/2010, reprodução de fala de José Serra); ainda, em um artigo de opinião de autoria de Rubens Bueno: *o controle da informação* (09/09/2011, título). Na revista *Veja*, uma reportagem se destaca, com diversas ocorrências, como: *Berzoini assume e já cita projeto de censura da imprensa* (02/01/2015, título); *projeto de controle da mídia* (02/01/2015, subtítulo); *[Ricardo Berzoini] assume a cadeira [...], [Paulo Bernardo] [...] não encampava a proposta de censura aos meios de comunicação* (02/01/2015); ainda, em outra reportagem, *conselhos sociais [para monitorar as ações da mídia]* (03/09/2011b). No jornal *O Globo: Franklin Martins, que chegou a apresentar uma proposta de controle da mídia [...]* (06/06/2014); *a proposta celerada [...]: o controle da imprensa* – (03/01/2015, reprodução de nota d’o líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira).

### 2.2.2. Distância enunciativa

Os textos já analisados mostram que as falas primeiras sobre a regulação da mídia são, em geral, retomadas para que sejam rebatidas; o modo como se as apresentam ao leitor, conforme nos mostrou Revuz (1998; 2004), faz parte de um gesto discursivo de retomada que pode se mostrar marcado sob diversas formas. Uma vez que, em geral, a mídia conservadora cria desacordo com tais propostas, estas releituras, por exemplo, do que é, de fato, o “controle social da mídia”, são colocadas ao leitor, muitas vezes, como referências objetivas, apresentando-se como uma a verdade incontestável frente a seus olhos, por diferentes recursos linguístico-discursivos. Os mais comuns, presentes em sua maioria em reportagens, são as aspas e modalizações do sentido primeiro. Também, houve diversas interpretações que enfatizaram a recorrência destas ações por parte dos proponentes; isso se deu por meio de

glosas e comentários, amiúde mais agressivos em artigos de opinião.

a) Conforme as análises anteriores mostraram, um dos recursos mais utilizados para tal fim nos textos da mídia conservadora é o uso de aspas, frequentemente não apenas para realizar novamente os dizeres de outrem, mas também como um modo de colocar em suspenso o significado que se lhe atribuiu em primeiro lugar. Há, assim, não apenas uma luta pela sua significação, mas também um retrato de relações de poder e resistência a partir de enunciados divididos, cujas condições de emergência mudaram drasticamente considerando a sua duração. Este foi um dos recursos presentes nas reportagens da *FSP*, que também se mostrou extremamente produtivo no jornal *O Globo* e na revista *Veja*, com nuances de sentido sensíveis entre o teor geral das reportagens, editoriais e artigos de opinião.

Ainda na primeira reportagem d'*O Globo* que trata o 4º Congresso Nacional do PT (03/09/2011a), realizado em setembro de 2011, no segundo parágrafo se realizam aspas para distanciamento enunciativo ao apresentar falas de ministros do governo: *compromisso "intransigente" do PT e do governo*. Este mesmo recurso acontece mais adiante no texto, quando o enunciador midiático trata dizeres da resolução aprovada no encontro do PT: *"democratização dos meios de comunicação" e "o jornalismo marrom"*.

Aliada a outras interpretações ao longo do texto realizadas pelo enunciador midiático, estas marcas de heterogeneidade mostrada colocam em suspenso a veracidade dos sentidos propostos, por empregos nominais: i) a adjetivação de um sujeito político marcado, quando se parafraseia uma fala de *Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência)*: [...] *não se deve confundir esse debate com as moções em defesa do ex-ministro e deputado cassado José Dirceu*. ; ii) a abertura do oitavo parágrafo (*A despeito das duras críticas feitas à mídia...*), que introduz uma citação direta como contraditória (*...um trecho da proposta assegura que [...] "é questão de princípio repudiar [...] qualquer tentativa de censura ou restrição à liberdade de imprensa"*).

Este recurso também esteve presente em reportagens da *Veja*. Na reportagem *PT aprova texto-base que pede controle da imprensa (Veja, 03/09/2011a)*, o parágrafo de abertura parafraseia a resolução do 4o. Congresso Nacional do PT (*[pede] controle da imprensa e [pede] controle sobre os meios de comunicação*) com usos de 'controle' que não foram realizados pelos proponentes, sobretudo a partir de 2011, quando se optou por outros usos em

vez de expressões como ‘controle social da mídia’.

**b)** Diversos outros textos, nos três veículos analisados, e em todos os gêneros textuais coletados, amiúde se valem também de modalizações de sentido para apresentar a posição dos proponentes. As principais diferenças entre as reportagens e os textos de opinião publicados na mídia conservadora dizem respeito à agressividade com a qual se tratam certos sujeitos políticos. Frequentemente, ainda, este recurso é realizado para apresentar os enunciados reitores que pautaram as propostas, criando também balizamentos de sentido, destoando-se, assim, do seu ‘sentido original’, inculcando certo posicionamento contrário à regulação nos textos – desta vez, não por paráfrases como no item 2.2.1., mas pelo distanciamento via aspas e/ou modalização:

Na segunda reportagem da *Veja* que trata o encontro do PT realizado em setembro de 2011, por exemplo, intitulada *PT deve aprovar amanhã proposta de regulação da mídia* (03/09/2011b), no segundo parágrafo se realiza uma modalização de sentidos (*a defesa da chamada “democratização”*), além das aspas, ambos recursos para marcar distância enunciativa às propostas. Em outra reportagem da *Veja* neste período intitulada *Em documento, PT pretende pressionar o governo a aprovar marco regulatório para a imprensa* (04/09/2011), no segundo parágrafo uma modalização mostra o distanciamento entre a formação discursiva a qual se filia o enunciador midiático e aquela defendida no *Congresso Nacional do PT: referências ao que o partido chama de...*, além do uso de aspas que seguem: ...“*democratização dos meios de comunicação*”. Finalmente, no terceiro parágrafo, ao reproduzir parte da *resolução* aprovada no *Congresso (emenda sugerida pelo próprio Falcão)*, se a caracteriza como uma *estratégia de controle à imprensa*.

Este mesmo recurso para desqualificar as propostas aconteceu de maneira similar em diversos textos, em especial reportagens, incluindo a *FSP* (06/09/2011: *o chamado marco regulatório da mídia [...] o que chama de “jornalismo partidário”*, em reprodução e paráfrase de fala de Jarbas Vasconcelos, respectivamente; 10/11/2010b: *“por meio do chamado controle social”*, em discurso direto que apresenta uma fala), o jornal *O Globo* (03/09/2011b: *o PT critica o que chama de ações [...] para “esvaziar a política” e “demonizar os partidos”*; 17/04/2014: *dos chamados [blogueiros] “progressistas”*; 29/05/2014: *A chamada “democratização” dos meios de comunicação*) e a revista *Veja* (27/09/2010: *[contra o que o*

*partido] chama de “mídia” [...] [contra o que] chamou de “golpismo midiático”;* 03/09/2011a: *A resolução deixa claro o rancor que alimenta a ofensiva petista contra o que chama de “mídia”* ; 03/09/2011b: *explicita a defesa da chamada “democratização” dos meios de comunicação* ; 04/09/2011: *ao que o partido chama de “democratização dos meios de comunicação”*; 25/11/2011a: *o que chamou de “oligarquias eletrônicas”, em paráfrase de fala de José Dirceu*; 25/05/2012: *[ataque] à chamada “grande imprensa”*; 28/05/2014: *o fim do que o PT classifica como [“monopólio dos meios de comunicação”]*.

c) Ao reproduzir as falas primeiras, há também, na mídia conservadora, insistência em marcar que certos posicionamentos por parte dos proponentes são recorrentes, algumas vezes por apostos que os avaliam, ou por verbos *dicendi* que também funcionam no mesmo sentido. Na reportagem *Dilma se afasta do projeto petista de censura à imprensa* (*Veja*, 06/09/2011), a fala reproduzida de Paulo Bernardo, além do verbo no título (*Dilma se afasta*), mostra diferentes posições entre *partido* e *governo*: aquela do partido, assim, é mostrada como equivalente à *censura à imprensa* (associação presente já no título). Neste sentido, um trecho que reproduz uma fala de Dilma Rousseff (*o único controle de mídia que ela leva em consideração é o controle remoto [...] “Não conheço outro tipo” [...]*) constrói uma posição do enunciador midiático acerca do que disse a presidente (*repete sempre que alguém fala no assunto*): trata-se de um enunciado com verbo *dicendi* avaliativo intensificado (...*repete sempre que...*), constituindo-se como um comentário negativo final.

Em seguida, outro recurso similar – a ênfase na constância – ocorre na fala de *Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)* reproduzida pela *Veja*, primeiramente, marca-se na paráfrase do enunciador midiático, pelo emprego verbal, a reincidência destes intuitos (*a iniciativa [...] de ressuscitar o marco regulatório...*) – fala que também foi reproduzida na *FSP* no mesmo dia (06/09/2011), mostrando, assim, consonância de posições entre reportagens da *Veja* e a *FSP*, dois diferentes jornais; na sua fala em discurso direto há a modalização para tratar o *marco regulatório da mídia* (*[“É o] nome pomposo...*) cujo objetivo (interpretado pela preposição final ...*para...*) e real significado (pela adjetivação ...*um verdadeiro...*) seriam ...***tribunal da inquisição da comunicação...***, tornando evidente uma memória autoritária (pelo nome em negritas), seguida, ainda, de um verbo volitivo que torna também irrefutável o que é apresentado como desejo dos *petistas* (...*que os petistas querem implantar.*”).

Em outra reportagem sobre falas deste sujeito intitulada *Vasconcelos critica proposta sobre regulação da mídia* (*Veja*, 05/09/2011), repetem-se a fala de Jarbas Vasconcelos ([“É o] nome pomposo [...]”), com a presença dos mesmos recursos realizados na reportagem anterior (*Veja*, 06/09/2011) e em uma reportagem da *FSP* (06/09/2011), mas esta volta traz novos sentidos: são reproduzidas outras falas d’*O senador*, com consonâncias de posição entre *Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)* e o enunciador midiático (recurso também presente na reportagem da *FSP*); no entanto, a leitura da *Veja* sobre o dito interpreta como protagonista a responsabilidade social deste mesmo veículo midiático com o que foi dito, pela interpretação absoluta (...fazia...) de seu referencial (...referência a uma reportagem da revista Veja...):

O senador disse “toda vez que algum malfeito petista aparece nas páginas dos jornais e das revistas”, a cúpula do PT se apressa em defender a regulamentação da mídia. O senador fazia referência a uma reportagem da revista *Veja* que mostra ex-ministro da Casa Civil José Dirceu recebendo atuais ministros e parlamentares em um quarto de hotel em Brasília. (*Veja*, 05/09/2011 – *Vasconcelos critica proposta sobre regulação da mídia*)

A consonância de posições entre o enunciador midiático e a fala d’*O senador*, no entanto, mostra-nos, além de uma recorrência (em duas reportagens da *Veja*, 05/09/2011 e 06/09/2011, somada a uma reportagem da *FSP*, em 06/09/2011), uma volta certamente curiosa, pois há entre os textos duas grandes diferenças: i) a reportagem da *FSP* não interpreta a fala do sujeito político como associada à *reportagem da revista Veja*, para criar sentidos perversos sobre a atuação de José Dirceu e, logo, sobre o desejo d’*a cúpula do PT de defender a regulamentação da mídia*; ii) a reprodução desta fala na *FSP* e na *Veja* é distinta, pois as aspas, que marcam heterogeneidade enunciativa, incluem diferentes dizeres; na *Veja*, a frase *a cúpula do PT se apressa em defender a regulamentação da mídia* é atribuída ao próprio enunciador midiático, ao passo que na *FSP* ela é atribuída ao sujeito político em questão:

"Toda vez que algum malfeito petista aparece nas páginas dos jornais e das revistas, a cúpula do PT se apressa em ressuscitar o chamado marco regulatório da mídia." (*Jarbas Vasconcelos (PMDB- PE)*, 06/09/2011, *FSP – Senadores criticam texto do PT para regular mídia*, sublinhadas nossas)

Há, assim, nas diferentes reproduções, divergências sobre o que separa efetivamente as falas do enunciador político e aquela do enunciador midiático, criando equivalências de sentido entre o que disse *O senador* e a posição construída pela própria revista, que, em sequência, faz uma autorreferência enunciativa à sua responsabilidade social como desveladora de escândalos encabeçados pelo PT.

De fato, parece haver tão grande entrelaçamento de posições entre estas duas esferas



que uma ou mais das seguintes hipóteses são possíveis: i) o enunciador midiático *Veja* assumiu a fala do sujeito político como sua; ii) o enunciador midiático *Veja* realizou um ‘equivoco’ de redação (ou um lapso?), mas, ainda assim, a consonância de posições poderia ser tamanha que tal ‘problema’ não foi sanado pelo crivo editorial anterior à publicação; iii) na verdade, foi apenas o enunciador midiático *FSP* quem realizou um equivoco na redação e, neste caso, esta repetição *ipsis litteris* ficaria a cargo da consonância de posições entre a *FSP* e a *Veja*.

c) Outras reportagens, desta vez no jornal *O Globo* (06/06/2014; 19/08/2010), se realizam por formações discursivas similares, mas conservando, ainda, usos mais brandos destes recursos, se comparados aos textos da revista *Veja*. Na primeira delas, intitulada *Regulação da mídia divide setores do PT e do governo* (06/06/2014), no sexto parágrafo, ao interpretar uma *preocupação de Dilma*, o uso do futuro do pretérito confere um valor hipotético para apresentar a posição favorável da presidente (além da modalização em negritas): *[a preocupação] [...] seria com **supostas** limitações a investimentos no setor que **estariam sendo impostas** pelo modelo atual*. A mídia regional também é alvo de uma modalização ao ser apresentada a posição da presidente sobre seu funcionamento: ***considerada** muito concentrada nas mãos de poucos grupos*.

Ainda à época das eleições presidenciais de 2010, a reportagem *Presidente da ANJ critica tentativas de controle social da mídia* (*O Globo*, 19/08/2010) apresenta uma enunciatória que não está de acordo com as propostas de regulação; neste sentido, há consonância de posições entre o enunciador midiático e este sujeito ao reproduzir a fala d’A presidente da [...] (ANJ), Judith Brito em discurso indireto: o enunciador midiático não utiliza o recorrente recurso de aspas como marca de distanciamento ao gesto designativo *controle social da mídia* na chamada, mas as falas recortadas contêm adjetivações que caracterizam a FD defendida (*[Judith] considerou “retrógradas e preocupantes”*); a contestação destas necessidades, aqui, se baseia nas falas trazidas, que, ao fim, defendem um modelo distinto: *Judith lembrou da necessidade de construção de modelo auto-sustentável na era da internet*.

d) Os artigos de opinião na revista *Veja* revelam maior agressividade quando se

realizam por recursos similares. No texto intitulado *Se quisesse ‘democratizar a mídia’, o PT teria de começar o serviço pelo Maranhão* (Veja, 10/09/2011), de Augusto Nunes, o título marca diferenças em relação às reportagens, por um uso também irônico. Há, inicialmente, um nome derrisório para o 4º. Congresso Nacional do PT: *quermesse dos companheiros sem remorso*. Antes de reproduzir em discurso direto um trecho da resolução do partido neste Congresso, esta fala é classificada de forma negativa: uma *sopa de letras*. Após a reprodução, realiza-se uma leitura que descredita o que foi dito: criam-se equivalências de sentido, em pares, denotadas pelo uso da predicação (verbo de ligação *é*), relacionadas, ainda, ao livro *1984* de George Orwell, associação que sublinha o absurdo do raciocínio mostrado; ainda, a distância enunciativa, ironia e derrisão são apresentadas pelas aspas quando se trazem os dizeres ‘similares’ da resolução do PT: *censura* e “*democratização*”; *submissão ao governo* e “*marco regulatório*”; *controle estatal* e “*liberdade de expressão*”; *pensamento único* e “*luta democrática*”.

Em outro artigo de opinião, desta vez de autoria de Reinaldo Azevedo na *Veja* (02/03/2013) no primeiro parágrafo, ainda mais agressivo que o texto anterior, há uma modalização que cria equivalências de sentido entre o gesto designativo anterior e o “*controle da mídia*”, ambos realizados por aspas: *que vem a ser outro nome do “controle da mídia”*..., além de outra modalização (... , *mera perífrase*...) que interpreta a finalidade (...*para se referir*...), igualando-o ao enunciado *censura*. Os recursos da modalização de sentido e aspas se repetem ao longo do texto, em especial quando há reprodução da *proposta do tal fórum*, seguido de comentários do enunciador midiático, como em *O tal fórum dá uma pista de como seria esse “mecanismo de controle”*. A reprodução feita, ainda, é realizada em vermelho, ao passo que os comentários do autor são feitos em azul, criando evidências sobre uma ‘dicotomia’ entre esquerda (*PT, o tal fórum*) e direita, que, respectivamente, ‘mascaram’ sentidos e revelam os seus verdadeiros intuítos.

Também em outro texto opinativo de Reinaldo Azevedo intitulado *Os pterodáctilos que querem controlar a “mídia” voltam a sobrevoar o Congresso. Pergunto: controlar o quê? Ela já não está suficientemente controlada?* (Veja, 22/08/2013), há duas marcas de ironia quando se apresentam e interpretam as intenções das instituições que apoiam a regulação: a primeira delas são as aspas e modalização: *um tal “Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)”*; a modalização reacontece para apresentar o gesto designativo

tratado ([...] *em defesa da tal regulamentação da mídia*). Estes enunciados e recursos se realizam no primeiro parágrafo do texto, além do destaque conferido no subtítulo. O mesmo acontece com outro dizer oriundo dos proponentes: ***Querem porque querem uma tal “Lei da Mídia Democrática”***. O uso repetido dos verbos volitivos em negritas, ainda, interpreta quais seriam os sentidos verdadeiros por detrás destes dizeres, emprego verbal que se repete no título da reportagem (*Os pterodáctilos que querem controlar a “mídia”...*).

e) Ainda que uma agressividade no uso de glosas enunciativas para distanciamento esteja presente em menor medida no jornal *O Globo*, dois textos são emblemáticos; um texto opinativo e um editorial. Na coluna *O povo não é bobo* (15/01/2015), de Carlos Alberto Sardenberg, no subtítulo, há uma interpretação do desejo d’*Os que estão no governo*, pelo uso de um verbo volitivo intensificado (***querem mesmo é censura prévia***); o elemento que dá força ao verbo, em negritas, ressalta que se trata de uma interpretação dos ‘verdadeiros’ teores deste desejo. Há, posteriormente, equivalências de sentido entre *censura prévia* e um dos gestos designativos já pouco usado pelos proponentes, por um jogo polifônico que aponta para sujeitos alhures ao texto: *querem [...] censura prévia ou, como se diz por aí, controle social da mídia* (subtítulo e corpo).

Na repetição no corpo do texto, o jogo polifônico se realiza na oração que introduz o dizer com, inclusive, certo escárnio, quando a oposição à censura (*Não é censura, dizem, apenas encontrar meios para melhorar a qualidade da imprensa.*) é caracterizada, posteriormente, como *Conversa*. Um jogo de sentidos bastante parecido acontecerá ainda uma terceira vez, representando-se ironicamente um ‘ato falho’ (em negritas) que iguala os sentidos de *censura prévia* e *controle social*: [...] *quem decide o que é notícia? Os patrões, os donos dos jornais, rádios, TVs e sites — diz o pessoal que quer introduzir a censura prévia, perdão, o controle social.*

O editorial *O que significa ‘democratização da mídia’* (*O Globo*, 07/09/2013), por sua vez, referencia-se a um artigo [...] do embaixador venezuelano no Brasil, Maximillien Arvelaiz contrário às opiniões publicadas na série citada. A defesa feita no texto (d’*a ação chavista voltada a uma “comunicação pública e descentralizada”*...) é colocada no mesmo campo de sentido (...*na linha da...*) das propostas de regulação da mídia no Brasil, que aparece em aspas (...*“democratização do acesso aos meios de comunicação”*.) e também

modalizada (*À parte este palavrório,...*), antes de o seu ‘verdadeiro’ sentido ser retomado (... *as reportagens mostraram um cerco constante [...] ao jornalismo profissional*, gesto também intensificado, pelo advérbio em negritas).

### 2.3. A produção da agressividade: enunciadores marcados

Certos textos da mídia, em especial os artigos de opinião e reportagens da *Veja*, são mais agressivos em relação a certos sujeitos políticos, se comparados aos textos realizados n’*O Globo* e na *FSP*, bem como ao que se circulou nos veículos progressistas. Além dos recursos de agressividade já observados, é notável a recorrência de seu direcionamento a determinados sujeitos políticos; também, a associação de dizeres dos proponentes a outros sujeitos apresentados como também autoritários, atualizando uma memória sobre a censura.

#### 2.3.1. Adjetivações negativas para os proponentes, ataques *ad hominem*

a) No que concerne as reportagens, apesar de estar mais presente na *Veja*, também se emprega agressividade na caracterização de um sujeito na reportagem do jornal *O Globo* (03/01/2015): em uma das falas reproduzidas (*em nota, o líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (SP), criticou a decisão de Berzoini...*), sua racionalidade é colocada em questão, pela adjetivação negativa que se lhe conferiu: *o ‘aloprado’ Berzoini*. Ainda, outra marca para descreditar os proponentes é o fato de que a fala não remete à ‘regulação da mídia’ na interpretação *do discurso de posse, mas ao controle da imprensa*, adjetivado, ainda, como uma *tentativa criminosa*.

b) Na revista *Veja*, ataques e agressividade a sujeitos são constantes nas reportagens. No texto intitulado *A imprensa ideal dos petistas* (27/09/2010), a oração *...significa que acaba de adentrar no temível pântano da censura...*, sob a pena da *Veja*, interpreta o real significado por detrás de uma ação (*...tenta enxovalhar a imprensa...*) e uma declaração, por emprego verbal parafrásico agressivo (*...ameaça “derrotá-la”...*), ambas de autoria de Lula, criando equivalências de sentido entre estes dizeres e a *censura*. Há, finalmente, aproximações de sentido (pelo verbo *ombreia-se*), ainda, com a atuação de *tiranetes do porte de Hugo Chávez*, interpretando o objetivo, por uma oração final (*para não ver suas próprias contradições expostas; [...] para esconder*), em sequência, de ímpetos perversos nas ações

(*solapou jornais, emissoras de rádio e chegou a fechar o principal canal de TV da Venezuela*) do *presidente venezuelano* (sujeito já adjetivado de forma irônica, *tiranete[s]*, ‘um pequeno tirano’).

Há, também, no término da reportagem intitulada *Dilma se afasta do projeto petista de censura à imprensa* (Veja, 06/09/2011a), a reprodução literal de um texto do *blog de Reinaldo Azevedo*, um dos colunistas do veículo então mais abertamente críticos ao PT e suas políticas; as medidas aqui relatadas são criticadas por uma nominalização sarcástica (*A maçaroca de críticas que lá vai...*) sob a qual incide um efeito de evidência (...já é de todos conhecida). Neste trecho, também há forte escárnio para tratar Franklin Martins: em apostrofo, o seu cargo é apresentado como *ex ministro da Supressão a Verdade*: as maiúsculas dão estatuto a essa ‘instituição’ fictícia e colocam-na como equivalente à original (em domínios associados ‘Secretaria de Comunicação Social’), além de aspas para distanciamento enunciativo realizada em três momentos: “*mobilização da sociedade*”, *um novo “marco regulatório”* e *em nome da “democratização”*.

c) Nos artigos de opinião da *Veja*, em especial de autoria de Augusto Nunes, segue-se uma tônica similar, ainda mais agressiva. Na coluna *Stalin com farofa* (26/11/2010), de Augusto Nunes), é reproduzida uma fala de Franklin Martins *durante o seminário promovido pela TV Cultura*: “*Vamos nos desarmar. Nenhum setor tem o poder de interditar a discussão. Está na agenda. Será feita, ou num clima de entendimento ou de enfrentamento. Ela vai acontecer de qualquer jeito*”. Há, posteriormente, uma modalização para falar da regulação (*[a censura a imprensa,] que rebatizou de “regulação da mídia”*, criando equivalências de sentido entre a proposta e *[Franklin Martins...][...vai morrer sonhando com] a censura à imprensa*. Esta coluna, se comparada a reportagens, apresenta bastante escárnio: primeiramente, pela comparação de *Franklin Martins* a *Stalin* (no título), realizada no corpo do texto; também, pelo modo lúdico como introduz este sujeito em um contexto brasileiro, pela adjetivação *[stalinistas] farofeiros* (no corpo do texto) e a caracterização *[Stalin] com farofa* (no título). Isso remete a algo tipicamente brasileiro, trazendo a figura histórica, lida como autoritária, a um contexto local.

Também o artigo de opinião de sua autoria *Franklin Martins leva o troféu e chora ao ganhar uma foto autografada de Fidel Castro* (Veja, 21/12/2010) foge a muitas necessidades

referenciais reais, conferindo o prêmio *Homem sem Visão* para certos políticos, que é uma espécie de título jocoso conferido pela *Veja* a sujeitos cujas ações são condenadas pela revista. Durante todo o texto, a veracidade dos fatos não é verificável, colocando-se no campo lúdico, ainda que os recursos apresentem as falas como fidedignas.

Neste sentido, não é clara a veracidade da citação que abre o texto, ainda que ela apareça em aspas como marca de heterogeneidade mostrada, sob um verbo *dicendi* (*gritou*) e tendo como agente *Franklin Martins*. O nome d’o título recebido, *Homem sem Visão do Ano*, também é uma marca de escárnio com referente incerto. Há, ainda, outra citação também jocosa: retomam-se dizeres atribuídos a [*Ernesto ‘Che’*] *Guevara: Hasta la victoria siempre!*, mas de modo que esta memória é ressuscitada a partir também de derrisão, pelos dizeres que a introduzem (“*Guevara tenía razón: hay que endurecer sin perder la ternura ni hacer tonterías en Bolivia*<sup>19</sup>.”) Novamente, o uso das aspas é feito, não indicando se se trata ou não de uma citação verdadeira – realiza-se, assim, uma mescla de dizeres atribuídos a estes sujeitos de forma já bem estabilizada com o escárnio gerado pelo autor.

No segundo parágrafo de outro artigo de opinião de sua autoria, intitulado *Os comandantes da ofensiva contra a liberdade de imprensa ignoram que nem todos os jornalistas estão à venda* (*Veja*, 27/06/2011), ao reproduzir uma fala de Lula (“*Nunca me preocupei com crítica, mas que elas sejam verdadeiras*”) no *Encontro Nacional de Blogueiros Progressistas*, o verbo *dicendi* utilizado é *mentiu*, interpretando-a como falaciosa; outro verbo *dicendi* utilizado quando se reproduz as falas de Lula é *inverteu* [*as coisas*], ainda adjetivando este sujeito como *o falsário patológico* e a sua fala como uma *versão pilantra*. Realiza-se, ainda, um descrédito em relação ao financiamento ‘perverso’ daqueles que ouvem as falas do ex-presidente (*[mentiu] para a plateia de blogueiros estatizados [...] com verbas, empregos e favores [...]*). *Dirceu*, também, é alvo de um mecanismo similar (*guerrilheiro de festim*), além de outros sujeitos políticos aliados ao PT (*Erenice Guerra, Antonio Palocci, Aloizio Mercadante e seus alopados*). A agressividade, ainda, é demonstrada via verbos *dicendi*: “*Nunca me preocupei com crítica, mas que elas sejam verdadeiras*”, *mentiu* *Lula para a plateia de blogueiros*

Também em um texto opinativo de Reinaldo Azevedo (*Veja*, 02/03/2013) a consideração final dos argumentos (*O governo permite, assim.*) cria equivalências de sentido

<sup>19</sup>“Guevara tinha razão: deve-se endurecer sem perder a ternura e nem fazer besteiras na Bolívia.” (tradução nossa)

entre a investida petista contra a liberdade de expressão e [seja lavada por **uma suposta**] emenda de iniciativa popular, por meio também de uma modalização (em negritas). Ao fim, predicções negativas comentam a reprodução, em discurso direto, da resolução do PT: *asqueroso! [...] É mentira!*. Há referência, ainda, a uma ‘falsificação’ (*seja lavada*) desta investida, recurso que também ocorreu em outro artigo de opinião seu (*Veja*, 02/07/2014), com finalidades tornadas evidentes: i) no título (*Coordenação da campanha de Dilma manda “lavar” seu programa de governo para esconder as reais intenções do PT [...]*); ii) em seu corpo (*resolveu enviar [...] à lavanderia para ver se ele fica com uma aparência melhorzinha*).

### 2.3.2. O tratamento das propostas

a) As adjetivações e caracterizações agressivas que também compreenderam as propostas estiveram presente em grande medida na revista *Veja*. Em uma reportagem (27/09/2010), para evidenciar que há ‘incongruência’ nas propostas de regulação, criam-se efeitos de incoerência ao reportar, por oposição (em negritas), que **em contrapartida à investida do governo** organizaram-se também em manifestação *representantes históricos da esquerda*; em especial, destaca-se a relação de um destes sujeitos com o PT: *o jurista Hélio Bicudo, um dos fundadores do PT, [...]*. Este protagonismo conferido no encaixe em aposto gera sentidos pré-construídos sobre uma relação entre este sujeito político e o partido, juntamente à *leitura de um manifesto em defesa da democracia lido*, também realizada por *Hélio Bicudo*.

Assim, a relação de *Hélio Bicudo* com o PT é um dos elementos apresentados como estáveis para descreditar a posição do PT e do governo, porque há incongruências com o que professa um sujeito apresentado como *um dos fundadores do PT*, e mesmo em relação à própria esquerda. Este mesmo recurso e seus efeitos de sentido se realizaram *ipsis litteris* na *FSP*, em dois textos sobre o assunto, relacionados, respectivamente, ao Mensalão e a *Lula*: i) *Hélio Bicudo, que foi um dos fundadores do PT e deixou o partido em 2005, após o escândalo do mensalão*. (*FSP*, 23/09/2010); ii) *Em entrevista à Folha, Bicudo, que foi um dos fundadores do PT, mas deixou a legenda em 2005, diz que Lula ataca, mas gosta de se portar como “vítima”*. (*FSP*, 29/09/2010, negritas do original).

Em outra reportagem (*Veja*, 03/09/2011b), quando se relata a presença de *José Dirceu* no 4º. Congresso Nacional do PT, é ressaltada a constância da discussão no partido por uma

adjetivação (*A polêmica [...] não é nova no PT, [...]*); esta volta representada é, ainda, caracterizada como perversa por duas leituras adverbiais imputadas, por meio das relações com este político descreditado: a primeira cria sentidos temporais para caracterizar a necessidade presente de o partido rediscutir a regulação da mídia (*[...] é retomada no momento em que [...] José Dirceu recebe a solidariedade do partido...*), seguida de outra, temporalmente anterior àquela, em que este mesmo veículo que enuncia aparece como agente em denúncias que respeitam este sujeito político (em negritas): *...depois de reportagem da revista Veja. Na semana passada, a revista mostrou Dirceu como chefe de uma conspiração [...]*).

No fechamento do texto, reprodução de uma fala d'a *ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti*, é, em suma, tomada com certo escárnio, pelo confronto entre a concepção de *liberdade de imprensa* presente em sua fala com aquela construída na reportagem: isso se dá, primeiramente, pelo teor autoritário destacado no enunciado reproduzida em discurso direto (*[...] afirmou ainda que a liberdade de imprensa tem de ser mantida “a qualquer preço”*), ao que se opõe uma palavra avaliativa final (última oração do penúltimo parágrafo) realizada pelo enunciador midiático (*Ela não vê contradição entre esta premissa e a regulamentação.*). Esta fala é também tratada de maneira similar em outras duas reportagens, quais sejam, na *FSP* (04/09/2011) e *O Globo* (03/09/2011b), com menos agressividade.

Na reportagem *PT vai retomar pressão por censura à imprensa no Brasil* (*Veja*, 16/10/2012), o título resgata uma interpretação já conferida às propostas de regulação da mídia (*pressão por censura à imprensa*) na revista *Veja* (04/09/2011), pelo uso verbal (*PT vai retomar [pressão]...*), que interpreta e torna evidente os contornos perversos (*censura*) dos ímpetos do *PT*; no subtítulo, ainda, outro evento (em sublinhadas) é associado aos pedidos de regulação, pela oração que introduz o ‘aviso’ da *sigla*, associando também denúncias de corrupção como origem da necessidade de emergência destes pedidos: *Ante repercussão das condenações de petistas de proa no STF, sigla avisa: [...] retomará 'debate' [...]*; em aspas simples, ainda, o dizer *'debate'* [*sobre controle dos meios de comunicação*] é fonte de discordância com o que é dito.

As aspas também funcionam como recurso de distanciamento enunciativo em outra reprodução de uma fala do *PT*: *[...] a ofensiva lulopetista lançada para desmontar a “farsa*



*do mensalão*”; esta fala, na sequência, é comentada por um aposto, opondo-se imediatamente à adjetivação “*farsa [...]*” realizada nas palavras do PT: – *maior escândalo de corrupção da história política do Brasil* –; outra marca de distanciamento é feita por uma modalização do que dizem os proponentes (*regulação do setor de comunicação no país*), aqui realizada pelo verbo  *mascarar*, objetivado por *uma intenção bastante clara*; evidenciam-se, assim, sentidos sobre a vontade de *controlar [o que é veiculado]*, recursos extremamente similares, em grande parte *ipsis litteris*, àqueles já realizados em duas reportagens da *Veja* (25/11/2011b; 28/05/2014).

A interpretação de que a proposta [*que*] *traz na raiz o embrião autoritário da censura* também é recorrente: está presente em outras três reportagens da *Veja* (25/11/2011b, 28/05/2014, 02/01/2015), palavra a palavra, mostrando a repetição literal de recursos em reportagens diferentes. Também para descreditar as propostas, outro recurso torna evidentes ímpetos perversos por detrás delas: em aposto, no terceiro parágrafo, há um encaixe via oração relativa subjetiva que predica os autores em relação ao *controle social da mídia*, mesmo que este dizer já esteja então em desuso nas falas do PT e do governo, além do uso verbal em negritas que salienta a recorrência destes pedidos tomados como nefastos: *Os artistas, que insistem no tema do controle social da mídia, [...]*. O mesmo recurso que sublinha a recorrência se dá em outro momento, sob diferente estilo, em locução adverbial, com efeito de pré-construído: *Não é de hoje que o partido se esforça para censurar a imprensa [...]*.

**b)** Os artigos de opinião na *Veja* seguem uma tônica similar às reportagens para desqualificar também as propostas, com mais sinais de agressividade. No quarto parágrafo de um artigo de Augusto Nunes (21/12/2010), por exemplo, vale-se inclusive de sentidos lúdicos: via enumeração, ao introduzir supostas falas de Franklin Martins, criam-se equivalências de sentido entre *regulamentação da mídia*, *controle social da mídia* e *enquadramento da mídia de modo geral*. Há, ainda, outra citação que cria equivalências de sentido, cuja autenticidade não é possível de ser verificada (“*Os modelos da China e da Venezuela são os mais condizentes com a realidade brasileira*”, *declarou [Franklin Martins]*. *A plateia [...] foi ao delírio*). Neste encontro que contou com a entrega de prêmios sinistros, ocorre, finalmente, um bônus devido a uma *tese*, tomada como absurda: equivalências de sentido, por predicação

(...é...) entre *a censura à imprensa...* e ...*a melhor maneira de garantir a liberdade de expressão*. Após realizar comentários que criam sentidos contra Franklin Martins, ainda, o restante do texto dedica-se a fazê-lo com outros sujeitos políticos; nota-se, assim, um tom jocoso que se estende a outros sujeitos relacionados com o governo e o PT.

Em outro texto opinativo de Augusto Nunes (*Veja*, 27/06/2011), ainda no primeiro parágrafo, o “*controle social da mídia*”, que aparece entre aspas como marca de distanciamento enunciativo entre o enunciador midiático e os enunciadores políticos favoráveis às propostas, é igualado *a censura*, por meio da modalização [*a censura*] *rebatizada pelo PT*. Para caracterizar os *Blogueiros Progressistas*, usa-se como agente o termo *bando* [*que age na internet a serviço do governo*], familiar a ‘bandidagem’, com teores negativos sobre a atuação do grupo. Ao fim do texto, há múltiplas adjetivações para a atuação destes sujeitos, caracterizando um ‘novo’ Brasil que emergiu com a ascensão de Lula (*[No Brasil dos] blogs governistas...*), em que há o desejo de ‘afinidades’ entre a mídia e o governo (...*não existem safadezas, roubalheiras, corrupção, ladroagem, quadrilhas federais, nada disso*), além de referência com ironia ao mensalão (*E o escândalo do mensalão, claro, foi uma invenção da elite golpista.*). Outro artigo seu (*Veja*, 02/03/2013) mostrou recursos similares: quando se retrata o apoio do governo às mídias progressistas, há agressividade: Dilma (...*a presidente...*), um agente, não se opôs (...*manteve...*) a um funcionamento midiático tomado como perverso, via duas adjetivações (...*o pornográfico esquema de financiamento estatal da imprensa suja*).

Em outro artigo de opinião de mesma autoria (*Veja*, 10/09/2011), descredita-se as propostas não apenas pelo retrato feito sobre os sujeitos políticos aliados ao PT, mas também por tornar inválida uma regulação da mídia que não teria como um de seus alvos outros sujeitos políticos aliados ao PT. Neste sentido, o fechamento do texto retrata a maneira como Lula vê os Sarney, também interpretada como contraditória, e sujeita a interesses eleitorais: *Lula pode enxergar em José e Roseana Sarney tanto uma dupla de vigaristas impunes quanto dois patriotas admiráveis. Depende das conveniências eleitorais.*

Igualmente, o artigo de opinião *Glossário atualizado da novilíngua lulista* (*Veja*, 14/02/2012), também de Augusto Nunes, introduz elementos de um gênero lexicográfico para descreditar a necessidade de regulação da mídia, fazendo referência autoral ao *comentarista Marcelo Fairbanks*. Há uma definição das propostas de regulação da mídia em estilo de

dicionário, por ordem alfabética e com diversos ‘verbetes’: trata-se, de fato, de outra modalidade enunciativa que cria equivalências de sentido entre a proposta (aqui *controle social da mídia*) e *censura*. Há referência, ainda, a outro ‘verbeta’: *democratização da mídia*; no item que a define, a equivalência de sentidos entre a ‘regulação’ se dá com a *erradicação da imprensa independente*, seguida de *entrega do controle dos meios de comunicação a jornalistas companheiros, estatizados ou arrendado*, novamente criando evidências sobre tons perversos presentes nas políticas de regulação encabeçadas pelo PT e seu governo, por uma agressividade aliada ao gênero textual que se emula.

Em um texto opinativo de Reinaldo Azevedo, menos agressivo que os de Augusto Nunes, após criar equivalências de sentido entre as propostas de regulação (“*democratização da mídia*”) e a *censura*, tornando tal associação evidente ao leitor, apresentam-se, por uma interpretação do enunciador midiático em discurso indireto, efeitos de incongruência nas posições do PT ao relatar construir sentidos sobre a recepção d’o *programa de governo* por outros sujeitos políticos ([ele] *tem de contar com a aprovação dos demais partidos*), em especial a posição adversa do *PMDB*, partido que então fazia parte da base aliada ao governo: *e o PMDB, por exemplo, fez um congresso em que se definiu como diretriz o repúdio a qualquer forma de censura*.

Estas formações discursivas estão também presentes em um editorial do jornal *O Globo* (07/09/2013), porém sob outras modalidades. Após criar equivalências de sentido com teores perversos e desacreditar enunciadores midiáticos favoráveis a essas medidas ao longo de cinco parágrafos, abre-se o sexto parágrafo opondo-se ao valor lógico destas propostas: a “*democratização da mídia*”... aparece sob recurso de distanciamento por aspas, similar às realizações anteriores. Agora, no entanto, aparece um recurso mais derrisório, ainda que, certamente, seu grau não seja tão acentuado como nos artigos de opinião da *Veja*: não se contesta a racionalidade dos sujeitos políticos diretamente, mas sim os fundamentos da proposta por um recurso *ad absurdum*: ...*não tem qualquer sustentação na realidade*.

#### **2.4. A contestação da necessidade de regulação: efeitos co-textuais**

Ainda que tenha estado presente também em reportagens da *FSP* (27/09/2010), uma contestação das propostas de regulação da mídia que se pauta em recursos co-textuais está presente em grande escala em reportagens do jornal *O Globo*, além de artigos de opinião e um

editorial. De certa maneira, trata-se de um recurso que faz destes textos mais brandos, sobretudo se comparados aos artigos de opinião, como aqueles da *Veja*, de Reinaldo Azevedo e de Augusto Nunes. Também, se comparado aos textos opinativos presentes no jornal *FSP*, que mostram maior agressividade em dois momentos: i) um texto de Rubens Bueno (09/09/2011); ii) um artigo de Hélio Schwartzman (10/03/2013), na frase que fecha o texto, com modalização de sentido: *A estratégia dos dirigentes passa a fazer mais sentido se interpretarmos "democratizar" como um eufemismo para "controlar"*.

#### 2.4.1. ‘Não há necessidade de regulação da mídia – ela já existe’

a) Efeitos de contestação das falas primeiras realizados sobretudo pela estrutura textual, aliados, ainda, a certas marcas de posicionamentos pela referência, ou seja, por formas de heterogeneidade discursiva, amiúde estão presentes nos textos do jornal *O Globo*, em especial nas reportagens. Na reportagem *Oposição crítica proposta de Berzoini para regulação da mídia* (*O Globo*, 03/01/2015), no primeiro parágrafo há uma interpretação do enunciador midiático sobre a fala do *Líder do PSB na Câmara e candidato da oposição à Presidência da Câmara, Júlio Delgado (MG)* que cria oposição de sentidos entre a *regulação econômica da mídia e imprensa [...] livre*. Há, para finalizar o texto, um mecanismo contextual de descrédito da necessidade da regulação da mídia: o título da última seção (**REGRAS EM VIGOR JÁ REGULAM ATIVIDADE**, negritas do original), em que o advérbio em sublinhadas ressalta a existência anterior de uma regulação, introduz cinco parágrafos que discorrerão sobre legislações, estatutos e órgãos que estão em vigor, encabeçando cada um dos parágrafos: *A Constituição, O Código Brasileiro de Telecomunicações, O artigo 220 da Constituição, O Conselho Administrativo de Defesa Econômica e O Marco Civil da Internet*. Esta reportagem, assim, advoga contra a necessidade de uma regulação da mídia, pois, como se faz evidente, ela já existe.

Em outra reportagem no mesmo veículo (*O Globo*, 17/04/2014), o enunciador midiático exaustivamente descreve um levantamento feito sobre os blogueiros progressistas. Para descreditar os sujeitos em questão, são citadas fontes de financiamentos após apresentar certos sujeitos, tomadas como perversas pelo uso de dinheiro público para financiar eventos que falariam sobre ‘censura’: *prefeitura de Guarulhos, administrada por Sebastião Almeida (PT); (administrada por Fernando Haddad, do PT); [página], que conta com um banner do governo federal; [Seu blog]...tem um banner da prefeitura de Guarulhos; ...Sul21 como Carta*

*Maior, do qual é editor, têm banners com propaganda do governo do Rio Grande do Sul. O último também conta com um banner da prefeitura de São Paulo; patrocinado por Petrobras, Fundação Banco do Brasil, Itaipu Binacional e governo do Distrito Federal).*

Também na reportagem *PT e PMDB divergem sobre proposta de regulação da mídia* (*O Globo*, 29/05/2014), em dois momentos, a cisão de posições em torno da regulação aparece destacada por verbos na abertura do texto: primeiramente, pelo emprego verbal no título da reportagem (*PT e PMDB divergem...*); posteriormente, na frase de abertura: *A proposta... divide aliados da presidente Dilma Rousseff*). O segundo parágrafo, neste sentido, detalha a posição contrária do PMDB à regulação, com uma paráfrase de fala do então vice-presidente da República, Michel Temer, [que deve ser novamente indicado para compor a chapa], que cria disparidades de sentido entre *a liberdade de imprensa* – predicada como [é] *uma tradição do PMDB*.

O dizer *regulação da mídia*, referido no título, retorna, sob uma modalização (negritas) e distanciamento por aspas, ambos recursos que criam evidências, novamente, sobre a discordância do enunciador midiático com as propostas: *A chamada “democratização” dos meios de comunicação*. Estas posições conflitantes, além das marcas contrárias pelo enunciador midiático, se realizam, sobretudo, nos primeiros três parágrafos; o restante do texto (seis parágrafos), no entanto, possui menos marcas incisivas de contestação, com poucas marcas de posicionamentos por parte do enunciador midiático, apresentando falas de Dilma Rousseff em eventos com jornalistas

Na reportagem *Seminário promovido pelo governo discute regulação de conteúdo de mídia* (*O Globo*, 08/11/2010), a interpretação do enunciador midiático assume como verdadeira uma possibilidade que em muitas reportagens os proponentes (em especial, Dilma Rousseff) negam: *uma agência reguladora* e, no título, o ‘controle de conteúdo’. Nas falas de Franklin Martins reproduzidas em discurso direto nos três primeiros parágrafos, há uma concepção de uma ‘regulação’ por vias econômicas (*princípios gerais de equilíbrio: em defesa da produção da cultura nacional, regional e da produção independente*) e *privacidade* (‘direito de resposta’ etc.); a contestação do enunciador midiático é imediata, ao reproduzir três falas, em destaque, que são contrárias a tais propostas. A primeira delas predica o caso brasileiro em discurso direto em comparação a outros modelos (– [...] *Estamos bem melhor que a Venezuela e a Argentina*) e modaliza significados sobre o *controle proposto* em discurso

indireto (*Segundo ele, não está claro o que significaria o controle proposto pelo governo*). A segunda fala reproduzida, também, pelo emprego lexical, traz contradições em *avaliar o conteúdo que uma empresa produz*, advogando o direito ao livre mercado da informação; finalmente, traz-se a defesa de outro modelo de ‘regulação’, pela predicação que avalia positivamente (*- O mais adequado é a autorregulamentação*).

Posteriormente, ao reproduzir uma fala de *Franklin*, classifica-se um de seus dizeres como *um ato falho [ao falar em "primeiro mandato de Dilma"]*: a possibilidade de um ‘segundo’ *mandato de Dilma*, anteriormente construída e evidente na construção enunciativa realizada por *Franklin*, é tomada – e ‘denunciada’ – como uma vontade inconsciente de *Franklin*. Neste sentido, outros mecanismos de contestação co-textual também apresentam como perversas as vontades do PT/governo: novamente, retrata-se a posição do governo, que predica negativamente *a atual legislação (está ultrapassada)*; ela é, por sua vez, contestada pela posição de organizações de jornais, que intensificam a anterior existência de ‘regulações’ (*A Abert pondera que várias propostas em tramitação no Congresso já propõem a regulamentação [...]*)

Um recurso de intensificação da anterior existência de regulações acontece também na reportagem *Legislação atual já regula comunicação no Brasil (O Globo, 20/11/2010)*, como é possível ver no título (*já regula*). No primeiro parágrafo, há uma oração em encaixe sintático em aposto (*Em outros sete estados brasileiros tramitam projetos de lei semelhantes, que sinalizam a censura do conteúdo produzido por jornais, [...]*), que a partir da marca de interpretação do enunciador midiático (em negritas) torna evidente a associação entre a proposta (*a criação de um conselho de comunicação social*) e uma *censura*.

Posteriormente, associam-se *as iniciativas locais (estados)* a um *plano do governo federal [de criar um marco regulatório]*, o que remete o leitor às propostas e cria, novamente, equivalências de sentido entre a censura e este novo outro ímpeto, pelo uso verbal (*coincidem com o plano do governo*). O fechamento do parágrafo que abre a reportagem mostra, inicialmente, um cunho mais propriamente ‘neutro’, apresentando duas posições diferentes: a de *Franklin Martins [sustenta que as leis sobre o assunto são insuficientes]* e *d’as entidades contrárias à criação de uma agência reguladora [ênfatisam que já existe uma ampla rede de normas em vigor]*, havendo, também, marcas de distanciamento enunciativo (*[...] um conselho de comunicação social para "orientar e fiscalizar" os órgãos de imprensa*).

O segundo parágrafo tem, por sua vez, mais marcas de posicionamentos do enunciador midiático, criando uma contestação no nível co-textual: destaca-se apenas uma das opiniões, aquela advogada em maior parte da reportagem. O parágrafo dedica-se a enumerar *regras*, legislações e instituições que *já* sujeitam a Comunicação Social no Brasil (da mesma maneira como este mesmo advérbio intensificador acontece no título da reportagem), bem como o terceiro parágrafo. Neste sentido, no fechamento do segundo parágrafo, destaca-se em negrito a paráfrase de uma fala, ainda a realizar-se no texto, contrária à regulação, proferida pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), sujeito apresentado como *ex-ministro das Comunicações do governo Lula* (a relação com Lula salienta efeitos de incoerência por parte dos proponentes), que classifica o intuito perverso já rebatido: "**Censura sofisticada**". O restante do texto segue a mesma tônica, contestando a necessidade da regulação após apresentar posições favoráveis.

Na reportagem *É impossível o governo não participar do debate sobre marco regulatório da mídia, dizem ministros* (*O Globo*, 03/09/2011a), em um nível co-textual, em um primeiro momento, a paráfrase do enunciador midiático da fala d' *O líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP)* predica a proposta defendida pelo PT como [é] mais branda [do que outra], com poucas marcas de avaliação negativa ou contestação de sua necessidade. Em sequência, no entanto, em duas ocasiões, o enunciador midiático caracteriza negativamente o teor das falas realizadas em relação à mídia no evento do PT, tornando evidente um teor perverso nas propostas ao associá-las, primeiramente, ao descontentamento do partido com a imprensa ('criticam a mídia, querem calá-la'), evocando sentidos do âmbito religioso que caracterizam ações no encontro (*Sacramentadas na aprovação do texto-base [...] ontem [...]...*). A necessidade de regulação da mídia, assim, é colocada no mesmo campo de sentidos de *críticas à imprensa (...as críticas à imprensa e a proposta de aprovar uma regulação das atividades da mídia...)*, interpretando-se negativamente, assim, as futuras ações do partido (...devem ser reforçadas).

Em outra reportagem no mesmo dia (*O Globo*, 03/09/2011b), outros dizeres aparecem em aspas, também com uma modalização de sentido (em negritas) que cria discordância com o que é dito: [...] *o PT critica o que chama de ações de setores da mídia para "esvaziar a política" e "demonizar os partidos"*. Após apresentar as posições favoráveis à regulação, o enunciador midiático dedica um parágrafo a prever (pelo emprego verbal em [...] *o PT deve*

*aprovar neste domingo [...] uma resolução política com uma grande defesa do legado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva* e avaliar (*O texto de 27 páginas e 116 artigos faz duros ataques à mídia.*) os dizeres proferidos no *Encontro*. Nesta senda, sentidos sobre a *censura* são também estabilizados, pela sequência de ações (*Há duas semanas, o PT tinha decidido...*) que interpreta os intuitos iniciais do partido (...*não impor censura à mídia...*), que, finalmente, encerra conferindo maior importância à última delas, pela estrutura argumentativa adversativa: ...*mas recuou*. ('ou seja, haverá censura').

O antepenúltimo parágrafo de outra reportagem no jornal *O Globo* (06/06/2014) apresenta *A proposta de governo para um segundo mandato de Dilma*, com destaque para a questão econômica levantada nas falas da candidata, sem marcas explícitas de posicionamento por parte do enunciador midiático; o penúltimo parágrafo, no entanto, opor-se-á, iniciando por um conector adversativo (*Mas, enquanto a posição de Dilma é de um controle apenas financeiro...*), ao que foi dito: trata-se de outra influência tomada como 'prejudicial', com a *regulação* adjetivada, em negritas, não apenas pela 'branda' possibilidade econômica (o ministro Ricardo Berzoini [...], que já manifestou publicamente sua posição por uma *regulação mais ampla*). Para finalizar o texto, criam-se disparidades de sentido com o funcionamento da *regulação da mídia* proposta pelo PT e governo e aquela já existente no *sistema britânico*.

Na reportagem *Dilma defende regulação da mídia em página no Facebook administrada pelo PT* (*O Globo*, 18/01/2016), no primeiro parágrafo, aspas criam distanciamento enunciativo entre o enunciador midiático e aquilo que é dito. Este recurso acontece na modalização realizada na fala original, quando se faz uma reprodução em discurso indireto do que foi dito no vídeo em que se defendeu a *regulação da mídia* (*O vídeo [...] mostra gráficos que pedem às pessoas que "não confundam" regulação econômica da mídia e controle de conteúdo*). A disparidade de sentidos na fala original entre *regulação econômica da mídia* e *controle de conteúdo* é, logo, contestada; um recurso similar acontece, também por aspas, para fazer um recorte da fala da presidente Dilma Rousseff que será reproduzida: "*assimetrias*", que, ao realizar uma paráfrase do que foi dito ("[...] *A concentração de poder econômico [...] leva a relações assimétricas*"), cria diferenças e distância enunciativa entre o dizer original e aquele realizado por aspas, recurso realizado pelo enunciador midiático.



Ainda que posicionamentos construídos pelo enunciador midiático sejam visíveis, conforme a análise acima, a reportagem, em grande parte, mostra poucas marcas de posicionamentos contrário por parte do enunciador midiático; no entanto, o último parágrafo, que dá fechamento ao texto, opõe-se à necessidade de regulação: a oração que abre o parágrafo, em contraste com todas as falas que pedem medidas de regulação, é assertiva ao colocar uma posição do enunciador midiático discordante com a dos sujeitos políticos: *O setor de comunicação segue um conjunto de normas de regulação*. Três argumentos neste sentido seguem enumerados: i) *Há um capítulo na Constituição [...]*; ii) *O setor de rádio e TV paga conta com uma legislação específica*. Há, assim, um teor objetivo ao longo do texto, mas que cede lugar a uma contestação co-textual da necessidade de regulação da mídia.

**b)** Apesar de ter sua utilização em maior grau nas reportagens do jornal *O Globo*, recursos similares estão também presentes em um editorial neste mesmo veículo (07/09/2013). Os últimos parágrafos do texto se dedicam a debater a como a *pluralidade* já existe; um exemplo é o teor absoluto do presente do indicativo em [...] *não há falta de pluralidade*, fato que é tomado como a causa (...*pois...*) do ‘absurdo’ que são as propostas. Descrevem-se, assim, estatísticas sobre *concessões de televisão e rádios*., bem como mídias impressas (*No jornalismo impresso, a diversidade se repete: 4,8 mil jornais e 1,8 mil revistas. Somam-se a este amplo universo, sites, blogs, portais, redes, [...]*). O conector que abre o penúltimo parágrafo (*Sequer falta regulação*.), neste sentido, argumenta e mostra outras *várias normas* às quais os veículos estão subordinados. Por conseguinte, o parágrafo final faz uma conclusão absoluta, com teor científico (*Resta provado que...*), que descredita o “*controle social da mídia*” em favor das regras de *mercados competitivos como o brasileiro*.

**c)** Uma tônica parecida também esteve presente em menor escala na revista *Veja*, amiúde com mais agressividade. Na reportagem *Berzoini assume e já cita projeto de censura da imprensa* (*Veja*, 02/01/2015), a interpretação do enunciador midiático, já no título, vai de encontro ao que é pensado pelos proponentes, uma vez que um dos traços fundamentais das propostas é a negação da *censura*: *Berzoini assume e **já** cita projeto de censura da imprensa*, cujo teor imediato é intensificado, ainda, pelo advérbio em negritas; essa ‘urgência’ do enunciador político retratada ao propor o *projeto* é também salientada outra vez ao longo do

texto, no enunciado que abre o corpo da reportagem, por uma locução adverbial: *Nos primeiros minutos depois de assumir o Ministério das Comunicações...*). A regulação da mídia aparece também no subtítulo, sob outra designação já ‘abandonada’ pelos defensores do projeto: *projeto de controle da mídia*. Aparecem, assim, três sintagmas em que *projeto...* é caracterizado negativamente: i) *...de censura da imprensa*; ii) *...de controle da mídia*; iii) *...petista de censura da imprensa*.

Ainda no primeiro parágrafo, uma modalização de sentido também descredita a proposta, tomando o partido como agente: [...] *projeto de censura da imprensa, agora batizado pelo PT de regulação econômica da mídia*. Posteriormente, este enunciado aparecerá entre aspas, outra marca de distanciamento à necessidade da proposta (“*regulação econômica*”). Já no quarto parágrafo, um aposto comenta a inclusão d’*a regulação de conteúdo*, após paráfrase da fala do ministro (*inicialmente não há a intenção de incluir [a regulação de conteúdo] na proposta...*), tornando evidentes os teores do que [...- **como**] *pretende o PT*, pela conjunção conformativa (em negritas).

Há outra avaliação das tentativas de regulação da mídia, que por um verbo *dicendi* interpreta como negativas a ação do sujeito político (pela ‘obliquidade’, em [*Berzoini*][*não conseguiu esconder o*]...) e a medida (pela adjetivação que associa, em ...*DNA bolivariano da proposta*). O enunciador midiático, interpretando o funcionamento *da proposta*, cria, assim, um descrédito deste sujeito.

No parágrafo que fecha o texto, uma interpretação da “[...] *sociedade* [...]” com a qual dialogariam os proponentes para *abrir um “processo de discussão”* é também tomada como perigosa, na interpretação da fala de Berzoini pelo enunciador midiático (*Pelas palavras de Berzoini, ...*), pela relação ‘de camaradagem’ com o partido: os agentes (*grupos de sindicalistas e movimentos sociais*) **são** [...] **aliados do PT**. Novamente, como aconteceu em outras reportagens (*Veja*, 06/09/2011; 25/11/2011c), a concepção de *sociedade* que pauta pedidos como o ‘controle social da mídia’ é alvo de descrédito, conferindo contornos perversos às propostas de regulação da mídia.

#### **2.4.2. Efeitos de pluralidade: espaço para autoria de textos de outrem**

a) Nos artigos de opinião, um recurso presente em pequena escala na *FSP* e que acontece em grau similar na revista *Veja* é quando se dá voz a outros enunciadores, contrários à regulação da mídia, em artigos de opinião. Na *FSP*, é importante um texto de autoria de

Rosane Bertotti (12/06/2013), apresentada como *secretária nacional de comunicação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*, em que se defende a regulação da mídia. Este texto é emblemático pois é contestado alguns dias depois em outro artigo de opinião de Daniel Pimentel Slaviero (*FSP*, 27/06/2013), *administrador de empresas*, [é] *presidente da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão)*, que qualifica o primeiro texto como *um repisar de falsas premissas*. Há, ainda, outro artigo de opinião do coletivo Intervozes na *FSP* (30/10/2010b) que defende a regulação da mídia, publicado em uma seção que conta com textos opinativos favoráveis e contrários.

Na revista *Veja*, por sua vez, um recurso similar ocorre, mas apenas para a defesa de uma posição contrária à necessidade de regulação midiática, com recursos bastante similares àqueles que estiveram em seu corpo: no artigo de opinião '*Censura e controle da mídia*', de *William Corrêa* (19/08/2014), três aspectos são imediatamente notáveis: i) quem fala: trata-se de *William Corrêa*, jornalista então também apresentador do *Jornal da Cultura*, um sujeito popular ao telespectador brasileiro interessado em política; ii) a modalidade de circulação textual, que difere dos outros artigos de opinião presentes na revista *Veja*: trata-se de um texto originalmente veiculado na *FSP* e aqui reproduzido, o que mostra consonância de posições entre este jornal e a revista; iii) finalmente, o modo pelo qual este texto é mostrado: apresenta-se quem redige este artigo de opinião em seu próprio título – afinal, trata-se de um sujeito que não Augusto Nunes ou Reinaldo Azevedo a enunciar na *Veja*.

No segundo e terceiro parágrafos, há aspas indicando distanciamento enunciativo, juntamente à modalização (em negritas), para reproduzir as propostas políticas de regulação: *o tal “controle da mídia”...*; ainda, este gesto é retomado, em função de sujeito, e seu potencial funcionamento aparece sob uma locução verbal hipotética (...*que deveria funcionar como garantia contra eventuais excessos...*). A possibilidade d' *o “controle” sobre o conteúdo produzido pelos meios de comunicação* é também interpretada sob uma modalização, que cria equivalências de sentido com a *censura*: *Isso, em bom português, tem o nome de censura*.

Este texto é, sem dúvida, uma exceção nos artigos de opinião veiculados na *Veja*, o que não significa, no entanto, que lhes seja completamente diferente. Há semelhanças com os textos de Augusto Nunes e Reinaldo Azevedo: a posição contrária a controles autoritários, bem como os mecanismos de distanciamento enunciativo. Existem, no entanto, diferenças:

não se descreditam sujeitos políticos com agressividade, escárnio ou humor, como acontece na revista *Veja*.

## **2.5. Para efeitos de fechamento do *corpus*: a necessidade da busca de outros objetos**

Ainda que resultados práticos – por exemplo: políticas públicas e projetos de lei – a respeito da regulação da mídia proposta pelos governos presidenciais de 2010 a 2016 tenham sido pouco expressivos, a sua possibilidade de emergência gerou significativos efeitos na circulação midiática. O ímpeto da mídia conservadora em rebater a necessidade de regulação da mídia aliado ao seu grande poder de circulação nos coloca diante da necessidade de investigar como outros meios manifestem suas vozes, possibilitando outras leituras sobre o acontecimento para o sujeito inscrito nesta conjuntura.

Ainda, a leitura realizada nas mídias tradicionais mostra-nos importantes dados sobre a mídia conservadora brasileira: a presença majoritária da associação à censura, com raras aberturas para leituras distintas sobre o tema, revela não apenas efeitos da falha ao combater uma hegemonia mercadológica na circulação midiática, mas também o poder destes veículos para manter os moldes capitalistas do livre mercado da informação e para que, logo, não se abalem seus poderes como instâncias de construção de sentidos em massa em nossa sociedade.

Analisando as leituras presentes na grande mídia, assim, é notável um constrangimento das interpretações possíveis. Conforme as análises deste capítulo demonstraram, são raros os momentos em que há espaço para posições favoráveis à regulação da mídia; mesmo quando essas são trazidas, a sua leitura é permeada por recursos que as contrapõem e descreditam. Para compreender uma história de curta duração sobre o tema, assim, cabe investigar, no seguinte capítulo, como a mídia progressista veiculou sentidos.

### **CAPÍTULO 3: (Im)possibilidades do debate aberto e a construção de uma concepção de regulação da mídia nos veículos progressistas**

A mídia conservadora, ainda que detenha grande parte do poder de circulação, não foi a única superfície de emergência em que a regulação da mídia foi tratada. Seus poderes hegemônicos, reforçados pelo convencimento, podem ser contestados por discursos de dissenso; estamos diante de campos em que formações discursivas outras possibilitariam discordância com o que foi a norma, ainda que estas vozes possam ter suas emergências mitigadas diante da formação do que é majoritário.

Esta discordância, muitas vezes, revela a incompreensão entre falantes que vivem em um mesmo lugar e espaço. Neste sentido, para descrever as condições de emergência do tema da regulação da mídia no Brasil, é importante investigar não apenas o modo como as mídias conservadoras trataram a questão, mas também veículos outros, em especial a mídia progressista. Motivados pela busca de alternativas de leitura ao tratamento da regulação da mídia em meios conservadores brasileiros, aventamos, inicialmente, a hipótese de que estas circulações outras apresentaram potenciais resistências ao discurso hegemônico da mídia tradicional brasileira. Nestas mídias, assim, tratar-se-ia o assunto de forma aberta: estaríamos mais proximamente a um debate de ideias que uma repetição de certa interpretação, em contraste com uma leitura unívoca presente na mídia conservadora. Verificamos, no entanto, que diversos recursos utilizados na mídia conservadora para defender uma posição também estão presentes na mídia progressista, bem como sua recorrência, ainda que haja sensíveis diferenças.

Estas possibilidades de enunciar na mídia progressista adquiriram estatuto sobretudo durante o fim do segundo mandato de Lula e nos mandatos de Dilma Rousseff, mas, ainda assim, sob modalidades de enunciação muitas vezes pautadas em um mesmo terreno comum com a mídia conservadora: não houve, assim, uma completa esquiva aos sentidos circulados nos grandes meios, pois os próprios sentidos que se construíram no interior da mídia progressista foram, em sua maioria, oriundos de diálogos com formação discursiva que interpretou as propostas como censura.

Criando certo rompimento com a hegemonia, durante os governos de Lula (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2015), além da possibilidade de emergência da discussão da

regulação, antes marginal (ainda que ela tenha sido rara se comparada a pautas políticas que estiveram mais presentes nos discursos presidenciais e mesmo nos debates eleitorais que decidiram quem seriam os governantes), algumas políticas públicas protagonizaram a construção de uma concepção de regulação da mídia, também por esforços oficiais.

Houve, assim, a tentativa de estabelecimento de uma concepção de regulação da mídia no Brasil durante os governos do PT e de sua grande representatividade na esfera legislativa (ainda que este último tenha sido atenuado com os resultados da eleição de 2014, se comparado a 2010), pautado também em sentidos econômicos, criando mudanças aos contornos destas propostas. Ainda, estes governos realizaram apoio financeiro a blogues e mídias mais inclinadas ao progressismo, combativas aos moldes do livre mercado capitalista, o que possibilitou, por sua vez, a escrita de uma história de curta duração sobre o que poderia ter sido uma regulação da mídia.

Mesmo com a raridade das falas destes mesmos presidentes sobre a regulação da mídia, uma ‘regulação’ via apoio econômico a grupos que detinham até então menor espaço na mídia foi uma política pública palpável, que cedeu espaço a veículos antes ‘ofuscados’ pela mídia conservadora. No entanto, após as eleições presidenciais de 2014, período em que o PT se consolidou como o partido de maior representação política no Brasil (2002-2014), a segunda vitória de Dilma Rousseff marcou uma perda de espaço no âmbito legislativo. O PT foi capaz de manter dezoito deputados a menos se comparado ao plantel anterior, e o PMDB, então principal partido de sua base aliada, também perdeu representatividade, contando com cinco membros a menos.

Em 2015, ainda, a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff marca um importante momento político no Brasil: a mídia conservadora, com grande poder de oposição às políticas presidenciais e cuja circulação opôs-se a certas políticas do governo (sendo a construção de um discurso contrário à regulação da mídia um dos melhores exemplos), protagonizou a retirada da presidente do poder. Durante os meses que antecederam a instauração do processo *impeachment* e a assunção do poder por parte de Michel Temer, fomentou-se a insatisfação popular com as decisões tomadas pela presidente. O PMDB, partido aliado ao PT nas eleições presidenciais, por sua vez, rompeu a aliança de base, fazendo com que a perda de espaço do PT na Câmara e no Senado se materializasse, ainda, no resultado da votação para aceitação da denúncia de *impeachment*.

Este acontecimento marca um importante momento para a discussão da regulação da mídia: a possibilidade de emergência de sua discussão, ainda que mais escassa que o necessário para combater o poder da mídia conservadora para construir discursos hegemônicos durante os governos do PT, foi paulatinamente atenuada, não encontrando respaldo na atuação dos novos governos (2015 em diante). Neste capítulo, assim, investigamos como a mídia progressista criou sentidos sobre a possibilidade de uma regulação da mídia, descrevendo os recursos linguístico-discursivos utilizados para realizá-lo.

### **3.1. Interpretações da regulação da mídia nos veículos progressistas: o discurso hegemônico como referencial**

Nas mídias progressistas analisadas, são mais frequentes textos opinativos que reportagens se comparados às mídias conservadoras. Ainda que os principais gêneros tenham circulado em todos os veículos do *corpus*, é notável a predominância de reportagens nos jornais *FSP* e *O Globo* e na revista *Veja*. No portal eletrônico *Carta Capital* e na revista *Carta Maior*, textos opinativos estiveram presentes em maior escala, ainda que a reportagem seja, também, o principal gênero pelo qual se tratou o tema da regulação da mídia.

As reportagens, em geral, constroem seu sentido negando a validade dos sentidos da formação discursiva contrária à regulação, amiúde para, finalmente, debater uma concepção tomada como válida. Os artigos de opinião nos dois veículos, por sua vez, também realizam tal leitura, mas frequentemente sob modalidades ligeiramente mais agressivas que aquelas presentes nas reportagens; ainda assim, conforme veremos, estes são artigos menos violentos do que os publicados na revista *Veja*, mais brandos se comparados aos de Augusto Nunes e Reinaldo Azevedo.

No que respeita textos opinativos, na *Carta Capital*, há diversos artigos de autoria de membros do coletivo Intervozes, amiúde com referências a outras publicações do grupo. Há, também, grande inscrição em uma formação discursiva que cria associações à censura para estabelecer os sentidos da necessidade de controle proposta, em especial contestações contextuais e referências a movimentos sociais que reforçam sua necessidade. Há, neste sentido, certa agressividade; na *Carta Maior*, por sua vez, destacam-se os textos de Venício Lima. Como também foi a norma na mídia conservadora, os textos opinativos são aqueles que demonstram maior agressividade; veremos, no entanto, que os efeitos são em geral também

mais amenos que aqueles recorrentes nos artigos da mídia conservadora.

Podemos apontar, também, similaridades entre a mídia progressista e a mídia conservadora: em geral, para contestar a posição adversária, ambos os grupos utilizaram-se de construções de evidência, bem como efeitos realizados por marcas de heterogeneidade enunciativa para o mesmo fim. Analisamos, a seguir, uma reportagem emblemática, pois reúne grande parte dos recursos que compreende a tônica presente na mídia progressista. Posteriormente, verificaremos regularidades em outros textos na mídia progressista, apontando aspectos da natureza dos recursos utilizados, bem como ao seu grau de utilização.

### 3.1.1. A inscrição no discurso adversário: um exemplo emblemático

Um dos textos emblemáticos para compreender a circulação midiática progressista é a reportagem *Globo usa 'A Lei do Amor' para desinformar sobre regulação da mídia* (*Carta Capital*, 21/10/2016), publicada na revista *Carta Capital* sob a pena do coletivo Intervezes, em que vemos a construção de posições por meio duas instâncias. A primeira é aquela veiculada pela *Globo* na novela (também reproduzida em vídeo), que associa este enunciado à censura de um jornalista investigativo em um episódio da novela *A Lei do Amor*, valendo-se da grande audiência que, historicamente, tais ficções têm no Brasil. A segunda refere-se à posição criada na autoria do texto, que se opõe ao que foi dito.

Para construir sua posição na autoria do texto, a *Carta Capital* apresenta no subtítulo, pelo uso do presente do indicativo (*Novela das 21h faz associação mentirosa entre "regulamentação da mídia" e silenciamento dos jornalistas*) uma constância deste tipo de interpretação nesta grande mídia, situando o acontecimento como um dado irrefutável aos olhos do leitor. É importante notar que um enunciado verbal bastante similar, mas não totalmente semelhante, é reproduzido em sequência quando se apresenta um texto sincrético que também encabeça a reportagem: *A novela A Lei do Amor fez uma associação enganosa entre uma ameaça à liberdade de um jornalista com a "regulamentação da mídia"*.

Estamos diante, assim, do acontecimento da volta do que foi dito no subtítulo: em vez do presente do indicativo (*faz*), temos agora o mesmo verbo sob a forma do pretérito perfeito (*fez*), denunciando o mesmo fato, mas como um acontecimento pontual no passado. Temos, assim, a construção de dois sintagmas nominais (compostos por um mesmo nome e dois diferentes adjetivos que o qualificam) para interpretar aquilo que foi dito na novela como um acontecimento pontual e também constante: *associação mentirosa* e *associação enganosa*. A



sequência enunciativa verbal presente no texto sincrético, ainda, acontece novamente no decorrer do texto; a interpretação da *associação* realizada na novela, também, reaparece sob outras duas adjetivações negativas: *associação mentirosa* e *associação irresponsável*.

Além disso, estes enunciados, ainda que aparentemente similares, realizam diferentes leituras para opor-se à *associação* realizada na novela em uma instância geral e outra particular, quando se refere aos profissionais da informação. Primeiramente, no subtítulo, se associa o que foi dito na novela (a “*regulamentação da mídia*”) com o *silenciamento de jornalistas* no plural, ao passo que o texto sincrético relaciona este dizer à *ameaça à liberdade de um jornalista*. Ainda que ambas as associações construam significados a partir de uma formação discursiva comum, opondo *regulamentação da mídia* à censura, o enunciado do subtítulo parte de um contexto amplo (“*todos os jornalistas do Brasil*”), enquanto o texto sincrético refere-se a um contexto particular (a personagem jornalista da novela).

Há a presença de sentidos pré-construídos, ou seja, sentidos que foram anteriormente concebidos e que funcionam a partir de efeitos de evidência no texto. Este fenômeno é notável em dois dos procedimentos empregados pelo enunciador midiático na *Carta Capital* para a defesa de uma posição: i) o uso de locuções verbais que atestam a constância da ocorrência dos acontecimentos denunciados (*A televisão segue exercendo um papel central na difusão de ideias na sociedade brasileira [...] e [...] o Grupo Globo continua usando sua rede [...] para defender seus interesses [...]*); ii) mecanismos de adição que qualificam nomes: [...] ***mais um capítulo da história de desinformação do Grupo Globo [...]*** e [...] *sendo este ***mais um ataque*** entre muitos que a empresa já cometeu em todas as ocasiões que a proposta de regulamentação ganhou visibilidade.*

A crítica ao modo como o *Grupo Globo* incute posições socialmente, ainda, não se restringe à *ficção voltada ao entretenimento*: o texto da *Carta Capital* se vale da crítica realizada à concepção de *regulamentação da mídia* veiculada na novela para ampliá-la ao *jornalismo diário* do grupo midiático:

Enquanto o tema é tratado de forma enviesada na novela – ficção voltada ao entretenimento – a emissora faz total silêncio sobre ele em seu jornalismo diário. As poucas vezes em que a regulação da mídia foi tratada nos programas jornalísticos acabou sendo associada à “censura”, quase sempre numa crítica inoportuna aos processos de regulação realizados em países vizinhos. (*Globo usa ‘A Lei do Amor’ para desinformar sobre regulação da mídia – Carta Capital*, 21/10/2016)

Para intensificar o desacordo com a posição veiculada na novela, há neste excerto um

contraste entre o uso da voz ativa e passiva. Vale-se da voz passiva para classificar como o tema sofre interdições e distorções ([...] *o tema é tratado de forma enviesada na novela [...]; [...] as poucas vezes em que a regulação da mídia foi tratada [...] acabou sendo associada à “*censura*” [...]), ao passo em que a emissora, novamente, é apresentada como agente ([...] *a emissora faz total silêncio sobre ele em seu jornalismo diário [...]*). Imputa-se, assim, ímpeto e responsabilidade à *Globo* por associações à “*censura*”, de modo que as aspas mostram o distanciamento enunciativo em relação a esta leitura realizada na televisão.*

A última seção do texto, finalmente, debate e defende uma concepção de regulação da mídia, diferente daquela veiculada na novela. O modo como o texto constrói sentidos, assim, toma sua conclusão: apresenta-se a concepção veiculada pela *Globo* como absurda; ela é caracterizada como tal não apenas na ficção, mas esta leitura também se estende ao seu *jornalismo diário*; finalmente, a solução para o inconcebível é apresentada: uma detalhada concepção de regulação da mídia, distinta daquela veiculada pela *Globo*.

Este texto do coletivo *Intervozes* é emblemático pois se trata de um dos muitos exemplos de uma regularidade presente em reportagens e artigos de opinião que circulam na *Carta Capital* e na mídia progressista: parte-se de uma inscrição na posição adversária, que trata a regulação da mídia como censura, amiúde com referências marcadas, para, finalmente, realizar a defesa de posições diversas. Neste caso, trata-se de algo advindo da circulação televisiva, evento corriqueiro no cotidiano brasileiro, em que se interpreta o silenciamento de um jornalista como equivalente a um *controle social da mídia* (inclusive de maneira irônica: *Então aprovaram o controle social da mídia e não estou sabendo?*), mas que revela uma constante quando se trataram falas de outras mídias e sujeitos políticos na mídia progressista.

### **3.1.2. Regularidades enunciativas na mídia progressista**

a) Há, assim, diversas associações entre as falas realizadas na mídia conservadora e aquelas presentes na mídia progressista, incluindo a circulação televisiva. Neste sentido, uma reportagem presente em outra mídia progressista também comenta os dizeres realizados na novela *A lei do amor*. Na reportagem intitulada *Janelas Fechadas para Regulação da Mídia* (*Carta Maior*, 13/11/2016), há outras referências marcadas a falas realizadas na mídia conservadora: no primeiro parágrafo, há modalização ([...] *segundo Manigault, a Lei de Meios seria...*) e aspas (...*um exemplo de líderes latino-americanos atuando com o “desejo de intimidar e controlar a mídia independente”.*) para criar distância enunciativa com a

posição criada em um artigo de opinião de autoria de *Pierre Manigault*, presidente do jornal norte-americano *The Post and Courier*, texto veiculado na *FSP*. Ainda, duas glosas enunciativas em aposto qualificam a frequência de publicações na *FSP* sobre o assunto: i) *No final de 2014, em rara ocasião na qual o jornal incluiu a discussão sobre regulação [...] em sua pauta, [...] – recurso que está também presente em outra reportagem de outra revista progressista, a Carta Capital (21/10/2016): As poucas vezes em que [...] foi tratada [...] acabou sendo associada à “censura”; ii) Ao final do texto, lia-se que a Lei de Meios foi considerada inconstitucional [...] – informação extremamente relevante para o assunto..., esta seguida de uma avaliação negativa (...e totalmente *incorreta* [...]).*

Vale dar destaque, ainda, no terceiro parágrafo, à referência realizada a esta mesma cena televisiva, à qual se segue outra glosa em conclusão derrisória, também em aposto, introduzida por travessão (*Segundo os dados do Ibope, [...] a audiência da novela das 21h atingiu a marca de 8,084 milhões de domicílios – um número certamente superior à quantidade de pessoas que teve a oportunidade de ler os esclarecimentos...*), tornando evidente um ‘verdadeiro’ sentido (...sobre o que de fato é a proposta de regulação da mídia...) cuja autoria é atribuída a um dos coletivos que detêm maior voz no sítio desta revista (...no blog do *Intervezes*.), sobretudo sob artigos de opinião.

Outra reportagem na *Carta Maior* também revela um teor combativo à grande circulação televisiva, cujos sentidos construídos se estendem além da atuação do *Grupo Globo*. No texto *Dilma enfrenta a mídia e defende regulação econômica do setor* (*Carta Maior*, 24/08/2014), realizado em época de eleições, falas presentes em um debate para o cargo presidencial realizado na *TV Band* são tratadas. Este é um momento importante, pois uma discussão não tão presente na grande mídia é retomada durante um debate televisivo em escala nacional; além disso, a pergunta do jornalista da emissora retoma o “controle social da mídia” no ano de 2014, momento em que Dilma e o PT se abstiveram do uso do termo.

O primeiro parágrafo coloca em cena, antes de tudo, o posicionamento contrário da mídia conservadora sobre a possibilidade de sua própria regulação, pela adjetivação conferida a estes grupos ([*d*]o assunto espinhoso, [...] tratado pelos conservadores, incluindo aí a própria mídia monopolista...), seguido de uma interpretação de sua ação como perversa (...e parte da audiência que ela tenta controlar...), além de equivalências de sentido com a censura (...como sinônimo de censura estatal.). Este último recurso se repete mais adiante

quando o enunciador midiático reporta a posição do candidato *Pastor Everaldo (PSC)*: *seu programa comete o erro conceitual comum aos conservadores de associar censura a controle social.*

O terceiro parágrafo cria posições enunciativas quando se tratam falas de um jornalista, por duas avaliações em diferentes modalidades: i) em um aposto que avalia negativamente *A provocação [partiu]...* reportada por parte de um dos interlocutores do debate, ...[d]o jornalista e apresentador [...] *Boris Casoy: que, incorporando o pensamento mais reacionário nacional.* [...]; ii) em uma glosa mais agressiva, que avalia negativamente esta mesma fala em duas ocasiões: *E de forma falaciosa.* [...] e *um comentário travestido de pergunta jornalística.* Em contraste, outros comentários avaliativos similares qualificam a resposta de Dilma Rousseff, mas desta vez positivamente, também por recursos similares: i) um aposto que avalia positivamente sua fala (*concluiu de forma calma e didática.*); ii) outro aposto, que dá crédito a uma ação da presidente ([...] *[aprovar o Marco Civil da Internet,] algo que Dilma já fez desde o início do ano, com o apoio e o reconhecimento dos movimentos sociais e comunidade científica.*).

**b)** Diversos outros textos, desta vez na *Carta Capital*, criam sentidos de forma similar, com referências marcadas a textos escritos na mídia conservadora, inscrevendo-se, assim, na posição adversária para, então, defender a necessidade de regulação da mídia. No texto opinativo *Lei da Mídia Democrática: um passo rumo à pluralidade* (*Carta Capital*, 23/08/2013), de autoria de *Cecília Bizerra Sousa* [...] *[integrante do Intervozes]*, ao relatar o lançamento do *Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática*, o parágrafo de abertura mostra, por enumeração, instituições e sujeitos que o apoiam; em sequência, toma-se a organização deste grupo como mote para tornar evidente uma interpretação (*A reunião [...] mostra a urgência de pôr fim à...*) sobre onde, de fato, há censura: *...concentração midiática no Brasil e suas consequências perversas (...que tem resultado em violação de direitos e cerceamento de liberdades.*). Mais interpretações de falas então realizadas a partir da posição adversária criam evidências de sentido: i) primeiramente, sobre o intuito dos proponentes: *ficou claro o que se pretende [...]: multiplicar os sotaques que circulam [...]*; ii) também, pela interpretação da atuação da mídia conservadora como perversa, ainda que de maneira pouco agressiva: *expressar toda a diversidade cultural que enriquece o país, mas que é tantas*

*vezes silenciada pela mídia*. No último parágrafo, há diversas caracterizações de como falta uma regulação, intensificadas temporalmente ([...] *a despeito dos mais de 20 anos*...) e modalizados (...*da chamada Constituição Cidadã, a democracia ainda não chegou.*) para pensar a lei em vigor.

Em outra reportagem na *Carta Capital* (08/04/2014), no terceiro parágrafo, na paráfrase do enunciador midiático sobre a fala de *Joaquim Barbosa*, a abertura torna evidente a negação da censura, criando disparidades de sentido entre a defesa de regras de regulação e a censura (*Barbosa ressaltou que a defesa de regras de regulação não tem nenhuma relação com a censura*). Falas parafraseadas deste sujeito, ainda, no parágrafo seguinte, valem-se do verbo *lamentar*... como uso *dicendi* para comentar dois acontecimentos: ...*a violência contra jornalistas e comunicadores*; ii) ...*a ausência de pluralismo na imprensa nacional*; o verbo *defendeu*... também é utilizado de forma semelhante: i) ...*que o Judiciário combata a impunidade dos crimes dessa natureza com veemência*; ii) ...*a democratização do espaço comunicativo no País*. A atuação da mídia brasileira (*as notícias no país*...), também, é predicada como [*são*] *repetitivas e cansativas*, e a causa (“*Porque*...”) é objeto de discurso em um fala reproduzida: ...*todos dizendo a mesma coisa*”. Nos dois últimos parágrafos também são apresentadas falas deste sujeito que respeitam a grande mídia, retomando uma *entrevista ao jornal Folha de S. Paulo* (negritas do original), um momento anterior em que enunciações similares foram realizadas (*já havia criticado a falta de pluralidade na imprensa*), associando-o no último parágrafo, à enunciação à qual a reportagem faz referência (*No evento desta segunda-feira, [...] mencionou a falta de diversidade no audiovisual do País*). Criam-se, assim, efeitos de coerência para dar fiabilidade às falas deste sujeito de estatuto no poder judiciário, ainda que em situações de enunciação esparsas.

c) Conforme os textos anteriores mostraram, o coletivo *Intervozes* é um dos grupos que detém grande espaço na *Carta Capital*, sobretudo para publicar artigos de opinião, mas também reportagens. Vale destacar outra reportagem, intitulada *Um breve histórico da Confecom* (*Carta Capital*, 17/12/2014), pois apresenta um teor de propaganda, em defesa deste coletivo; primeiramente, interpreta-se a finalidade da atuação do *Ministério das Comunicações*, pela preposição que introduz o segundo parágrafo: *Para deslegitimar a proposta*; este gesto, ainda, é relacionado a um sujeito político, *Hélio Costa*, apresentado

como *senador* e *ex-repórter da Rede Globo*, criando oposições de sentido entre uma *Bandeira histórica dos movimentos sociais* e a atuação destes grandes grupos, tônica presente durante o curso do texto. Os parágrafos seguintes (de três a cinco) apresentam, ainda, eventos que culminaram na realização da *Confecom*.

No sexto parágrafo, novamente, a mídia conservadora é retratada como adversária, em especial o Grupo Globo (*Os empresários, comandados pela Rede Globo...*), com oposições de sentido entre ‘democracia’ e os valores mercadológicos quando se interpretou os seus intuitos (via verbo volitivo, ...*queriam obter todos os tipos de salvaguarda...*) e a finalidade destas vontades (...*para que não houvesse possibilidade de críticas ou resoluções que contrariassem seus interesses.*). Os objetivos de outras ações deste grupo são trazidos por um recurso similar (*Para controlar...*), também por distanciamento enunciativo via aspas em duas ocasiões (...*“propostas ameaçadoras” [...] temas identificados como “sensíveis”*).

Uma produção de sentidos similar por parte de sujeitos associados ao Intervenções está presente também entre os diversos gêneros opinativos publicados por este grupo na revista *Carta Capital*. No artigo de opinião *Regulação da mídia não é censura* (03/06/2014) de autoria de *Pedro Ekman e Bia Barbosa [...] [membros da Coordenação Executiva do Intervenções]*, o subtítulo<sup>20</sup> avalia a interpretação de *boa parte da mídia*, predicando estas leituras: referindo-se a elas, emprega-se o dizer *discurso* (uma ‘falação’), predicando este nome com *parcial* e *distorcido*; de entrada, há, assim, um teor negativo não apenas no nome escolhido, mas também nos adjetivos que o caracterizam.

O segundo parágrafo segue tônica similar: a primeira oração interpreta as ações destes grupos (*quanto mais confuso for o debate sobre o tema, menos resultados ele produzirá*). Neste sentido, as três orações seguintes enumeram e caracterizam negativamente as ações, pelos empregos verbais (em sublinhadas) destes veículos: i) *empenham-se em embaralhar as informações [...]*; ii) *omitem do público informações relevantes [...]*; iii) *divulgam o dito pelo não dito*. A última oração interpreta a finalidade destas leituras, pelo teor absoluto do presente do indicativo (*O esforço é um só:*), que buscam a manutenção (*manter inalterada...*) da ... *atual situação...*, vista como ‘não-democrática’ (...*de concentração econômica e de ausência de diversidade e pluralidade na mídia [...]*).

<sup>20</sup>Em uma consulta realizada em 17/06/2020, posterior à coleta do *corpus*, foi verificado que o subtítulo (*Desinformar é a estratégia de boa parte da mídia quando se trata de discutir seu próprio funcionamento. Ao falar de regulação, vigora discurso propositadamente parcial e distorcido*) não consta mais na versão disponível no sítio.

No terceiro parágrafo, após estas referências e críticas à mídia conservadora, o que será tomado como verdade no texto passa a ser enunciado (*vamos aos fatos*), com um objetivo (*numa tentativa de...*) de interpretar os reais sentidos do acontecimento, novamente interpretados como perversos (*...desfazer o labirinto*). O restante desta seção, assim, dedica-se a enumerar razões para a necessidade de regulação: do quarto ao sétimo parágrafo, criam-se equivalências de sentido entre a imperatividade de regulação da mídia e aquela de outros setores (*energia, o transporte, a saúde*), negando-se a censura, com valorização positiva dos valores do *interesse público sobre o lucro das empresas*.

O segundo item do texto (***Regular a radiodifusão não é coisa de comunista***) apresenta, novamente, a negação da censura, pautando-se no modelo estadunidense (*, país que está longe de ter aspirações comunistas,*), para negar outra adjetivação conferida às propostas. A inscrição deste subtítulo na posição adversária é, também, notável, uma vez que alcunhas da ordem de ***coisa de comunista*** são amiúde imputadas por opositores, inclusive com agressividade, para descrever tais ações. Certa agressividade, aqui, se realiza na referência *ao êxito das Organizações Globo*, associando-o não como a certo ‘mérito’ dos desenrolares do livre mercado da informação, mas a um *abuso de poder de mercado*.

Os seguintes itens, inclusive, posicionam-se favoravelmente à *regulação de conteúdo*, criticando certos posicionamentos de Dilma Rousseff: interpretam-se as ‘esquivas’ deste sujeito político à questão de *[retirar o assunto] “conteúdo”*, colocando suas ações no mesmo campo de sentidos das ‘artimanhas’ da grande mídia, já tratadas: *só confundem e desinformam a sociedade*. O último item intensifica as críticas à Dilma Rousseff e ao PT, divulgando *um projeto de lei de iniciativa popular* (contendo *hyperlink*), com referência marcada ao coletivo Intervozes, ao qual pertencem os sujeitos que enunciam.

**d)** Outro autor bastante presente em textos opinativos, mas dessa vez na *Carta Maior*, é Venício Lima, cujos artigos também valeram-se de certos recursos de agressividade para criar sentidos sobre a mídia conservadora, como glosas enunciativas, derrisão, e escárnio, mas em tom bastante ameno se comparado, por exemplo, aos textos de Reinaldo Azevedo e Augusto Nunes na revista *Veja*. Ainda, há outra diferença: amiúde em seus textos se realizaram referências a textos teóricos, conferindo teores científicos aos enunciados, ainda que na *Carta Maior* este sujeito não seja apresentado em sua relação com a academia.

Um de seus artigos de opinião intitula-se *Liberdade de expressão: o “efeito silenciador” da grande mídia* (*Carta Maior*, 01/08/2010). A frase de abertura do texto, enfatizada, ainda, por sua reprodução em subtítulo, interpreta a ação de *grupos dominantes*: funciona como uma censura disfarçada, pelo teor absoluto do verbo em presente do indicativo, que cria equivalências de sentido entre esta ação e *censura [disfarçada]*. Vemos, assim, que se constituirá uma concepção de *censura* associada à mídia conservadora (*grupos dominantes*), com referências explícitas a grupos de mídia (*grupo Folha* ; [...] *Vide, por exemplo, a capa, o editorial e a matéria interna da revista Veja, edição n. 2173*). Esta argumentação se associa à modalidade enunciativa construída a partir do gênero textual: discute-se um conceito elaborado por um autor, associando-o à atuação dos grandes veículos brasileiros. Um recurso similar acontece em outro artigo de opinião seu na *Carta Maior* (23/04/2010), que faz referência, também, a modelos de ‘regulação’ nos Estados Unidos. Ainda outro texto de mesma autoria se realiza por formações discursivas similares (*Carta Maior*, 22/03/2011), mas com mais agressividade.

Finalmente, outro texto opinativo de sua autoria (*Carta Maior*, 06/12/2011) também se realiza por uma argumentação pautada em uma discussão ‘acadêmica’, estando presentes sentidos pré-construídos: i) em relação à mídia conservadora (*Até mesmo a grande mídia está sendo obrigada a reconhecer que, independentemente de sua vontade, [...]*); ii) à falta de regulação (*como todos sabemos, essas normas e princípios não foram regulamentados [...]*); iii) à oposição à censura (*Por óbvio, regular o mercado nada tem a ver com regular o conteúdo [...]*)

e) Outros autores publicam textos opinativos na revista *Carta Maior*. Em um artigo de autoria de Marco Aurélio Weissheimer (10/11/2010), similarmente aos textos opinativos anteriores de Venício Lima neste mesmo veículo, trata-se a mídia conservadora para caracterizá-la como aquela que, de fato, realiza censura. Após o enunciador midiático estar em acordo com Franklin Martins, por uma modalização de sentido ([...] *Essa reação aparece revestida por um verniz ideológico...*), seguida de uma marca de heterogeneidade em que falas se entrecruzam (...*que vê na ideia da regulação uma tentativa de censurar e controlar a imprensa. Isso é uma bobagem, disse Franklin Martins. ...*), comentada, finalmente, por uma glosa enunciativa (...*E é mesmo.*), há referência a dois episódios protagonizados pelo jornal *O*



*Estado de São Paulo* e pela *FSP*, configurando, nos seguintes parágrafos, mais críticas à leitura da mídia conservadora sobre a regulação da mídia; estes são equiparados, ainda, a outro episódio, desta vez protagonizado pela candidatura de José Serra (PSDB). Ainda, são citados modelos internacionais de regulação. Este texto inclui, ainda, certa agressividade quando se retrata esta posição contrária à do enunciador midiático de que deve haver regulação, com efeito de pré-construído pautado em uma memória de um episódio da tradição judaico-cristã, relacionado à idolatria: [...] *Boa parte desses problemas é causada por conflitos de mercado entre os diferentes setores que fazem da comunicação seu bezerro de ouro.*

Em outro artigo de opinião, de autoria de Emir Sader, intitulado *A imprensa brasileira não é democrática* (*Carta Maior*, 09/02/2013), utiliza-se repetição para tornar evidente o argumento realizado no título: o enunciado *Não é democrática porque [...]* reemerge na abertura dos parágrafos três a cinco, enumerando razões históricas (ainda que sem referências a textos teóricos, diferentemente dos textos de Venício Lima) que criticam a atuação dos veículos conservadores, criando, também, disparidades de sentido entre fins mercadológicos (*São empresas que buscam rentabilidade para sobreviver. [...] são empresas de propriedade familiar.*) e interesses públicos.

Ao fim, após tais enumerações e comentários, em uma espécie de conclusão em silogismo, defende-se uma democratização (*A democratização do país começou pelas esferas econômica e social, precisa agora chegar urgentemente às esferas políticas...*) cujos sentidos, por extensão, são associados à mídia ([...] *...e à imprensa*). Há, ainda, ligeira agressividade na caracterização das mídias conservadoras: i) por efeito de evidência derrisório (*... financiadas [...] pelas grandes empresas privadas, com quem têm o rabo preso.*); ii) por adjetivações (*velha mídia [...] a velha imprensa brasileira*).

Nesta senda, há, ainda, nesta ‘conclusão’, a atualização de uma memória discursiva, também em tom agressivo: primeiramente, pela abertura de uma frase (*Não por acaso estiveram contra a Revolução de 30 e a favor do movimento contrarrevolucionário de 1932 e o golpe de 1964, ...*), associada a um efeito de memória por pré-construído (*...que instalou a mais a sangrenta ditadura da nossa história.*), em que o parágrafo seguinte, ainda, segue a criar associações entre estas mídias e sujeitos políticos distantes à esquerda, novamente por uma abertura derrisória (*Coerentemente, apoiaram os governos de Fernando Collor e de FHC*

[...]).

Recursos similares ocorrem em outro artigo de mesma autoria, no mesmo veículo. No artigo de opinião intitulado *A democratização da mídia, a mãe de todas as reformas* (*Carta Maior*, 26/06/2014), o primeiro parágrafo cria oposição de sentidos entre os interesses d'o governo e aqueles d'a mídia privada; esta última, apresentada por efeito de pré-construído por uma glosa em travessão (– assumida como partido político da oposição). Posteriormente, associam-se sentidos a diferentes concepções de democracia: primeiramente, entre uma que já foi alcançada (*O Brasil retomou a democracia política*...), a partir de efeito de memória (...no final da ditadura...), equiparada, ainda, a outra, em curso (...e passa por um processo de profunda democratização social...), protagonizada, por sua vez, segundo esta leitura, pelas ações de um sujeito político específico (...desde o começo do governo Lula.).

Quando se estendem estes sentidos a uma possibilidade de uma 'democratização' da mídia, as mídias conservadoras são apresentadas por efeito de evidência (*Mas esse processo não chegou aos meios de comunicação, que seguem controlados pelos mesmos grupos*...), além de adjetivações (...*monopolistas*...) que os caracterizam, novamente por efeito de memória (...da época da ditadura.). Mais adiante no texto, uma adjetivação *ipsis litteris*, realizada também em seu artigo anterior (*Carta Maior*, 09/02/2013), se repete ([...] *colunistas da velha mídia*). Este texto apresenta, no entanto, menos recursos agressivos se comparado ao primeiro, ainda que críticas e adjetivações à mídia conservadora estejam presentes em ambos.

Outro texto opinativo neste mesmo veículo apresenta posições similares, também contendo efeitos que realizam ligeira agressividade. No texto opinativo intitulado *Dilma ratifica compromisso de democratizar a mídia* (*Carta Maior*, 07/11/2014), de autoria de Dario Pignotti, sujeito apresentado, ainda, pela sua relação com o jornalismo (...*repórter do diário argentino Página 12*...) e a academia (...e doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo), utiliza-se de um caso alhures ao brasileiro, com equivalência de sentidos entre a atuação de dois sujeitos em aposto – *Rupert Murdoch* (*uma espécie de Roberto Marinho* [...]) – interpretando uma fala de Dilma Rousseff. No fechamento do texto, tratando ainda esta comparação, demonstra-se mais agressividade: i) primeiramente, pela adjetivação da atuação da mídia conservadora na reta final das eleições de 2014 (*No contexto da guerra suja contra Dilma* [...]); ii) posteriormente, pela comparação ([...] *se torna inevitável estabelecer um paralelo*...) entre um escândalo na Inglaterra e as publicações da revista *Veja* neste mesmo

momento decisivo das eleições, também com nominalizações avaliativas para ambos os casos (...entre os abusos do britânico News of the World e os excessos cometidos pela Veja [...]), gestos com uma finalidade (...para sabotar a quarta vitória consecutiva do PT). Mais adiante, há um efeito de evidência de que falta democracia em termos midiáticos (*Essas palavras revelam uma discussão política de fundo: iniciar a transição rumo à democracia midiática*). Também vale notar a leitura realizada da relação de Dilma com blogueiros, realizada por efeito de evidência que demonstra uma posição contrária à atuação dos grandes veículos ([...] *a candidata do PT concedeu entrevista a vários blogueiros que não se sujeitam à censura do mercado*). Isso é seguido de aspas como marca de heterogeneidade, com balizamento de sentido (*Foi a primeira vez que a presidenta recebeu a imprensa "independente", no sentido cabal do termo [...]*), que qualificam positivamente a atuação destes sujeitos.

f) No outro veículo progressista analisado, há, também, textos opinativos que se realizam por formações discursivas similares. No texto de opinião *O voto na democratização da comunicação* (*Carta Capital*, 21/08/2014), de autoria de Bruno Marinoni, sujeito também apresentado em sua relação com a academia (*repórter [...], doutor em Sociologia*), no primeiro parágrafo, há uma interpretação da atuação da mídia conservadora brasileira: o diálogo direto entre os grupos políticos e a população é interpretado (*Em outras palavras, ...*) pela infrequência (...um raro momento...) da possibilidade de driblar uma ‘censura’ (...em que se fura o bloqueio comercial...), protagonizado pela atuação de veículos (...erigido pelas empresas de comunicação...).

Os três primeiros parágrafos seguem esta tônica; sua conclusão vai, finalmente, a um caminho oposto (*Entretanto, ...*), que denuncia a raridade da discussão da regulação da mídia (...observa-se [...] quase um total silêncio sobre o tema [...]), caracterizado no título do parágrafo seguinte como **Tema ingrato** (negritas do original). A liberdade de expressão é interpretada como ‘genérica’ nas principais candidaturas, com críticas, inclusive, ao PT, denunciando a retirada do tema das discussões. Este silenciamento é apresentado, assim, em duas esferas: i) em um sentido geral, que tem como referencial as *candidaturas que possuem as melhores projeções de votação*; ii) em um sentido específico, que interpreta a ação do PT. Estas duas possíveis interpretações (*O silêncio sobre o tema da democratização da mídia...*),

na sequência, têm seu real significado (...revela...) também aliado ao poder da grande mídia, como perverso (...a capacidade dos donos dos meios de comunicação de interferir na agenda política).

A única candidatura (*de Luciana Genro* [...]) tomada como um ponto fora desta curva (...que pautou o tema) é também tomada como silenciada: seu espaço (*o tempo no horário eleitoral para esta campanha*...) é predicado negativamente (...é irrisório...), com uma glosa em aposto que interpreta um resultado nefasto (...o que limita a expressão política necessária). O último parágrafo passa da denúncia à propaganda, divulgando-se a proposta d' *o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*.

Em outro artigo de opinião da *Carta Capital*, mas desta vez de autoria de André Pasti (25/07/2015), sujeito apresentado pela sua relação com a academia (*é geógrafo, mestre em Geografia [...] e doutorando em Geografia Humana [...]*). no segundo parágrafo, dois enunciados merecem destaque: i) quando se fala de uma *oligopolização da mídia*, fia-se aos seus sentidos, abstendo-se de aspas, como foi recorrente nas leituras da mídia conservadora; ii) no segundo parágrafo, ainda, estendem-se estes sentidos a um *golpe de Estado*, enunciado também fruto de distanciamento e derrisão na mídia conservadora: neste artigo da *Carta Capital*, há *um novo tipo de golpe: o golpe midiático*. A adjetivação 'midiático', assim, é conferida a dizeres de campo de sentido oposto ('democracia' e 'golpe'), e seus referenciais são também opostos: um deles é materializado e real (o 'golpe'), ao passo que o outro é uma 'utopia': a *democratização de fato*).

### 3.2. Empregos de heterogeneidade discursiva

Conforme também realizado na mídia conservadora, há usos recorrentes de modalidades de referência enunciativa para dar validade às leituras realizadas. Em diversas dos textos analisados da mídia progressista, em especial nas reportagens, um dos recursos que chama atenção é a construção se sentidos via referências a argumentos de autoridade para justificar onde e como há censura no Brasil, sentidos frequentemente relacionados à mídia conservadora. Conforme foi comum nas reportagens dos veículos conservadores, entidades midiáticas e sujeitos do campo jurídico são consultados para construir tal posição; diferentemente daquele espaço, no entanto, na mídia progressista amiúde há associações a conceitos e autores do campo da ciência, criando teores 'acadêmicos', também quando se

apresenta quem fala, à investigação realizada. Também, há referência a outros setores progressistas, com vistas a conferir fidedignidade às propostas. Neste sentido, há ainda alusões explícitas às mídias conservadoras e a episódios em que, segundo esta visada, houve, de fato censura.

### 3.2.1. Referências a argumentos de autoridade, efeitos co-textuais e regulações outras

a) O primeiro recurso que salta aos olhos é a produção de efeitos de memória de conquistas progressistas históricas para criar sentidos sobre a regulação da mídia. A reportagem intitulada *Lei popular sobre comunicação chega às ruas em 1º de maio (Carta Capital, 30/04/2013)* resgata, de início, uma memória, representada em uma data comemorativa, o dia do trabalho; há, assim, equivalências entre a luta por direitos trabalhistas e aquela que busca direitos de liberdade midiática. Além de referência a uma negação da censura (*O projeto reitera a defesa da promoção e a garantia dos direitos de liberdade de expressão e opinião, [...]*), para construir posições a favor da regulação da mídia aqui importa um dos sujeitos cujas falas são reproduzidas: trata-se de *Rosane Bertotti, [...] coordenadora geral do FNDC*, uma enunciadora a quem também foi concedido espaço para fala em um artigo de opinião também na mídia conservadora (*FSP, 12/06/2013*). Vale pontuar que seu texto publicado na mídia conservadora, alguns dias depois, foi contestado neste mesmo veículo (*FSP, 27/06/2013*), criando, assim, efeitos de pluralidade ao conceder espaço aos progressistas na mídia tradicional.

Nesta reportagem da *Carta Capital* (30/04/2013), no entanto, suas falas são somadas a outras que defendem a regulação da mídia; elas são oriundas de diferentes setores progressistas, o que favorece efeitos de pluralidade sobre quem defende esta proposta. O sétimo parágrafo do texto, neste sentido, dedica-se a fazer referência a estes outros sujeitos e instituições. Ainda, uma concepção de liberdade de expressão construída rebate aquela presente nos grandes veículos, em especial no último parágrafo, quando se reproduzem falas d'*a coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres, Sônia Coelho*: há associações entre a necessidade de uma democratização midiática e outras lutas históricas, além dos direitos trabalhistas: *Não há liberdade de expressão quando os conteúdos veiculados [...] têm cortes de classe, gênero e raça, estimulando e reforçando o preconceito.*

Na reportagem *Berzoini assume Comunicações e diz que fará debate sobre regulação (Carta Capital, 02/01/2015)*, a fala reproduzida do então novo ministro cria equivalências de

sentido entre *democracia* e a discussão sobre *as comunicações [...] No Brasil*; este dito está em concordância com uma das paráfrases feitas pelo veículo, que realiza uma leitura da *Constituição: garante a liberdade de expressão em diversos de seus artigos*. Esta mesma discussão, ainda, é colocada no mesmo campo de sentidos de outra: *o acesso à banda larga e a universalização d'o acesso à internet no país*. Há, assim, equivalências de sentido entre o acesso à Comunicação Social e à internet.

Outra reportagem, desta vez na *Carta Maior*, intitulada *Lei da Mídia Democrática será debatida na Câmara nesta terça (11/11/2013)* constrói-se de maneira similar: primeiramente, com referência a Rosane Bertotti, mas também pela retomada de uma memória do dia do trabalho (*[...] lançado no dia 1º de maio...*); posteriormente, a referência a grupos associados com lutas por direitos progressistas também conferem credibilidade à proposta pelo seu apoio popular (*...por centenas de entidades do movimento social e da sociedade civil*), tônica que se segue durante o restante do texto.

**b)** Quando falas de outros sujeitos são reproduzidas, uma particularidade entre os textos da mídia progressista e aqueles da mídia conservadora para defender uma posição diz respeito, mais especificamente, ao estatuto que lhes é conferido. Na mídia progressista, diferentemente da mídia conservadora, há textos que fazem referência a conceitos e autores do campo científico. No texto opinativo já discutido *Liberdade de expressão: o "efeito silenciador" da grande mídia (Carta Capital, 01/08/2010)*, de autoria de Venício Lima, vemos no exemplo uma tônica distinta daquela realizada na mídia conservadora: quando a mídia conservadora defendeu que se tratava de censura, tivemos, em grande maioria, reportagens nas quais era a palavra do enunciador midiático quem, em sua investigação da verdade, conferia fiabilidade ao que foi dito; aqui, acontecimentos da conjuntura política foram relacionados a um conceito elaborado no campo científico – neste sentido, quem teoriza é apresentado com estatuto (*[...] escrito pelo professor de Yale, Owen Fiss, um dos mais importantes e reconhecidos especialistas...*), em um contexto específico (*...em ¿Primeira Emenda¿ dos Estados Unidos*), cuja relação histórica com o contexto americano fortalece o argumento.

As aspas que se realizam no título e no corpo do texto para referir-se ao conceito (“efeito silenciador”) não funcionaram da mesma maneira pela qual, em geral, a mídia

conservadora o fez para falar da regulação: trata-se de um recurso de heterogeneidade enunciativa marcada e mostrada, apontando para um dito de outrem, com o qual se estará de acordo. Ainda, para descreditar a leitura da mídia conservadora sobre a regulação, há referências à revista *Veja*, que comentara a Confecom: (*vide, por exemplo, a capa, o editorial e a matéria interna da revista Veja, edição n. 2173*), inclusive com certo escárnio, pelas qualificações: *são exemplos recentes dessa estratégia [...] o carnaval feito em torno da primeira proposta de programa de governo entregue ao TSE pela candidata Dilma Roussef.*

Isso também acontece em relação a outro sujeito de estatuto na conjuntura brasileira. Na reportagem *Barbosa defende regulação da mídia e critica falta de pluralidade da imprensa* (*Carta Capital*, 08/04/2014), o enunciador traz um sujeito do campo jurídico (apresentado como *O presidente do Supremo Tribunal Federal*) para defender a necessidade de regulação da mídia. Os dois primeiros parágrafos trazem falas deste sujeito, favoráveis à necessidade de regulação da mídia, corroborando a visão construída ao longo do texto.

Desta vez na *Carta Maior*, a reportagem intitulada *Mudanças aceleram regulamentação da mídia no mundo* (29/09/2010), por sua vez, começa com referências explícitas à mídia conservadora, à revista *Veja* e ao jornal *O Estado de São Paulo*. O distanciamento enunciativo está presente: i) por modalização, ao reportar algumas das falas da mídia conservadora (*[...] três dos principais veículos impressos do país voltaram destacar suas opiniões sobre um o que consideram restrições à liberdade de imprensa [...]*); ii) por aspas, na paráfrase do acordo desta com o candidato da oposição (*acusando o governo de “perder a compostura” com as críticas*).

Após a apresentação das posições dos veículos tradicionais, aparece um argumento de autoridade (*Para o pesquisador em políticas de comunicação Gustavo Gindre...*), criando evidências sobre a necessidade da defesa da regulação da mídia (*...é natural que isso aconteça*), efeito que se repetirá no próximo item (*Segundo o pesquisador Murilo César Oliveira Ramos, professor da Universidade de Brasília e conselheiro da EBC [...], a maior parte dos países tem regras [...]*). O restante do texto segue a mesma tônica, ao trazer argumentos de pesquisadores e mostrar como em outros países (nos subtítulos seguintes: **Portugal [...]** **Reino Unido [...]** **Itália [...]** **Estados Unidos [...]**) há uma regulação da mídia similar à proposta – sua apresentação rebate a reprodução das posições na mídia conservadora (*Veja no quadro acima como são as leis que regulamentam a imprensa em outros países.*).

c) Referências a modelos internacionais e legislações para justificar a viabilidade de uma regulação da mídia. também ocorrem em textos opinativos na *Carta Capital* e, em maior medida, em reportagens e artigos de opinião. Na reportagem intitulada *Regulação da mídia não é censura, dizem especialistas* (*Carta Capital*, 29/01/2015), o subtítulo relaciona o caso brasileiro a modelos alhures (*Nos EUA e na Europa,...*) para negar a censura (...*regras [...] são vistas como garantia para a liberdade de expressão e a pluralidade de opiniões*), conferindo destaque ao ponto de vista a ser desenvolvido. Neste sentido, o primeiro parágrafo apresenta que certa regulamentação (*Diretrizes de controle de formação de grupos midiáticos estão previstas na Constituição,...*) inexistente no Brasil, por oposição (...*mas até hoje não foram regulamentadas por lei.*); o segundo parágrafo, por sua vez, retomará regulações outras, opondo-as ao que veem certos políticos brasileiros por modalização (*Líderes de partidos [...] se opõem à regulação sob o argumento de que ela representa censura.*), tomando esta visão como falaciosa por oposição (...*Mas, em países europeus e nos Estados Unidos, a regulação da mídia é considerada essencial [...].*)

No terceiro parágrafo, um argumento que se apresenta como de autoridade (*Thomas Hoeren, professor do Instituto para Informação, Telecomunicações e Direito de Mídia da Universidade de Münster, na Alemanha.*) corrobora esta visão, com oposição de sentido para sua finalidade: "*A regulação existe para ajudar a mídia, não para reprimi-la.*". Isso se repetirá na seção final do texto, para tratar a *propriedade cruzada dos meios de comunicação*, sob dois argumentos que se apresentam como de autoridade: i) d'o professor João Feres, coordenador do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (Lemep) da Uerj; ii) o jornalista Venício Lima, professor de comunicação da UnB e autor de vários livros sobre mídia e política. Ainda, outros dois parágrafos tratam do modelo europeu, relacionando-os, agora, a atitudes locais: *O ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, pretende convocar audiências públicas sobre o tema a partir de março.*

Na reportagem *A democratização da mídia e quem a defende* (*Carta Capital*, 24/09/2014), a primeira frase introduz uma avaliação da leitura dos grandes veículos sobre a regulação, introduzida como *Um dos temas mais reivindicados pelas organizações civis brasileiras...*, pela predicação conferida: *...é pouco abordada pelos veículos convencionais.* Em oposição a esta leitura (*Há, contudo, deputados que lutam por essa causa...*), o restante



da reportagem se dedica a apresentar as iniciativas de uma série de sujeitos políticos, sendo cada parágrafo dedicado a apresentar suas posições favoráveis à regulação da mídia brasileira.

No artigo de opinião *Lei da Mídia Democrática: um passo rumo à pluralidade* (*Carta Capital*, 23/08/2013), de autoria de *Cecília Bizerra Sousa* [...] jornalista [...], mestranda [...] em Comunicação [...] e Analista Técnica de Políticas Sociais da *Seppir*, por usos verbais enumerados, o segundo parágrafo constrói evidências ([...] *ficou claro...*) sobre os objetivos (o que *se pretende...*) da nova lei: *multiplicar os sotaques que circulam* [...] *expressar toda a diversidade cultural* [...]; a esta enumeração, segue-se uma interpretação que opõe (*mas...*) uma *diversidade* à ação da mídia conservadora, que é o agente de uma ‘censura’ ([...] *que é tantas vezes silenciada pela mídia*).

Via uma leitura da *Constituição Federal de 1988*, também, são criadas oposições de sentidos que defendem *regulamentação*: [...] *princípios já previstos* [...], *mas ainda não assegurados*. A interpretação sobre a *Confecom*, também, destoa da leitura realizada na mídia conservadora, que a associou à censura: usos verbais enumerados associam-na à *liberdade de expressão* (*fortaleceu e ampliou o debate...*), expõem seus resultados (*produziu mais de 600 propostas de leis e políticas públicas...*) e interpretam suas finalidades (...*que objetivavam tornar o sistema mais diverso...*), com cunhos democráticos (...*contribuir para o aprofundamento e a consolidação da democracia brasileira*). A leitura do enunciador midiático sobre a *concentração e autoritarismo*, também, é diferente daquela realizada na mídia conservadora, que a adjetiva como *uma mudança radicalmente positiva*, em contraste com as adjetivações negativas presentes na *FSP*, na *Veja* e no jornal *O Globo*.

No artigo *Democratização da comunicação: o que aprender com nossos vizinhos?* (25/07/2015), de autoria de André Pasti, realiza-se uma interpretação de um exemplo alhures ao caso brasileiro; esta leitura, mais ampla, é relacionada em diversos momentos a um contexto mais específico. Retratam-se diversas falas realizadas em um *evento no Equador*, em comemoração dos *dez anos da Telesur*. A frase de abertura do texto, neste sentido, confere o tom a ser debatido, ao colocar em domínios associados uma *democracia genuína* e uma ‘democracia midiática’ (*Não há democracia genuína sem democratizar os meios de comunicação*).

No oitavo parágrafo do texto opinativo intitulado *Regulação da mídia não é censura* (*Carta Capital*, 03/06/2014), introduz-se, ainda pela negação da censura (*não pode ser*

*tachado de cerceamento da liberdade de imprensa ou [...] censura*), uma leitura da *Constituição*, que interpreta a ausência de regulamentação de artigos do seu capítulo V (*nenhum artigo de seu capítulo V [...] foi regulamentado*): assim, opondo-se ao que em geral foi argumentado no jornal *O Globo*, por exemplo, há *um vazio regulatório no setor*, em vez de hiper-regulação. Na sequência, quatro pontos são enumerados, referindo-se a estes artigos em específico, mostrando a ‘falta de regulação’ existente.

No texto opinativo, com teor de propaganda, intitulado *Semana Nacional pela Democratização da Comunicação deve intensificar luta por mudanças no setor* (*Carta Capital*, 11/10/2013), de autoria de *Helena Martins* [*é jornalista, [...] integrante do Conselho Diretor do Intervozes*], nos dois primeiros parágrafos, pela associação de eventos cujas datas coincidem (*Dia Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação/Media Democracy Day* e o *Dia Internacional pela Erradicação da Pobreza pela Organização das Nações Unidas*) faz-se uma leitura da *concentração* de mídia no Brasil: a regulação da mídia, assim, está associada não apenas a um evento internacional interpretado como de estatuto, mas também à *Erradicação da Pobreza*; uma pergunta imediatamente respondida, no segundo parágrafo, sintetiza este pensamento (*E o que comunicação tem a ver com pobreza? Tudo.*).

O terceiro parágrafo, por sua vez, direciona a crítica ao grupo *Globo*, apresentando dados estatísticos de seu *lucro*, que tem o seu *montante* comparando (intensificado em *Fica atrás apenas*), ainda, ao de outras empresas *não financeiras* (*Petrobras, Vale, Telefônica/Vivo, Ambev e Cemig.*). À apresentação destes *números* que relatam *a pobreza brasileira* associa-se *a ausência de diversidade na mídia...* como um agente (*...produz pobreza*). Após estas críticas diretas aos grandes meios de comunicação, os dois últimos parágrafos apresentam cunho mais panfletário: divulgam-se eventos protagonizados por *Movimentos sociais e organizações de vários estados*.

**d)** Há também exemplares desta regularidade em reportagens da *Carta Maior*, com maior agressividade. Na reportagem *Ricardo Berzoini na linha de tiro* (*Carta Maior*, 12/01/2015), há, de início, não apenas uma defesa da regulação da mídia, mas também certa crítica aos membros do governo em sua ineficácia ao realizá-la: i) no primeiro parágrafo, pela adjetivação da ação conjunta (vide uso verbal em *Ambos, presidenta e ministro, irmanaram-se...*) e intensificação em negritas: *...na falta absoluta de vontade de levar o tema adiante*

[...]; ii) no segundo parágrafo, em uma fala reproduzida de um *deputado uruguaio* que se opõe a um dos posicionamentos da presidente (heterogeneidade, no entanto, não marcada no texto): “*O controle remoto por si só não dá liberdade se do outro lado não houver pluralidade*”.

Além disso, no texto há sentidos pré-construídos em duas instâncias, quando se interpretam as posições de Berzoini (*mostrou simpatia [...] deu mostras de crer que [...] Adquiriu simpatia [...]*): i) no que respeita a *aplicação de normas da Constituição...*, uma breve glosa comenta o seu estado imutável: ...*nunca tiradas do papel*, [...]; ii) quando se trata o debate como sob uma visada que prioriza a regulação de conteúdo em vez de valores neoliberais (...*o debate deveria ir além do aspecto econômico-empresarial e alcançar o conteúdo...*), outra glosa avalia a legalidade desta medida: ...*conforme previsto em certos dispositivos constitucionais*, [...].

O segundo parágrafo mostra equivalências de sentido entre o caso brasileiro (*Em seu discurso de posse, [Berzoini] assinalou que a democracia também significa “o direito de construir um conjunto de ideias e poder transmiti-lo livremente”*) e o uruguaio (*Visão parecida com aquela que levou o Uruguai a aprovar em dezembro uma nova lei de mídia*). Após, qualifica-se positivamente Berzoini, ao mesmo tempo em que se apontam exemplos internacionais aos quais seguir. O fechamento do texto realiza, ainda, críticas a Abert, uma interpretação da Confecom (*foi boicotada*), e da Abert frente às ações de Dilma.

A reportagem *Debate sobre Lei da Mídia não unifica a esquerda* (*Carta Maior*, 15/11/2013) é um texto que mostra cisões de posição entre partidos da esquerda brasileira. Trata-se a questão da regulação da mídia, assim, de maneira aberta, também na apresentação de posições de sujeitos do PT, mas em especial de alas da esquerda como o PSOL e o PCdoB. Há, ainda assim, marcas de um posicionamento enunciativo quando fala o enunciador midiático: i) quando se faz referência à Confecom, há um aposto qualificativo em sua defesa ([...]‘*a 1ª Conferência Nacional de Comunicação [...], ocorrida há quatro anos, que deixou um grande legado sobre o tema*’), retomando uma memória; ii) o modo como uma glosa comenta negativamente a fala de um enunciador político, *o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ)*, quando de sua crítica, que se mostra contraditória: *O deputado - que [...] [e] ganhou projeção nacional ao vencer o reality show Big Brother, da TV Globo - criticou duramente o descompromisso do governo do PT com a pauta da comunicação [...]*.

### 3.3. A agressividade na mídia progressista

Conforme aconteceu na mídia conservadora, alguns textos se realizam por maior agressividade, em especial nos artigos de opinião e em algumas reportagens da *Carta Maior*. Em geral, no entanto, as marcas de agressividade na mídia progressista são mais amenas que aquelas presentes na mídia conservadora.

a) Em um artigo de opinião de Venício Lima (*Carta Maior*, 01/08/2010), por exemplo, ainda que se apresente uma discussão ‘científica’, há certo escárnio para tratar a leitura da mídia conservadora, por caracterizações nominais: *Além da satanização da própria CONFECOM, são exemplos recentes dessa estratégia, a violenta resistência ao PNDH3 e o carnaval feito em torno da primeira proposta de programa de governo entregue ao TSE pela candidata Dilma Rousseff*. Em outro artigo de opinião, de Marco Aurélio Weissheimer, aparecem outras caracterizações derrisórias similares: o título (*Os fantasmas no sótão da velha imprensa*), ao caracterizar a mídia conservadora, também com agressividade.

No artigo de opinião *Marco regulatório vs. liberdade da imprensa* (*Carta Maior*, 09/11/2010), no parágrafo de abertura há uma marca da constância de um posicionamento por parte de Dilma Rousseff (...tentou esclarecer, pela undécima vez...) – marcas hiperbólicas mais agressivas, quer seja, a oposição de sentidos entre *marco regulatório da mídia* e *qualquer restrição à liberdade da imprensa*, anunciada no título; ou seja, uma inscrição na formação discursiva presente na grande mídia, para rebatê-la.

Há, então, uma reprodução de *entrevista concedida ao Jornal da Band*, em que Dilma trata uma proposta de regulação da mídia, uma glosa por parte do enunciador midiático ao fim do texto cria um posicionamento irônico em relação a esta mídia, com *hyperlink* ao original: *Curiosamente essa parte da entrevista não consta do vídeo disponibilizado no site do Jornal da Band*. Outro texto opinativo seu (*Carta Maior*, 06/12/2011), também, se realiza similarmente, com maior agressividade pelas perguntas direcionadas ao leitor que se opõem à atuação da mídia conservadora: *Você leitor(a), conhece a cobertura que essas manifestações mereceram na grande mídia brasileira?*

b) Recurso mais raro e ameno nas mídias progressistas se comparado às mídias conservadoras, isso também se apresenta em reportagens: A reportagem intitulada *FHC*

*defende a regulação dos meios de comunicação (Carta Maior, 17/05/2012), por sua vez, é emblemática porque centra-se em um evento realizado por FHC, um sujeito que mantém importante relação com o PSDB, então principal partido de oposição aos governos de Dilma e Lula. O parágrafo de abertura demonstra certa agressividade: primeiramente, pela interpretação que se realiza do evento (O título, o ambiente e o programa sugeriam que o seminário seria...), seguido de uma caracterização negativa (...um palco para a cantilena contra a regulação do setor [...]) e, finalmente, uma resposta a este questionamento retórico (Não foi esse o tom predominante). Ainda, na reprodução de fala de Carlos Mesa, ex-presidente boliviano, há a reprodução de certo uso ‘chulo’ para um evento formal, ao criar equivalências de sentido entre a crise midiática e aquela do mercado: *descreveu como “uma orgia obscena do capitalismo”.**

Na reportagem *Lula se declara militante da regulação da mídia (Carta Maior, 16/05/2014)*, a primeira frase do texto realiza uma leitura do caso brasileiro em termos de regulação midiática, contrastando com uma leitura recorrente na mídia conservadora, que apresenta o mesmo sintagma (em sublinhadas) usualmente sob aspas para distanciamento enunciativo: *O oligopólio da comunicação no Brasil ganhou definitivamente um crítico engajado [...]*. Um fenômeno bastante similar ocorre quando se fala dos blogueiros progressistas, mas desta vez utilizando-se de dois recursos para contestar uma leitura recorrente na mídia conservadora: i) o uso de aspas que merca uma heterogeneidade discursiva: *Não por acaso, na mesma hora em que Lula falava aos blogueiros ‘sujos’...*; ii) o emprego de uma glosa, que realiza entrecruzamento entre as falas do enunciador midiático e aquela de Lula, comentando com ironia a fala contestada (*blogueiros ‘sujos’*): *...--‘deve ser por culpa da falta de água do Alckimin’-- o presidenciável tucano [...]*, com alusão derrisória à crise hídrica no estado de São Paulo em 2015, então governado por um político ligado ao conservadorismo, Geraldo Alckmin (PSDB).

No quarto parágrafo, há, entrecruzamento entre as falas do enunciador midiático e aquelas de Lula, o que reforça esta oposição ao conservadorismo. Primeiramente, por um vocativo (*Senhores donos das corporações...*), que faz com que o enunciador midiático se coloque no lugar daquele que proferiu o dito (Lula) e ‘interpele’ a mídia conservadora, dialogando com estes veículos como interlocutores virtuais. Isso introduz uma fala panfletária, em especial pela adjetivação em sublinhadas (*...a defesa da regulação fundiu-se à*

*agenda da maior liderança política do Brasil, ...), mas também com certa agressividade, pela expressão idiomática que reforça seu caráter definitivo (...de uma vez por todas.)*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentados em uma fase arqueológica dos pressupostos foucaultianos do discurso (2006; 2008; 2010), em que se construiu com maior solidez um enfoque teórico-metodológico, pudemos explorar, por meio das análises do discurso midiático sobre sua própria regulação, como se materializou um embate central para compreender a conjuntura político-social brasileira contemporânea, bem como algumas de suas principais contradições. À esteira do filósofo (2008), a discussão teórica possibilitou recursos para pensar uma escrita da história e as mudanças nos discursos que a constituíram e a transformaram.

O autor mostrou-nos, ainda, que esses processos discursivos compreendem a referência, materialização, associação e, finalmente, potencial repetição ou silenciamento enunciativo (2008); com efeito, estivemos diante de um debate que, desde o *impeachment* de Dilma Rousseff (2016), vem se esvaindo na esfera presidencial. Dada uma falta de mudanças no funcionamento das grandes mídias no Brasil via medidas oficiais, a principal lição que Foucault (2008) nos colocou foi, assim, descrever a construção do que foi compreendido como verdadeiro em certo tempo e espaço sobre as propostas.

As análises mostraram, primeiramente, os modos pelos quais as mídias conservadoras protagonizaram a construção de discursos contrários à sua regulação; esta posição foi repetida por diversos recursos linguístico-discursivos, não havendo espaço para discursos de dissenso em seus interiores. As mídias progressistas, por sua vez, defenderam uma posição oposta; neste sentido, o seu menor prestígio se comparado às mídias conservadoras revelou que, em grande medida, estivemos diante de uma história à margem sobre o que poderia ter sido uma regulação da mídia brasileira. A materialidade enunciativa do dissenso que a *Carta Capital* e a *Carta Maior* representaram é passível de repetição, mas os efeitos de sua volta são menores se comparados, por exemplo, à voz que detiveram certos jornalistas nos veículos conservadores de grande circulação.

À esteira de Pêcheux (2008; 2009b), pudemos, ainda, questionar o funcionamento da língua na construção destes discursos sob um olhar que apresenta semelhanças em relação ao pensamento foucaultiano (2006; 2008; 2010), mas também sensíveis diferenças, que enriqueceram as análises. Pêcheux (2008), ao problematizar como o materialismo histórico e a luta de classes manifestam-se na língua, ensinou-nos que a potencial quebra de certos

paradigmas, muitas vezes contraditórios dentro de uma sociedade, se materializa pelo embate entre formações discursivas e, potencialmente, efeitos de evidência.

No *corpus*, a repetição de evidências fez parte de um processo de reconfiguração e cristalização de *memórias discursivas* (COURTINE, 2009): frequentemente, certos enunciados retornaram, o que criou pontos de contato entre já-ditos e o presente acontecimento e, finalmente, atualizou formações discursivas. Em especial, destacou-se uma produção de sentidos centrada nos dizeres *controle social da mídia, regulação da mídia, democratização da mídia e regulação econômica da mídia*, que circularam quando se falou do tema na esfera presidencial. Esta emergência se mostrou como um momento ímpar na história contemporânea desde a abertura política e a redemocratização, dando estatuto oficial a discursos que antes foram, em grande medida, reclamados sobretudo pelos movimentos sociais, oposição e coletivos ativistas.

Assim, à esteira desses dois filósofos, viabilizou-se uma verificação analítica das hipóteses inicialmente aventadas. Primeiramente, havendo julgado que as mídias conservadoras defenderiam a manutenção dos moldes de seu funcionamento, coube-nos verificar as leis de regularidade desses discursos; ou seja, foi preciso explorar como, de fato, isso se materializou. Foi possível constatar que esses dizeres se realizaram por dois processos discursivos, aliados ao poder de circulação destes veículos: em primeiro lugar, a repetição de determinados discursos, manifestando posicionamentos recorrentes, com diferentes nuances; também, o espaço conferido a sujeitos jornalistas que atuaram em seus interiores.

De outro lado, mídias progressistas trariam à tona discursos de resistência a essa hegemonia, possibilitando um debate aberto sobre o tema. Com certo estatuto oficial desses discursos de dissenso, uma vez que houve incentivos oficiais para mídias progressistas durante os governos de Lula e Dilma, fez-se necessário, face ao *corpus* construído, questionar a consonância entre posições da mídia progressista e as propostas de regulação da mídia do PT e do governo, já que alguns de seus textos foram críticos a determinadas ações destes governos.

Foi imperativo, ainda, considerar diferentes superfícies de emergência para a análise dessas formações discursivas, que viabilizaram uma descrição das semelhanças e diferenças entre as produções de sentidos. Nesta etapa, a congregação do *corpus* revelou a contribuição decisiva de Authier-Revuz (1998; 2004): quando se debateu a necessidade ou não de uma



regulação da mídia, amiúde referências a falas de outros sujeitos foram realizadas, em especial políticos. As marcas da fala do outro, em grande medida, diziam respeito a certas problemáticas que nos pareceram não estar completamente circunscritas nos olhares de Foucault (2006; 2008; 2010) e Pêcheux (2008; 2009b): Authier-Revuz (1998; 2004), nesse sentido, mostrou-nos aspectos da heterogeneidade discursiva que trouxeram outros avanços.

A principal contribuição de Authier-Revuz (2004) advém do fato que, amiúde, houve aspas e modalizações de sentido para a construção de posições, o que esteve presente nas mídias conservadoras e progressistas. Estamos diante de recursos explorados, em seus textos, a partir de um diálogo com princípios bakhtinianos dos estudos discursivos, para tratar a materialização ou ausência de marcas da alteridade, buscando progressos em relação a uma abordagem tradicional do discurso direto e indireto.

Estes modos de realizar a fala constitutiva do outro, marcando-a (ou não), revelaram uma maior opacidade para a construção de posicionamentos nos textos escritos, em especial a sua presença nas reportagens, pois são textos que se propõem como objetivos, mas que se utilizaram, por diversas vezes, destas marcas de distanciamento para defender uma posição. Ainda, as glosas enunciativas que comentaram essas falas e, logo, reconfiguram os seus sentidos, presentes em ambos os grupos de veículos, também são marcas opacas de posicionamentos midiáticos que atuaram com vistas ao convencimento do leitor. Authier-Revuz (idem) mostrou-nos, assim, que não há exatas coincidências entre os dizeres originais e as suas reproduções quando relatados aos leitores, mas sim a construção de diferentes formações discursivas, que, finalmente, se inscreveram na escrita de uma história e ditaram o que foi compreendido como verdadeiro nestas superfícies de emergência.

Neste sentido, as análises realizadas no capítulo dois, em que investigamos como a mídia conservadora pôde criar sentidos acerca da possibilidade de sua própria regulação, mostraram-nos que, de fato, um discurso contrário à regulação da mídia circulou hegemonicamente no interior dos jornais *FSP* e *O Globo*, além da revista *Veja*. Esta leitura unívoca, no entanto, apresentou-se sob diferentes modalidades discursivas. Nas análises do jornal *FSP*, dando continuidade a um interesse já explorado em nossa dissertação (SANTOS, 2016), houve indícios do crescente estatuto material de uma argumentação combativa na esfera político-midiática, acentuado em 2014 nos confrontos entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, e finalmente consolidado nas eleições de 2018, em que venceu Jair Bolsonaro, então

candidato do PSL: a agressividade nos embates, em especial em relação a certos sujeitos políticos.

Esses sentidos também estiveram presentes em medida similar nas reportagens do jornal *O Globo*; saltam aos olhos, no entanto, os textos factuais e opinativos da revista *Veja*, em especial as colunas assinadas por Augusto Nunes e Reinaldo Azevedo. Para produzir uma posição contrária, assim, os gêneros textuais tiveram influência direta na circulação de um processo de regulação da mídia. Primeiramente, as reportagens que contestaram a necessidade de regulação midiática estão presentes nos três veículos conservadores analisados, sendo o principal gênero pelo qual se criaram sentidos. Há, assim, uma preponderância de efeitos de objetividade em textos que, massivamente, contiveram marcas enunciativas desfavoráveis às propostas.

Nas reportagens da *FSP*, predominou uma contestação por recursos de heterogeneidade enunciativa marcada e mostrada, por meio de aspas e modalizações de sentido que balizaram os sentidos ‘originais’ das propostas, também com certa agressividade por efeitos derrisórios; houve, neste sentido, associações enunciativas ao Mensalão, bem como recorrência de escárnio a certos sujeitos políticos (Lula, Dilma Rousseff, Franklin Martins e José Dirceu). Destacou-se, ainda, a construção de sentidos sobre o dizer *controle social da mídia*, que amiúde foi associado à necessidade de combater propostas socialistas em defesa do livre mercado. Ainda, esta imperatividade foi relacionada, por efeitos de evidência, ao papel destas próprias mídias conservadoras no combate à corrupção e, logo, na luta para alcançar uma democracia mais sólida. Os textos opinativos assinados por sujeitos alheios ao corpo editorial também veicularam sentidos similares, criando, inclusive, efeitos de pluralidade. Nesta construção de verdades, foram importantes, ainda, os seus editoriais, que, por interpretações absolutas, mostraram consenso corporativo com essas leituras.

Nas reportagens do jornal *O Globo*, em geral, sentidos similares aos realizados na *FSP* estiveram presentes; no entanto, predominou menos agressividade que na *FSP* ou na *Veja*, uma vez que amiúde foram utilizados efeitos co-textuais para contestar a necessidade de regulação da mídia. Esses textos seguem uma estrutura em estilo ‘lógico-argumentativo’, que conduzem o leitor a tirar uma ‘conclusão’ frente ao que lhe foi apresentado. Cabe salientar, aqui, o traço mais importante à esteira discursiva: as considerações ‘razoáveis’ às quais o leitor pode chegar se mostraram como óbvias; este tipo de construção textual, predominante

no interior deste jornal, no entanto, apresentou menos marcas derrisórias que os textos da revista *Veja*, valendo-se, como a *FSP*, predominantemente, de heterogeneidade marcada e mostrada (via aspas, modalizações, e glosas enunciativas em aposto e travessão) para contestar a necessidade de regulação da mídia. Conforme também houve na *FSP*, o jornal *O Globo* rememorou escândalos que reforçaram o desprestígio de sujeitos políticos do PT e do governo. Os seus editoriais, com teor absoluto, solidificaram esses discursos, similarmente ao jornal *FSP*. Houve apenas um texto opinativo assinado por outrem no jornal *O Globo* sobre o tema, em contraste com eventuais textos na *FSP*.

As reportagens da revista *Veja*, finalmente, revelaram forte agressividade, acentuada em seus textos opinativos: amiúde relatou-se hostilidade à mídia por parte dos proponentes, bem como retomaram-se, com mais calor, episódios recentes protagonizados por esses sujeitos. Esses eventos foram relacionados à censura, pois, conforme a memória discursiva construída colocou à luz, foram esses próprios veículos os protagonistas na visibilidade que ganharam escândalos e outros acontecimentos que concerniam ao interesse público.

Na mídia progressista, houve, também, uma grande presença de reportagens, mas maior predominância de textos opinativos se comparados aos veículos conservadores. Em geral assinados por sujeitos que então frequentemente publicaram em seu interior, estes artigos de opinião, bem como as reportagens, valeram-se, primeiramente, de recursos similares aos veículos conservadores, ainda que em menor medida e de maneira mais branda, quais sejam, aspas e modalizações de sentido para tratar a fala do outro, que lhes foi adversário. No entanto, ao passo que nas mídias conservadoras foram rebatidos sobretudo dizeres realizados por sujeitos políticos, a mídia progressista, em grande parte, referiu-se, por sua vez, às falas presentes na mídia conservadora, interpretando-as enquanto falaciosas.

Há, aqui, dois fenômenos discursivos fundamentais, que dizem respeito à raridade do dizer (FOUCAULT, 2008): primeiramente, certo ‘desconhecimento’ das mídias conservadoras em relação ao que diziam os veículos progressistas, que, como os proponentes do governo, também se valeram de discursos de dissenso. As referências a influenciadores progressistas presentes na mídia conservadora restringiram-se ao grupo de blogueiros associados a Lula e Dilma, de maneira fortemente derrisória, com adjetivações negativas que retornaram. Na mídia conservadora, assim, foi necessário contestar os discursos presentes na mídia progressista em menor grau se comparados ao que se disse na esfera presidencial e

governamental.

Em segundo lugar, as modalidades enunciativas que essa circulação acarretou na mídia progressista: estes veículos, por sua vez, tomam os discursos da mídia conservadora como seu principal referencial (FOUCAULT, 2008). Valendo-se desta associação, este dissenso na mídia progressista foi proposto enquanto resistência, mas não representou, de fato, um rompimento com os discursos presentes na mídia conservadora acerca do tema, bem como em relação aos recursos utilizados para construir posições. Conforme ocorreu na mídia conservadora, há frequentes associações à censura, bem como se valeu de ferramentas similares para criá-las; no entanto, desta vez, este silenciamento foi associado à atuação de grandes veículos no Brasil.

Nesta senda, os textos na *Carta Maior* seguem uma toada similar à *Carta Capital*, mas os artigos de opinião revelam, por sua vez, a presença de um estilo cientificista, defendendo que foram as mídias conservadoras quem, de fato, realizaram censura. Assim, temos, aqui uma regularidade que se apresentou sob diferentes faces nas mídias conservadoras e progressistas: ao passo que na mídia conservadora foram sujeitos jornalistas com perfil editorialista e de estatuto quem deram fiabilidade às leituras, na mídia progressista temos, também, textos que se pautaram em discursos científicos. Há, assim, construções de saber que se utilizaram de distintos referenciais para uma mesma finalidade, qual seja, debater a posição adversária. Vale notar, ainda, que há certa agressividade nos textos opinativos da *Carta Maior*; além disso, este gênero é, de fato, onde se encontra maior violência nos veículos progressistas; esta agressividade, no entanto, é, novamente, mais branda se comparada aos textos presentes na revista *Veja*.

Na *Carta Capital*, os artigos de opinião conferem grande espaço a coletivos que defendem a regulação da mídia, além de sujeitos ligados ao ativismo jornalístico, em especial o *Intervozes*. Os textos opinativos amiúde apresentaram teores de propaganda; a agressividade se limitou a recursos mais brandos, como perguntas retóricas e adjetivações negativas. A construção argumentativa de seus textos opinativos e reportagens, ainda, é bastante similar àquela das reportagens do jornal *O Globo*, apresentando argumentos que levam o leitor a certa conclusão produzida como óbvia.

Além disso, a recorrência de textos similares mostrou a realização de uma leitura unívoca em seu interior. A repetição das formações discursivas defendidas por este grupo,

aliados ao teor propagandístico dos artigos, assim, revela uma diferença em relação à circulação da mídia conservadora: ao passo que a *FSP*, *O Globo* e a *Veja* se valeram da repetição para reforçar posicionamentos já correntes, os discursos que retornaram na mídia progressista fazem parte de uma busca por espaço e por uma quebra de paradigma.

Há, finalmente, nos veículos conservadores e progressistas analisados, uma constante: uma discussão que delinea os limites do direito a dizer e da liberdade de mercado, que ensejam diferentes definições do que é a regulação da mídia. Na mídia progressista, ela é ora representada como desnecessária (porque já há demasiada regulação), ora enquanto uma tentativa de censura, capitaneada por políticos descreditados em seus espaços, em especial do PT e de seus governos. Nos meios progressistas, a regulação da mídia é tomada como imperativa, sendo as mídias conservadoras as verdadeiras protagonistas de censura e silenciamento.

Essas leituras levantam uma série de outros questionamentos sobre a história recente brasileira e a sua construção, apenas aventados neste trabalho, mas que demandam breve aprofundamento, pois podem vir a ser temas de questionamentos futuros. Neste sentido, primeiramente, com o delineamento dos procedimentos metodológicos que viabilizaram esta pesquisa descritos na introdução, buscamos fornecer ferramentas a outros pesquisadores que venham a dedicar-se ao discurso midiático escrito.

Ainda, caberia uma problematização das condições de emergência de discursos sobre a liberdade de expressão e a possibilidade de regulação (ou não) da mídia pela busca de outros objetos que integraram transformações nos discursos e nas continuidades, além das mídias conservadoras e progressistas. É relevante indagar, por exemplo, o papel de mídias ativistas na construção de interpretações sobre a regulação da mídia. Isso colocaria, primeiramente, questões de ordem metodológica, uma vez que as mídias e os seus suportes de veiculação passaram por intensas mudanças nas últimas décadas, sobretudo com o advento da *internet* e de redes sociais. Assim, não estamos mais diante de veículos tradicionais, no sentido de que sua circulação, muitas vezes realizada exclusivamente por redes sociais, bem como a coleta de objetos, devem ser pensados de maneiras distintas às mídias aqui tratadas.

Ademais, o que se materializou nestas mídias ativistas representou certa quebra de paradigma: as manifestações populares de junho de 2013 valeram-se de um descontentamento popular com a representação midiática e política, fazendo crescer a visibilidade de veículos

independentes. Alguns dos principais exemplos da construção de discursos conflitantes e das descontinuidades na história que isso acarretou são mídias de natureza e circulação bastante distintas: primeiramente, o *Movimento Brasil Livre (MBL)*, em um espectro mais voltado ao neoliberalismo e a valores políticos de direita; também, veículos como *Jornalistas Livres* e a *Mídia NINJA*, representativos de discursos voltados a pautas progressistas.

O aumento do estatuto destes veículos, que antes, em grande medida, atuavam à margem face ao grande poder de circulação das mídias conservadoras, integra, ainda, aspectos do sucesso do apelo eleitoral a propostas de extrema-direita e políticas neoliberais, materializado, finalmente, na eleição de Jair Bolsonaro (então candidato do PSL) em 2018, ao mesmo tempo em que cresceu certo desprestígio do PT, sobretudo desde o *impeachment* de Dilma Rousseff (2016). Dialogando com princípios conservadores, clamores nacionalistas e uma valorização da família tradicional, a candidatura de Jair Bolsonaro empregou, neste sentido, a construção discursiva de um adversário, que amiúde se voltou a sujeitos e políticas de esquerda.

Os efeitos da construção discursiva da necessidade de combate a um oponente perverso, assim, foram recursos essenciais de que se valeu o então candidato pesselista para lograr sucesso eleitoral em 2018; no entanto, conforme as análises mostraram, quando se tratou a possibilidade de regulação da mídia, estas formações discursivas já vinham se realizando na mídia conservadora pelo menos desde o segundo mandato de Lula (2010), estendendo-se aos governos de Dilma Rousseff (2011-2015). Assim, quando a mídia conservadora tratou as propostas de regulação da mídia, contestando sujeitos, configuraram-se formações ideológicas decisivas para os desenrolares recentes da política brasileira.

Ademais, outro ideal central na candidatura pesselista em 2018 foi uma valorização do militarismo, bem como um apelo armamentista, aliado à pauta da segurança nacional. Neste sentido, a construção discursiva de sujeitos políticos do PT quando se tratou a regulação da mídia também associou-os a ações amiúde condenáveis, integrando não apenas uma polarização discursiva entre conservadores e progressistas, mas também entre sujeitos de bem e seus opostos. Isso mostra que a circulação da mídia progressista, assim, representou não apenas uma tentativa de que outras vozes detivessem maior estatuto, mas também um combate à hegemonia dos discursos protagonizados pela mídia conservadora e seus efeitos.

Estes discursos presentes nas eleições de 2018, ainda, estiveram atrelados a uma

construção de verdades que, mais tarde, com o inquérito das *fake news*, seria contestada em uma esfera judiciária oficial. Neste sentido, segundo a leitura predominante na mídia progressista, certa ‘desinformação’ sobre a regulação da mídia realizada pela mídia conservadora, amiúde denunciada nos textos dos veículos *Carta Capital* e *Carta Maior*, assim, também faz parte de um gérmen discursivo que teve efeitos palpáveis nos desenvolvimentos eleitorais e, logo, nas diretrizes políticas brasileiras.

Vemos, assim, que a análise das formações discursivas em torno da regulação da mídia no Brasil mostrou a relevância, conforme nos ensinou Foucault (2008), de problematizar as descontinuidades na história. Na análise do material coletado, estivemos diante, na mídia progressista, de discursos de dissenso que propuseram mudanças nestas continuidades, em uma tentativa de reconfigurar sentidos hegemônicos sobre, por exemplo, o que, na verdade, é o *controle social da mídia*, mas que, amiúde, valeu-se dos mesmos recursos linguístico-discursivos já largamente presentes na mídia conservadora. A falta de mudanças após a emergência destas propostas, mostra, também, que essa escrita de acontecimentos que fugiria à norma restou à margem dos discursos majoritários sobre o tema.

A mídia conservadora, por sua vez, não apenas exerceu desejos de manutenção de seu estatuto e poder, mas, também, fomentou discursos contrários às propostas e a certos sujeitos políticos, mitigando a aparição da regulação da mídia como uma ‘novidade’; com efeito, ela foi representada pela mídia conservadora como um retorno, de cunho perverso. Em última instância, assim, é inegável o protagonismo destes veículos no modo como se pôde falar (ou não) sobre a regulação da mídia, em especial o silêncio que o tema passou a sofrer na esfera presidencial depois do *impeachment* de Dilma Rousseff.

As principais lições que a análise destes discursos nos colocou, assim, são de diferentes ordens. Primeiramente, a necessidade de averiguar como puderam emergir distintos sentidos em torno de um debate necessário porém controverso, bem como quais interpretações foram ou não repetidas em atualizações de redes de memória para uma escrita da história face a tantas outras possíveis. Também, a necessidade de analisar discursos em diferentes superfícies de emergências midiáticas, o que possibilitou uma análise crítica das histórias que se nos apresentaram. Finalmente, a imperatividade de que os leitores, ao interpretarem a política brasileira contemporânea quando tratada pela mídia, estejam atentos aos recursos utilizados para construir posições. Em suma, não se deve, assim, encarar esses textos como

documentos neutros que apenas refletem os fatos, mas sim como monumentos, possibilitando que se conteste a sua “inocência” e, logo, se indague porque são esses os sentidos que nos são apresentados e não outros.



## REFERÊNCIAS DO *CORPUS*

### a) *FSP*

#### a.a) Reportagens

FOLHA DE SÃO PAULO. **18/06/2010 – Marina apoia "controle social" da imprensa.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1806201007.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **20/08/2010 – Serra acusa PT de financiar "blogs sujos"; Dilma chama tucano de "patético".** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2008201026.htm>>. Acesso em 16/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **23/09/2010 – Ato em São Paulo defende a liberdade de imprensa (reportagem).** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2309201022.htm>>. Acesso em 12/09/2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **27/09/2010 – Plínio afirma que a Folha não publica notícias sobre seu nome "nem a pau".** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2709201018.htm>>. Acesso em 15/10/13.

FOLHA DE SÃO PAULO. **11/11/2010 – Governo argentino reage a crítica da SIP.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1111201016.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **25/11/2010a – TV Cultura debate liberdade de imprensa.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2511201017.htm>>. Acesso em 15/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **25/11/2010b – Em entrevista a blogs pró-governo, Lula faz críticas à imprensa.** Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2511201014.htm>>. Acesso em 30/09/2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **18/06/2011 – Lula ataca mídia e pede regulamentação.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1806201120.htm>>. Acesso em 16/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **02/09/2011 – Cúpula do PT defende controle da mídia.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0209201112.htm>>. Acesso em 29/09/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **03/09/2011 – Dilma e Lula apoiam Dirceu e atacam mídia.** Acesso em 29/09/2011. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0309201114.htm>>. Acesso em 29/09/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **04/09/2011 – Marco para mídia é pauta do governo, dizem ministros.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0409201118.htm>>. Acesso em 16/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **06/09/2011 – Senadores criticam texto do PT para regular mídia.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0609201111.htm>>. Acesso em 29/09/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **03/11/2014 – Executiva do PT aprova norma que defende fim de 'oligopólio da mídia'.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542840-executiva-do-pt-aprova-norma-que-defende-fim-de-oligopolio-da-midia.shtml>>. Acesso em 17/05/2015.

#### **a.b) Textos opinativos**

FOLHA DE SÃO PAULO. **30/10/2010a – TENDÊNCIAS/DEBATES: A criação de conselhos de comunicação estaduais é uma forma de restrição da mídia? (Hélio Bicudo).** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3010201007.htm>>. Acesso em 14/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **30/10/2010b – TENDÊNCIAS/DEBATES: A criação de conselhos de comunicação estaduais é uma forma de restrição da mídia? (Intervezes).** Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3010201008.htm>>. Acesso em 08/07/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **09/09/2011 – TENDÊNCIAS/DEBATES – O PT e o controle da informação (Rubens Bueno).** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0909201108.htm>>. Acesso em 29/09/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **10/03/2013 – Opinião – “Democratização da mídia”.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/97851-democratizacao-da-midia.shtml>>. Acesso em 02/07/2013.

#### **a.c) Editoriais**

FOLHA DE SÃO PAULO. **08/10/2010a – Painel.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0810201001.htm>>. Acesso em 14/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **17/04/2013 – Painel.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/104266-painel.shtml>>. Acesso em 02/07/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **28/05/2014a – Controle da mídia.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/168166-controle-da-midia.shtml>>. Acesso em 25/02/2015.

#### **a.d) Entrevistas**

FOLHA DE SÃO PAULO. **29/09/2010 – ENTREVISTA: HÉLIO BICUDO.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2909201026.htm>>. Acesso em 16/10/2013.

**b) Revista *Veja*****b.a) Reportagens**

VEJA. 27/09/2010 – **A imprensa ideal dos petistas**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/a-imprensa-ideal-dos-petistas/>>. Acesso em 20/09/2017.

VEJA. 09/11/2010 – **Franklin Martins classifica críticas ao controle da imprensa como ‘bobagem’**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/franklin-martins-classifica-criticas-ao-controle-da-imprensa-como-bobagem/>>. Acesso em 20/09/2017.

VEJA. 02/09/2011 – **Mais do mesmo: PT quer controle da imprensa**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/mais-do-mesmo-pt-quer-controle-da-imprensa/>>. Acesso em 20/08/2017

VEJA. 03/09/2011a – **PT aprova texto-base que pede controle da imprensa**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/pt-aprova-texto-base-que-pede-controle-da-imprensa/>>. Acesso em 20/09/2017.

VEJA. 03/09/2011b – **PT deve aprovar amanhã proposta de regulação da mídia**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/pt-deve-aprovar-amanha-proposta-de-regulacao-da-midia/>>. Acesso em 31/08/2017.

VEJA. 04/09/2011 – **Em documento, PT pretende pressionar o governo a aprovar marco regulatório para a imprensa**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/em-documento-pt-pretende-pressionar-o-governo-a-aprovar-marco-regulatorio-para-a-imprensa/>>. Acesso em 20/08/2017.

VEJA. 05/09/2011 – **Vasconcelos critica proposta sobre regulação da mídia**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/vasconcelos-critica-proposta-sobre-regulacao-da-midia/>>. Acesso em 12/09/2017.

VEJA. 06/09/2011 – **Dilma se afasta do projeto petista de censura à imprensa (reportagem)**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/dilma-se-afasta-do-projeto-petista-de-censura-a-imprensa/>>. Acesso em 21/08/2017.

VEJA. 25/11/2011a – **Regular mídia não é impor censura, afirma Dirceu**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/regular-midia-nao-e-impor-censura-afirma-dirceu/>>. Acesso em 21/08/2017.

VEJA. 25/11/2011b – **PT ataca imprensa em fórum para ‘democratizar informação’**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/pt-ataca-imprensa-em-forum-para-democratizar-informacao/>>. Acesso em 20/08/2017.

VEJA. 25/11/2011c – **Rui Falcão usa eufemismos: ‘Temos que proteger a imprensa’**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/rui-falcao-usa-eufemismos-temos-que-protetger-a-imprensa/>> Acesso em 12/09/2017.

VEJA. 25/05/2012 – **Blogueiros defendem controle social da mídia**. Disponível em:

<<http://veja.abril.com.br/brasil/blogueiros-defendem-controle-social-da-midia/>>. Acesso em 11/09/2017.

**VEJA. 16/10/2012 – PT vai retomar pressão por censura à imprensa no Brasil.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/pt-vai-retomar-pressao-por-censura-a-imprensa-no-brasil/>>. Acesso:em 20/08/2017.

**VEJA. 28/05/2014 – Dilma promete ao PT encampar regulação econômica da imprensa.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/dilma-promete-ao-pt-encampar-regulacao-economica-da-imprensa/>>. Acesso em 20/09/2017.

**VEJA. 02/01/2015 – Berzoini assume e já cita projeto de censura da imprensa.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/berzoini-assume-e-ja-cita-projeto-de-censura-da-imprensa/>>. Acesso em 11/09/2017.

### **b.b) Textos opinativos**

**VEJA. 26/11/2010 – Stalin com farofa (Augusto Nunes).** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/stalin-com-farofa/>>. Acesso em 21sep2017.

**VEJA. 21/12/2010 – Franklin Martins leva o troféu e chora ao ganhar uma foto autografada de Fidel Castro (Augusto Nunes).** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/franklin-martins-leva-o-trofeu-e-chora-ao-ganhar-uma-foto-autografada-de-fidel-castro/>>. Acesso em 21/09/2017.

**VEJA. 27/06/2011 – Os comandantes da ofensiva contra a liberdade de imprensa ignoram que nem todos os jornalistas estão à venda (Augusto Nunes).** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/os-comandantes-da-ofensiva-contra-a-liberdade-de-imprensa-ignoram-que-nem-todos-os-jornalistas-estao-a-venda/>>. Acesso em 20/09/2017.

**VEJA. 10/09/2011 – Se quisesse ‘democratizar a mídia’, o PT teria de começar o serviço pelo Maranhão (Augusto Nunes).** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/se-quisesse-8216-democratizar-a-midia-8217-o-pt-teria-de-comecar-o-servico-pelo-maranhao/>>. Acesso: 20/08/2017.

**VEJA. 14/02/2012 – Glossário atualizado da novíngua lulista (Augusto Nunes).** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/glossario-atualizado-da-novilingua-lulista/>>. Acesso em: 20/08/2017.

**VEJA. 01/06/2012 – Mudou o codinome (Augusto Nunes).** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/mudou-o-codinome/>>. Acesso em 21/09/2017.

**VEJA. 02/03/2013 – PT defende em resolução censura à imprensa, e Rui Falcão convida jornalistas a apoiar proposta. Exagero? Então leiam! (Reinaldo Azevedo).** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/pt-defende-em-resolucao-censura-a-imprensa-e-rui-falcao-convida-jornalistas-a-apoiar-proposta-exagero-entao-leiam/>>. Aceso em 11/09/2017.

**VEJA. 22/08/2013 – Os pterodáctilos que querem controlar a “mídia” voltam a**

**sobrevoar o Congresso. Pergunto: controlar o quê? Ela já não está suficientemente controlada? (Reinaldo Azevedo).** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/os-pterodactilos-que-querem-controlar-a-midia-voltam-a-sobrevoar-o-congresso-pergunto-controlar-o-que-ela-ja-nao-esta-suficientemente-controlada/>>. Acesso em 11/09/2017.

**VEJA. 02/07/2014 – Coordenação da campanha de Dilma manda “lavar” seu programa de governo para esconder as reais intenções do PT caso ela se reeleja (Reinaldo Azevedo).** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/coordenacao-da-campanha-de-dilma-manda-lavar-seu-programa-de-governo-para-esconder-as-reais-intencoes-do-pt-caso-ela-se-reeleja/>>. Acesso: 20/08/2017.

**VEJA. 19/08/2014 – ‘Censura e controle da mídia’, de William Corrêa.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/8216-censura-e-controle-da-midia-8217-de-william-correa/>>. Acesso em 20/09/2017.

**VEJA. 20/02/2017 – “Eu, Eu, Eu/ o Zé se danou!/ Não rima, mas dá na mesma!”. Ou: Dilma evita fim precoce do seu governo (Reinaldo Azevedo).** Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/eu-eu-eu-o-ze-se-danou-nao-rima-mas-da-na-mesma-ou-dilma-evita-fim-precoce-do-seu-governo/>>. Acesso em 24/07/2019.

## c) *Jornal O Globo*

### c.a) Reportagens

**O GLOBO. 19/08/2010 – Presidente da ANJ critica tentativas de controle social da mídia (reportagem).** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/presidente-da-anj-critica-tentativas-de-controle-social-da-midia-4990612#ixzz4pFB3cJNV>>. Acesso em 14/08/2017.

**O GLOBO. 08/11/2010 – Seminário promovido pelo governo discute regulação de conteúdo de mídia (reportagem).** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/seminario-promovido-pelo-governo-discute-regulacao-de-conteudo-de-midia-2928314>>. Acesso em 16/08/2017.

**O GLOBO. 20/11/2010 – Legislação atual já regula comunicação no Brasil (reportagem).** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/legislacao-atual-ja-regula-comunicacao-no-brasil-2923612#ixzz4puyKRfGl>>. Acesso em 16/08/2017.

**O GLOBO. 03/09/2011a – É impossível o governo não participar do debate sobre marco regulatório da mídia, dizem ministros (reportagem).** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/e-impossivel-governo-nao-participar-do-debate-sobre-marco-regulatorio-da-midia-dizem-ministros-2703156>>. Acesso em 14/08/2017.

**O GLOBO. 03/09/2011b – Regulamentação da mídia não é censura, diz Gilberto Carvalho em congresso do PT (reportagem).** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/regulamentacao-da-midia-nao-censura-diz-gilberto>>

carvalho-em-congresso-do-pt-2703136#ixzz4pjbvQXZJ>. Acesso em 14/08/2017.

O GLOBO. **08/05/2012 – Evento no TJ-RJ discute liberdade de expressão e controle da mídia (reportagem)**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/evento-no-tj-rj-discute-liberdade-de-expressao-controle-da-midia-4843432#ixzz4pRVfM3DT>>. Acesso em 11/08/2017.

O GLOBO. **02/04/2013 – Em São Paulo, Paulo Bernardo defende regulação da mídia (reportagem)**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/em-sao-paulo-paulo-bernardo-defende-regulacao-da-midia-8010504#ixzz4pLZsI4Mf>>. Acesso em: 10/08/2017.

O GLOBO. **17/04/2014 – A entrevista dos camaradas: saiba mais sobre os ‘blogueiros progressistas’ (reportagem)**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/a-entrevista-dos-camaradas-saiba-mais-sobre-os-blogueiros-progressistas-12220108>>. Acesso em 21/09/2017.

O GLOBO. **29/05/2014 – PT e PMDB divergem sobre proposta de regulação da mídia (reportagem)**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/pt-pmdb-divergem-sobre-proposta-de-regulacao-da-midia-12642020>>. Acesso em 14/08/2017.

O GLOBO. **06/06/2014 – Regulação da mídia divide setores do PT e do governo (reportagem)**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/regulacao-da-midia-divide-setores-do-pt-do-governo-12739759>>. Acesso em 14/08/2017.

O GLOBO. **03/01/2015 – Oposição crítica proposta de Berzoini para regulação da mídia (reportagem)**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/oposicao-critica-proposta-de-berzoini-para-regulacao-da-midia-14960877#ixzz4oyFane16>>. Acesso em: 08/08/2017.

O GLOBO. **18/01/2016 – Dilma defende regulação da mídia em página no Facebook administrada pelo PT (reportagem)**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-defende-regulacao-da-midia-em-pagina-no-facebook-administrada-pelo-pt-15089615>>. Acesso em 14/08/2017.

### **c.b) Textos opinativos**

O GLOBO. **15/01/2015 – O povo não é bobo (Carlos Alberto Sandenberg)**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/o-povo-nao-bobo-15054835>>. Acesso em 11/08/2017.

### **c.c) Editoriais**

O GLOBO. **07/04/2013 – Há regulação da mídia e ‘regulação da mídia’**. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/opiniao/ha-regulacao-da-midia-regulacao-da-midia-8041002#ixzz4oyEaOZPy>>. Acesso em 08/08/2017.

O GLOBO. **07/09/2013 – O que significa ‘democratização da mídia’**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/o-que-significa-democratizacao-da-midia-9866217>>. Acesso em 14/08/2017.

## d) Revista *Carta Capital*

### d.a) Reportagens

CARTA CAPITAL. **30/04/2013 – Lei popular sobre comunicação chega às ruas em 1º de maio.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/lei-popular-sobre-comunicacao-chega-as-ruas-em-1o-de-maio-8332.html>>. Acesso em 06/09/2017.

CARTA CAPITAL. **17/12/2014 – Um breve histórico da Confecom.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/um-breve-historico-da-confecom-5500.html>>. Acesso em 28/08/2017.

CARTA CAPITAL. **08/04/2014 – Barbosa defende regulação da mídia e critica falta de pluralidade da imprensa.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/joaquim-barbosa-defende-novas-leis-para-regular-comunicacao-no-brasil-180.html>>. Acesso em 27/08/2017.

CARTA CAPITAL. **24/09/2014 – A democratização da mídia e quem a defende.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/conheca-cinco-candidatos-ao-congresso-que-defendem-a-democratizacao-da-midia-9981.html>>. Acesso em 22/08/2017.

CARTA CAPITAL. **02/01/2015 – Berzoini assume Comunicações e diz que fará debate sobre regulação.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/berzoini-assume-comunicacoes>>. Acesso em 13/09/2017.

CARTA CAPITAL. **12/01/2015 – Ricardo Berzoini na linha de tiro.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/832/ricardo-berzoini-na-linha-de-tiro-3638.html>>. Acesso em 06/09/2017.

CARTA CAPITAL. **29/01/2015 – Regulação da mídia não é censura, dizem especialistas.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/regulacao-da-midia-nao-e-censura-dizem-especialistas-7324.html>>. Acesso em: 27/08/2017.

CARTA CAPITAL. **21/10/2016 – Globo usa 'A Lei do Amor' para desinformar sobre regulação da mídia.** Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/globo-usa-novela-para-desinformar-sobre-regulacao-da-midia>>. Acesso em 15/01/2017.

### d.b) Textos opinativos

CARTA CAPITAL. **23/08/2013 – Lei da Mídia Democrática: um passo rumo à pluralidade.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/lei-da-midia-democratica-mais-um-grande-passo-na-luta-pela-democracia-nas-comunicacoes-8527.html>>. Acesso em 06/09/2017.

CARTA CAPITAL. **11/10/2013 – Semana Nacional pela Democratização da Comunicação deve intensificar luta por mudanças no setor.** Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/semana-nacional-pela-democratizacao-da-comunicacao-deve-intensificar-luta-por-mudancas-no-setor-5915.html>> Acesso em

CARTA CAPITAL. **03/06/2014 – Regulação da mídia não é censura.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/regulacao-da-midia-nao-e-censura-2340.html>>. Acesso em 06/09/2017.

CARTA CAPITAL. **21/08/2014 – O voto na democratização da comunicação.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/o-voto-na-democratizacao-da-comunicacao-9339.html>>. Acesso em 06/09/2017.

CARTA CAPITAL. **25/07/2015 – Democratização da comunicação: o que aprender com nossos vizinhos?** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/democratizacao-da-comunicacao-o-que-aprender-com-nossos-vizinhos-5893.html>>. Acesso em 22/08/2017.

## e) Revista *Carta Maior*

### e.a) Reportagens

CARTA MAIOR. **29/09/2010 – Mudanças aceleram regulamentação da mídia no mundo.** Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Mudancas-aceleram-regulamentacao-da-midia-no-mundo/4/16140>>. Acesso em 06/09/2017.

CARTA MAIOR. **11/11/2013 – Lei da Mídia Democrática será debatida na Câmara nesta terça (12).** Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Lei-da-Midia-Democratica-sera-debatida-na-Camara-nesta-terca-12-dez29512>>. Acesso em 07/09/2017.

CARTA MAIOR. **15/11/2013 – Debate sobre Lei da Mídia não unifica a esquerda (reportagem).** Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Debate-sobre-Lei-da-Midia-nao-unifica-a-esquerda/4/29544>>. Acesso em 07/09/2017.

### e.b) Artigos de opinião

CARTA MAIOR. **23/04/2010 – Quem "controla" a mídia? (Venício Lima).** Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Quem-controla-a-midia-/22171>>. Acesso em 07/09/2017.

CARTA MAIOR. **01/08/2010 – Liberdade de expressão: o "efeito silenciador" da grande mídia (Venício Lima).** Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Liberdade-de-expressao-o-efeito-silenciador-da-grande-midia/22219>>. Acesso em 03/03/2020.

CARTA MAIOR. **10/11/2010 – Os fantasmas no sótão da velha imprensa (Marco Aurélio Weissheimer).** Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Os-fantasmas-no-sotao-da-velha-imprensa/19954>>. Acesso em 24/08/2017.

CARTA MAIOR. **22/03/2011 – Liberdade de expressão: o silêncio como forma de censura**



**(Venício Lima)**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Liberdade-de-expressao-o-silencio-como-forma-de-censura/22234>>. Acesso em 06/09/2017.

CARTA MAIOR. **06/12/2011 – Regular a mídia para democratizar a comunicação (Venício Lima)**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Regular-a-midia-para-democratizar-a-comunicacao/22263>>. Acesso em 06/09/2017.

CARTA MAIOR. **26/06/2014 – A democratização da mídia, a mãe de todas as reformas (Emir Sader)**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/A-democratizacao-da-midia-a-mae-de-todas-as-reformas/2/31257>>. Acesso em 23/08/2017.

CARTA MAIOR. **07/11/2014 – Dilma ratifica compromisso de democratizar a mídia (Dario Pignotti)**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Dilma-ratifica-compromisso-de-democratizar-a-midia/12/32195>>. Acesso em 23/08/2017.

CARTA MAIOR. **09/11/2010 – Marco regulatório vs. liberdade da imprensa (Venício Lima)**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Marco-regulatorio-vs-liberdade-da-imprensa/22217>>. Acesso em 07/09/2017.

CARTA MAIOR. **09/02/2013 – A imprensa brasileira não é democrática (Emir Sader)**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/A-imprensa-brasileira-nao-e-democratica/2/27578>>. Acesso em 06/09/2017.

CARTA MAIOR. **16/05/2014 – Lula se declara militante da regulação da mídia**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Lula-se-declara-militante-da-regulacao-da-midia/4/30946>>. Acesso em 24/08/2017.

CARTA MAIOR. **24/08/2014 – Dilma enfrenta a mídia e defende regulação econômica do setor**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Dilma-enfrenta-a-midia-e-defende-regulacao-do-setor-/4/31691>>. Acesso em 24/08/2017.

CARTA MAIOR. **13/11/2016 – Janelas Fechadas para Regulação da Mídia**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Janelas-Fechadas-para-Regulacao-da-Midia/12/37227>>. Acesso em 06/09/2017.

#### **f) Outras reportagens consultadas**

VEJA. **23/10/2014 – Dilma e Lula sabiam de tudo, diz Alberto Youssef à PF**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf/>>. Acesso em 07/07/2020.

## REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2004.

CHIARI, Geovana; SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Da Docilização à Agressividade. In.: SARGENTINI, V. (org.) **Mutações do discurso político no Brasil: espetáculo, poder e tecnologias de comunicação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

\_\_\_\_\_. Mentirosos, corruptos e comunistas! As Fake News e o politicamente incorreto. **Discurso y sociedad**. v. 13, p. 449-467, 2019.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EDUFScar, 2009.

\_\_\_\_\_. **Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso**. Policromias, 2016, p. 14-35. Disponível em: <[www.labedis.mn.ufrj.br/images/POLICROMIAS/PDF/Jean-Jacques-Courtine-port.pdf](http://www.labedis.mn.ufrj.br/images/POLICROMIAS/PDF/Jean-Jacques-Courtine-port.pdf)>. Acesso em 01/06/2020.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. **O que é um autor?** 3ª edição: Passagens. Tradução de António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOV & DREYFUS. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. 13ª edição, São Paulo, SP: Edições Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. 7ª. edição, 3ª. reimpressão, Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. Resposta a uma questão. In: **Ditos e escritos VI: Repensar a política**. [organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux – Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 295-315

KRIEG-PLANQUE, Alice. **A noção de “fórmula” em Análise do Discurso** – quadro teórico e metodológico. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. Org. Sírio Possenti/Maria Cecília Pérez Souza e Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto: formulação e circulação do sentidos**. 3ª Edição, Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre (*et al*). **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Discurso** – Estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi – 5ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político** – o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EDUFScar, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi et al. 4a Edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009b.

\_\_\_\_\_. Análise automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org). **Por uma Análise Automática do Discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani *et al.* – 4ª. Edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

PIOVEZANI, Carlos. A retórica do mito: uma análise do desempenho oratório de Bolsonaro na propaganda eleitoral. In: **Discurso y sociedad**. Vol. 13, p. 383-410, 2019.

PIRES, Livia Maria Falconi. A política se renova? O discurso político no Twitter. In: SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira (Org.). **Mutações do discurso político no Brasil: espetáculo, poder e tecnologias de comunicação**. 1ª. ed. Campinas, SP: Mercado De Letras, 2017, v. 1, p. 146-165.

SANTOS, Wilson Ricardo Barbosa. **Um estudo do controle da mídia: questões de censura e memória na circulação midiática**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Português/Espanhol) – Departamento de Letras, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

\_\_\_\_\_. **A emergência de propostas de regulação da mídia no Brasil: uma análise do discurso político midiático pela “Folha de São Paulo”**. 2016. -- São Carlos : UFSCar, 2016. 220 f. (Dissertação de mestrado)

SANTOS, Wilson Ricardo Barbosa; SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A democracia nas malhas do embate político-partidário: o discurso midiático da Folha de São Paulo sobre a regulação da mídia. In: SARGENTINI, V. (Org.). **Mutações do discurso político no Brasil: espetáculo, poder e tecnologias de comunicação**. 1ª.ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017, v. 1, p. 309-338.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye; tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27<sup>a</sup>. Ed., São Paulo: Cultrix, 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Estatísticas de Resultados - Resultado da eleição**. 2010. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/candidaturas-votacao-e-resultados/estatisticas>>. Acesso em 07/07/2020.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas eleitorais**. 2019. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em 07/07/2020.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio De Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011.